



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

PPGPSI



“Sinônimo de amar é sofrer?”
Juventude, violência nas relações íntimas e os
processos de subjetivação em uma rede social

Lynna Gabriella Silva Unger

São Cristóvão - SE
2017

LYNNA GABRIELLA SILVA UNGER

**SINÔNIMO DE AMAR É SOFRER?
JUVENTUDE, VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS E
OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM UMA REDE SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe.

Linha de pesquisa: Processos Sociais e Relações Intergrupais

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Claudiene Santos

São Cristóvão - SE

2017

Lynna Gabriella Silva Unger

A comissão examinadora, abaixo assinada, avalia a dissertação “**Sinônimo de amar é sofrer? Juventude, violência nas relações íntimas e os processos de subjetivação em uma rede social**” como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Dissertação defendida e aprovada em 23 de fevereiro de 2017.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dra. Claudiene Santos (UFS) - Presidente

Prof^a. Dra. Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa (IFS/SE) - Examinadora externa

Prof^a. Dra. Sandra Raquel Santos de Oliveira (UFS) - Examinadora interna

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

U57s Unger, Lynna Gabriella Silva
Sinônimo de amar é sofrer? Juventude, violência nas relações íntimas e os processos de subjetivação em uma rede social / Lynna Gabriella Silva Unger; orientadora Claudiene Santos. – São Cristóvão, 2017.
169 f.

Dissertação (mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Psicologia social. 2. Redes sociais. 3. Relações humanas. 4. Cultura. 5. Jovens - Conduta. I. Santos, Claudiene, orient. II. Título.

CDU 316.64

*A todas mulheres que existem e resistem, especialmente as jovens
que mesmo na dor, reinventam a sua existência e persistem,
dedico.*

“O senhor... Mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior.

É o que a vida me ensinou. Isto que me alegra, montão.”

(Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, 1956)

Agradecimentos...

*As amarras que aqui foram feitas contaram
com inúmeros nós – eus plurais –
que teceram as variadas e multiformes microestruturas
desta teia (ou Dissertação).
A todas e todos, sem nomes, nem referências, agradeço.
E, na lembrança de cada um(a) e de seu afeto
em me ajudar a tornar possível este projeto,
me (re)animo, retomo, retorno e me obrigo a continuar.
Gratidão!*

RESUMO

Neste estudo, interessadas na intersecção das redes sociais digitais e a violência de gênero entre os jovens – campos eleitos como ponto de partida e de reflexão, buscamos compreender como são constituídas e operam as práticas discursivas sobre a violência de gênero, especialmente nas relações de intimidade, a fim de visibilizar e (re)pensar os espaços cotidianos de luta na produção de verdades. Para tanto, nos debruçamos sobre autorrelatos de vivências abusivas compartilhados em um grupo no *Facebook*, no intento de analisar, à luz dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero articulados aos caminhos teórico-metodológicos foucaultianos, como os sujeitos significam a violência experienciada em suas relações afetivo-sexuais, bem como, constroem e anunciam formas de ser e estar no relacionamento. Ao analisar os discursos que compõem o *corpus* desta pesquisa, desvelamos repetições (in)visíveis e dizíveis, por vezes naturalizadas, constituindo as verdades assumidas pelos sujeitos em suas relações. Destacamos as relações de poder que circunscrevem tais relações abusivas, as quais indicam tendências e enfatizam algumas práticas hegemônicas. Assim, as práticas discursivas anunciadas desvelam que esses sujeitos assumem posicionamentos que legitimam e reforçam a cultura patriarcal. Ao visibilizar a dinâmica das relações de poder, sobretudo instauradas pelas relações de gênero nos relacionamentos de intimidade, urge a necessidade de resignificação daqueles sentidos que vêm nos aprisionando, há séculos, em uma naturalizada concepção hegemônica e opressora, que perpassam as relações afetivo-sexuais desenvolvidas na atualidade.

Palavras-chaves: Discursos; Jovens; Meios digitais; Relações de poder; Cultura.

ABSTRACT

In the present study, interested in the interactions of digital social networks and gender violence among young – elected fields as starting points and reflection, we look for understand how the discursive practices about how gender violence are built and the way they operate, especially in the intimacies relationships in order to make visible and re(think) the daily spaces of fight in the production of truths. Therefore, we check about self reports of abusive violence shared in a *Facebook* group with the purpose of analyze, in the light of Cultural Studies and Gender Studies, articulated to the theoretical-methodological paths based in Foucault, how the subjects means the experienced in their affective-sexual relationships, as well as, built and announce the ways of be and stay in a relationship. Analyzing the speeches which compose this study corpus, we unveil repetitions (in)visible and sayable, sometimes naturalized, building assumed truths by the subjects in their relationships. We highlight the power relationships wich circumscribes such abusive relationships, thei indicate tendeces and enfatizes some hegemonic practices. Thus, the discursive practices annouced unviel that these subjects assume placements that legitimate and reinforces the patriarchal culture. Viewing the dynamics of power relationships, especially instated by the gender relationships in intimacies relationships, emerge the necessities of redetermination of senses which have been imprisoning us, for centuries, in a neutralized hegemonic and oppressive conception which pass through the affective-sexual relationships developed nowadays.

Keywords: Discourses; Young; Digital media; Power relationships; Culture.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ARPANET - Advanced Research Projects Agency Network
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
GESEC – Grupo de estudos Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais
LGBT*- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans*
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNDOC - United Nations Office on Drugs and Crime
UFS – Universidade Federal de Sergipe
VPIN – Violência entre Parceiros Íntimos
WHO – World Health Organization

Lista de Quadros

Quadro 1 – As mulheres, sujeitos da pesquisa, em síntese

p. 100

Sumário

A PARTIDA.....	12
INTRODUÇÃO AO ESTUDO.....	19
CAPÍTULO I.....	28
Relacionamentos em pauta – descortinar os sentidos e suas construções	28
Os relacionamentos afetivo-sexuais e sua vitrine histórica.....	29
Os relacionamentos afetivos-sexuais e as implicações de gênero.....	34
Relacionamentos afetivo-sexuais na contemporaneidade	39
Sobre a idealização do relacionamento e a codependência: o nascimento do ciúme	46
A violência inserida nas relações de intimidade	49
CAPÍTULO II.....	56
A internet como campo de pesquisas – Novos espaços, conhecidas demandas.....	56
Mídia, cultura e os processos de subjetivação.....	57
Identidade cultural - Olhar sobre nossas reiteraões sociais	62
Internet palco de saber e subjetivações	65
Redes estruturantes e estruturadas – a internet como expansão do meio social.....	70
Mobilização e interação nas redes – na trilha das lutas feministas <i>onlines</i> , reconhecimento e “desloca(mentes)”	76
Os anúncios das vozes que gritam e instauram um novo regime de visibilidade para as pautas feministas	81
“Os donos do pedaço” – Juventude e internet: entre <i>links</i> e <i>likes</i>	86
CAPÍTULO III.....	92
Notas metodológicas.....	92
Sobre os modos de olhar... ..	92
Caracterizando a pesquisa e o lócus de estudo.....	98
Quem são elas? - Materializando as vozes que ocupam esse novo espaço	101
O desvelar das ordens discursivas	113
CAPÍTULO IV	115
Espaços de posicionamentos – o materializar das ordens discursivas.....	115
“O dizer de si e dos outros”: as redes discursivas que tecem os sujeitos envolvidos em relações abusivas.....	116
“E pela minha lei, a gente era obrigado a ser feliz” – Sobre as hegemonias, idealizações, frustrações e medos	129
“Agora eu era a louca a perguntar: o que é que a vida vai fazer de mim?” – tecendo a rede pela/na rede	148
“Veja bem! Nosso caso é uma porta entreaberta e eu busquei a palavra mais certa... Vejam se entendem o meu (nosso) grito de alerta!” – Considerações atuais	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
APÊNDICE.....	168

A PARTIDA

Como o espírito se torna camelo, como o camelo se torna leão e como finalmente o leão se torna criança (Nietzsche, 1989, p.17)¹.

Nietzsche, uma citação, uma referência, um convite à reflexão. Era uma roda de debates, uma sala com pessoas que partilhavam interesses convergentes, algumas falas esperadas, algumas trocas efetuadas - tudo em conformidade com o universo acadêmico. Assim, permitam-me expor minhas memórias, recorro-me a elas, e especialmente a este dia, para expor como minha trajetória pessoal transmuta-se em minha curta vida profissional. E, não vejo eu, como relatá-la sem pontuar a palavra de ordem que a marca – metamorfoses. A citação destacada na epígrafe se refere às três metamorfoses narradas pelo Nietzsche no primeiro livro de Zarathustra, que estão relacionadas a momentos de sua obra e de sua vida, como analisa Deleuze (1976, p.9):

O camelo é o animal que transporta: transporta o peso dos valores estabelecidos, os fardos da educação, da moral, da cultura. Transporta para o deserto e aí transforma-se em leão: o leão parte as estátuas, calca os fardos, dirige a crítica a todos os valores estabelecidos. Por fim, pertence ao leão tornar-se criança, quer dizer, jogo e novo começo, criador de novos valores e de novos princípios de avaliação. (...) Sem dúvida, (...) o leão está presente no camelo, a criança está presente no leão; e na criança há a abertura para a transformação.

Certa que a reflexão apresentada por Deleuze contempla-me, tomo emprestada as suas palavras para ilustrar como penso ser uma das formas de articulação da prática acadêmica. Todavia, a reflexão sobre a prática acadêmica e o encontro com a analogia acerca das transformações de espírito mencionadas por Nietzsche em sua obra não foram aleatórias, tampouco despropositais. Foi na roda de conversa, que faço referência no início de minha escrita, que vi-me desafiada a pensar na *práxis* acadêmica e no que fazia-me acreditar que ali, no universo acadêmico, era/é um lugar que devo habitar. A profa. Dra. Cristianne Maria Famer Rocha, que apresentava sua fala, foi a responsável por apresentar-me aos dilemas enunciados por Nietzsche como impulsionador para a reflexão da continuidade científica de formação e transformação. Ela dizia que para carregar o fardo é preciso aprender a ser camelo. Para brigar e se fazer reconhecer, ser leão. Porém, não podemos nos esquecer de continuar sendo a criança que somos para nos permitirmos sempre recomeçar e transformar.

É, nesse transmutar entre camelo, leão, criança e, sobretudo, a vontade de recomeçar e transformar representada pela criança que me vejo pertencente à

¹ NIETZSCHE, F. Assim falou Zarathustra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Universidade, e à possibilidade de fazer pesquisa, e por meio delas transmutar-me entre o carregamento, o reconhecimento, a transformação e o recomeço do conhecimento. Minha pretensão aqui é tentar explanar um pouco deste caminho, de me fazer conhecer e compreender minhas inquietações, apesar de eu não ser alguém muito claramente definida e determinada. A primeira observação a fazer diz respeito à minha trajetória profissional e formação intelectual, pois diferenças, que fogem à regra e à normalidade, precisam ser vistas e percebidas com outras lentes.

Geralmente (e provavelmente esta será uma questão pendente permanente na minha trajetória), quando as pessoas leem o meu currículo, não entendem exatamente o que eu quero da vida e onde quero chegar. Não entendem o que irei fazer com meus cursos e andanças, se eles são, aparentemente, tão diferentes entre si. Não entendem como eu, não sendo da Psicologia, me aventurei a nela estar; não sendo da Comunicação, ousei dela falar e, mais, sendo da Biologia, não consigo só nela estar.

Por tudo isto e por muitas outras dúvidas que possam surgir àquelas pessoas que ainda não me conhecem – e que me conhecerão a partir desta dissertação –, antecipo e esclareço que não pretendo: ser total nem unitária, pois me constituo de diversos fragmentos (históricos, sociais, econômicos, culturais, educacionais). E é porque nos constituímos e somos constituídos, continuamente, pelas coisas que fazemos, dizemos, pelo que lemos, falamos, pensamos e por aquilo que optamos, pelas relações de poder que estabelecemos e nos estabelecem, pelas nossas conquistas e perdas diárias; que tentar unificar minha existência e minha trajetória soa-me inconcebível. Por assim, reconhecer-se plural e, sobrelevar essa pluralidade em minhas inquietações acadêmicas que a interdisciplinaridade apresentou-se para mim, como um caminho necessário a trilhar.

A interdisciplinaridade abarca, em suas linhas gerais, “a proposta de um saber que busca relacionar saberes” (ALVARENGA et al., 2011, p. 26). É, pois, um campo teórico-metodológico que concretizar-se-á no entrecruzamento de saberes e em trânsito ininterrupto que atravessa os diversos domínios de conhecimento para a sua produção científica, que nasceu em virtude de transformações sofridas nos modos de produzir a ciência e de perceber a realidade no desenvolvimento dos aspectos político-administrativos do ensino e da pesquisa nas organizações e instituições científicas (PAVIANI, 2008).

Leis (2011) sublinha que a história da interdisciplinaridade se confunde, portanto, com a dinâmica viva do conhecimento. O mesmo não pode ser dito da história das disciplinas, as quais congelam de forma paradigmática o conhecimento alcançado em

determinado momento histórico, defendendo-se numa guerra de trincheiras de qualquer abordagem alternativo. Num sentido profundo, a interdisciplinaridade é sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizada (seja no ensino ou na pesquisa) dos diversos objetos de estudo.

Ao assumir essa perspectiva da interdisciplinaridade como caminho, nos permitimos romper com o olhar parcial de um único campo científico e ampliar a visão para a compreensão dos problemas numa perspectiva mais abrangente. Essa convergência de conhecimentos de duas ou mais áreas específicas contribui para o debate sobre as fronteiras tênues que demarcam os campos científicos (COSTA, 2012; AVEDIS AZNAVURIAN, 2011). Convém pontuar que a pretensão de colocar “ordem” na “desordem” é vã e, no limite, atenta contra a prática da interdisciplinaridade, como resalta Hector Leis (2011), trata-se, pois, de entender o fenômeno muito mais como uma prática em andamento, que como um exercício orientado por epistemologias e metodologia perfeitamente definidas e fechadas.

Destarte, minhas histórias, de vida e profissional, nunca foram fruto de uma contínua e ordenada construção. Mas, não creio que circular em campos diferentes signifique obrigatoriamente caos, desordem, improdutividade ou inoperância. Pelo contrário, considero uma abertura para uma nova forma de pensar e agir, aventurando-se para conceber uma nova forma de conhecer. Embora estejamos acostumadas a compreender a construção ou a constituição como atos de máxima ordem, hierarquia e progressão linear, minha vida (ou seja: minhas escolhas profissionais, culturais, sociais, econômicas, políticas) é um exemplo típico de como esta aparentemente desordenada e caótica pós-modernidade produz indivíduos felizmente singulares.

Pois, afinal, como aprendi com Foucault (2003, p. 230) “é o que somos – os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam – que, finalmente, é o solo, não ousa dizer sólido, pois por definição ele é minado, perigoso, o solo sobre o qual eu me desloco”. Acredito que se podemos e queremos, nos permitimos e nos sujeitamos, nos percebemos e nos constituímos de forma diferente não é somente porque somos diferentes. Nossa semelhança reside justamente nisto: na possibilidade e no desejo que temos de ocupar outros lugares (sejam eles da desordem, do caos, do camelo, do leão ou da criança) e neles reconhecermos um lugar possível de existência deste ser.

Assim sigo, andarilha, de mãos dadas com a curiosidade e a vontade, a deslocar-me pela estrada, longe de ser fixa e linear. Licenciada em Ciências Biológicas pela

Universidade Federal de Sergipe, foi na graduação que adentrei no universo dos estudos acerca das relações sociais, relações de gênero, sexualidade e educação. O interesse e aproximação com essa temática não foram imediatos, tampouco aleatório. Nos anos iniciais da graduação, busquei ter contato com o “mundo científico” através dos projetos de iniciação científica. A vontade de sentir-me útil junto à curiosidade em “descobrir a ciência” levaram-me a conhecer a entomologia médica aplicada à saúde pública, área à qual dediquei-me e pertenci durante quase toda a graduação.

Nesse contexto, conheci um grande amigo de jornada, militante e ativista LGBT, que dividia comigo questões e vivências sobre os pequenos gestos cotidianos de desrespeito ao outro, sobretudo quando se cruzam as fronteiras das hegemonias sociais. Pela primeira vez senti o peso dos rótulos: eu, mulher-cis, negra, heterossexual, classe média – em uma posição de privilégio em certo grau. Meu olhar então começava a conceber o estranhamento. Ainda sim, passava distraída por essas questões, limitava-me a refletir sobre minhas noções e ações, de maneira a começar a desconstruir o que outrora parecia “normal”.

Foi durante o desenvolvimento da disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino de Ciências, realizado em espaços não formais de educação que, junto à minha turma, fui desafiada a pensar, elaborar e executar uma Mostra de Saúde, que tinha como objetivo trabalhar as cidadanias pelo fim da violência de gênero. Então, nesse processo de elaboração, diversas eram as questões que precisavam ser compreendidas, até então, a principal que atormentava-me era: o que a biologia tem a dizer sobre a violência de gênero? Há relação? Essa temática cabe a nós, biólogos? ²

Se por um lado estava assustada com a proposta, por outro lado encantava-me a cada aproximação com a temática em questão, no sentido de ter na Mostra, a oportunidade de fazer algo que tornasse esse fenômeno visível. Aí vi-me fascinada pela possibilidade de exercer deslocamentos e tornar visível. Mesmo distanciada de qualquer pretensão de objetividade, de universalidade, de totalidade, de sistematicidade e inclusive de qualquer pretensão de verdade, não renuncio à produção de efeitos de sentido. Pois, soa-me agora, a urgência em recolocar as perguntas, reencontrar as dúvidas, mobilizar as inquietudes e desestabilizar as certezas.

²Ao longo do trabalho, adoto uma linguagem feminista de escrever, opondo-me a qualquer linguagem sexista que tenha a forma masculina como regra geral. Explicito o masculino e o feminino, ora como linguagem inclusiva (ex: os/as), ora quando possível utilizando termos neutros em gênero (ex: pessoa).

Se os Estudos Culturais se caracterizam, entre outras coisas, pela diversidade, pela controvérsia, pelo inesperado, pelo inimaginado, pelo não-solicitado (NELSON, TREICHLER; GROSSBERG, 1995), este não poderia ser um lugar melhor para eu me sentir acolhida, compreendida, engajada, encorajada a juntar meus fragmentos, minhas inquietações, minhas histórias, meus textos e discursos e, com eles, através deles, produzir pesquisas e análises. Entrei em contato com a professora Dra. Claudiene Santos, que coordena o grupo de estudos de Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (GESEC/UFS/CNPq), com o intuito de obter orientação para desenvolver, a princípio, a pesquisa de monografia nesta área de estudo, e atualmente, é onde continuo a caminhar no desenvolvimento de minha pesquisa de dissertação.

Os interesses viabilizados pelo campo dos Estudos Culturais já foram exaustivamente defendidos por diferentes autores/as pelo mundo – Nelson et al. (1995); Hall (1997); Kellner (2001) e, entre nós, Costa (1996; 2000; 2010); Veiga-Neto (1996) – e alguns dos objetivos propostos por estes e outros pesquisadores que trabalham instigadxs pelas problemáticas dos Estudos Culturais, inspiram-me e sustentam esta minha escolha, dentre eles, destaco:

- o “compromisso de examinar práticas culturais do ponto de vista de seu envolvimento com, e no interior de, relações de poder” (NELSON et al., 1995, p.11);
- a intenção de “compreender a transformação social e a mudança cultural” (NELSON et al., 1995, p.34);
- a descoberta dos “espaços cotidianos de luta na produção de significados distintos daqueles que vêm nos aprisionando, há séculos, em uma naturalizada concepção unitária do mundo e da vida” (COSTA, 1996, p.8);
- a noção de que “nossas ideias sobre as coisas constroem as coisas” (...) e que “é preciso criticar o jogo de reprodução de modelos tão bem instaurado pela arquitetura epistemológica da ‘iluminação’, que instituiu a vigilância em todos os campos, fazendo nos súditos de seus ditames tanto temáticos quanto metodológicos” (COSTA, 1996, p.12);
- a possibilidade (e o dever) de “desconfiar das bases sobre as quais se assentam as promessas e as esperanças nas quais nos ensinaram a acreditar” (VEIGA-NETO, 1996, p.19) e das (supra)noções cristalizadas e naturalizadas do pensamento moderno: razão, consciência, sujeito, progresso, totalidade do mundo e de sua história.

Ao nos permitirmos, portanto, estas dúvidas, subversões, insubmissões, pequenas revoltas diárias e desassossegos, não estamos, em absoluto, ocupando um lugar privilegiado a partir do qual podemos ver e entender melhor a nossa realidade política,

social, cultural, econômica, educacional (VEIGA-NETO, 1996). Creio que nossa intenção (e minha, particularmente) seja apenas utilizar alguns dos mecanismos de compreensão propostos pelos Estudos Culturais como ferramentas úteis aos entendimentos que temos deste mundo em que vivemos, nos constituímos e construímos nossas histórias e nossas pesquisas.

Nessa lógica de atuação, uma das marcas básicas da Psicologia social, conforme defende Guareschi (2008), é a importância que esta deve dar ao contexto onde se dá a ação social, ao foco localizado e historicamente específico, à atenção às especificidades e particularidades articuladas a uma conjuntura histórica determinada, produzindo, então, pesquisas e teorias engajadas nas práticas e lutas sociais e nas diferenças culturais que constituem e são constituídas através das relações das pessoas. Assim, o interesse central da pesquisa dentro da área da Psicologia Social é perceber as intersecções entre as estruturas sociais, os grupos sociais, a cultura, a história e as relações que as pessoas constroem e passam a ser construídas por elas. Tomando como primordial essas questões para a Psicologia Social, consideramos que os Estudos Culturais possam acrescentar algumas outras questões ao debate sobre pesquisa em Psicologia Social fundamentalmente por se tratar de um campo de estudos transdisciplinares (GUARESCHI, 2008).

Das experiências vivenciadas por meio do mestrado, o encontro com o pensamento de Michel Foucault e aprofundamento das leituras instigaram-me a querer compreender a questão do poder e da produção de subjetividades a partir destas relações de saber-poder – como assim não sou autônoma?, questionava-me constantemente – que também operam deslocamentos na minha forma de ver o mundo e, sobretudo, nos modos de pensar as incertezas acadêmicas. Ao desconstruir algumas verdades, hipercriticar atitudes, (re)inventar possibilidades, também me aproximo sobremaneira do pensamento de Michel Foucault, e assim, busco a articulação de ideias, o que destaca o autor como sujeito enunciativo em muitas de minhas análises. A fecundidade das suas considerações às pesquisas realizadas dentro dos (ou em torno dos) Estudos Culturais tem sido largamente discutida e analisada por Veiga-Neto (1996; 2000; 2003) e, tal como ele (2000), recorro a Ewald para justificar o uso sistemático que faço de Foucault:

Nada de imposições, uma possibilidade entre outras; certamente que não mais verdadeira que as outras, mas talvez mais pertinente, mais eficaz, mais produtiva... E é isso que importa: não produzir algo de verdadeiro, no sentido de definitivo, absoluto, peremptório, mas dar “peças” ou “bocados”, verdades modestas, novos relances, estranhos,

que não implicam em silêncio de estupefação ou um burburinho de comentários, mas que sejam utilizáveis por outros como as chaves de uma caixa de ferramentas. (Ewald, 1993, p.26)

É, pois, na tentativa de problematizar a maneira natural pela qual são estabelecidas algumas verdades que busco possibilidades de produzir verdades modestas, frágeis e mutáveis, a partir da construção subsidiada pela perspectiva pós-estruturalista dos Estudos Culturais e também, dos Estudos de Gênero aos quais recorro para auxiliar-me nas reflexões que inquietam-me, uma vez que, tais perspectivas possibilitam-me trabalhar com a noção de sujeito como uma consequência sociocultural, como produto e efeito de relações de saber-poder, uma perspectiva que propõe uma analítica externa aos conceitos da racionalidade, colocando sob análise as ‘verdades’ pré-estabelecidas (FOUCAULT, 1984; FROW; MORRIS, 2006; SCHWENGBER, 2006; RIBEIRO; SILVA; KRUSE, 2009).

Assim, as inquietações que me guiam nesta proposta subsidiam-se nas recentes formas de assujeitar, subjetivar e narrar formas de ser e estar nas relações sociais que nos atravessam, representadas pelos discursos veiculados pela mídia. Minha pretensão, ao analisar os discursos que compõem o corpus desta pesquisa foi analisar as continuidades, as repetições (in)visíveis e dizíveis, por vezes oficiais, sem perder de vista que, como ressalva Costa (2005), os discursos e as verdades da mídia não são únicos, nem totalitários. Indicam tendências, repetem argumentos, enfatizam algumas práticas. Permitem e reforçam, acima de tudo, as “práticas de liberdade”, tipicamente neoliberais e tão em voga em uma sociedade como a nossa.

Isto posto, a ideia embrionária que se alça neste trabalho é tecer alguns apontamentos, visibilizar e (re)pensar os espaços cotidianos de luta na produção de significados, ao destacarmos como campo de interesse a *internet* e as redes discursivas (re)produzidas nesse meio, pelas jovens que predominam esse espaço ao relatarem relacionamentos abusivos de intimidade. A partir de então, assumo a grafia em primeira pessoa do plural, pois seria impraticável o desenvolvimento de tal intento de forma singular e imparcial, como prima-se com a redação em terceira pessoa. Em face das esferas de interesse, as inquietações que nos guiam e os terrenos que nos subsidiam, esperamos promover a desestabilização daqueles sentidos que vêm nos aprisionando, há séculos, em uma naturalizada concepção hegemônica e opressora

INTRODUÇÃO AO ESTUDO

É consenso afirmar que as novas tecnologias vieram para ficar e fazem muita diferença no cotidiano, pois aumentam o poder de difusão ao alcance da mão de todos seus portadores. Voltando-se especialmente para as novas tecnologias da comunicação, que promovem a expansão das redes de acesso e, por meio delas, passam a facilitar a convivência e interação, mesmo a distância em tempo real, vivemos hoje em uma sociedade predominantemente “conectada”. A rede enquanto conexão propiciada pela *internet* é cada vez mais onipresente, dado o advento dos dispositivos como *smartphones* com acesso à internet móvel e *wifi*³. Devido a esse tipo de tecnologia, experimentamos uma imersão cada vez maior no ciberespaço⁴, que podemos chamar de “rede das redes”, como descreve Lévy (1999).

Todavia, as transformações no âmbito das relações têm despertado em nós o interesse de pensar nas condutas, ações, valores, atribuições que perpassam esse campo e engendram formas de ser/estar no mundo, nas relações. Recuero (2010) sublinha que diversas pesquisas de opinião feitas apontam que estamos cada vez mais imersos no ciberespaço e uma das principais atividades é navegarmos pelas chamadas redes sociais na *internet*. Tais redes são sites que consistem em espaços utilizados para a expressão da vida cotidiana, sendo uma consequência da apropriação das ferramentas de comunicação mediada pelo computador e pelos atores sociais.

Neste contexto, esta pesquisa toma como ponto de partida uma rede social digital: o site *Facebook*. Esse site foi criado pelo americano Mark Zuckerberg em 2004 e no decorrer do tempo de existência o site tornou-se uma abrangente experiência cultural partilhada por pessoas em todo o planeta. Hoje, o *Facebook* acabou tornando-se uma potência tecnológica com influências sem precedentes sobre a vida pública e privada (KIRKPATRICK, 2011). Nessa rede, centramos nossa atenção em um grupo de mulheres jovens e feministas, que partilham por meio deste espaço experiências diversas, dentre elas, suas vivências relacionais afetivo-sexuais abusivas. Portanto, o que nos propomos com o desenvolvimento desta pesquisa foi explorar as redes discursivas acerca da violência de gênero vivenciada no âmbito de relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens, tendo como referência marcadores como gênero, raça/etnia, classe

³ **Wi-Fi** é uma abreviação de “Wireless Fidelity”, que significa fidelidade sem fio, em português. **Wi-fi**, ou wireless é uma tecnologia de comunicação que não faz uso de cabos, e geralmente é transmitida através de frequências de rádio, infravermelhos etc. Fonte: <<https://www.significados.com.br/wi-fi/>>

⁴ Lévy (1999) define o ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (p. 92).

socioeconômica e as relações de poder subsequentes, em busca de compreender os significados incorporados e desvelar tais ordens discursivas e assim, (re)pensar formas de enfrentamento à violência de gênero.

Em um levantamento sobre as produções acadêmicas dos últimos 7 anos - período destacado, em face da emergência das manifestações, foco de interesse desta pesquisa na/pela internet datarem desta época - que abordam a violência de gênero nas relações de intimidade entre jovens (com a articulação/em associação) e a internet como campo de pesquisa, considerando as teses e as dissertações a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), evidenciamos a escassez de trabalhos que tomam a internet como campo de pesquisa e, uma crescente produção, embora ainda tímida, de trabalhos que tratam da violência de gênero nas relações entre jovens. Utilizamos como marcadores duas combinações de palavras-chaves, ambas com variação no segundo termo que expressa certa sinonímia, para fazer as buscas dos trabalhos disponíveis: “violência de gênero” and “jovens” ou “juventude”; “violência de gênero” and “internet” ou “mídias digitais”.

Foram identificados 73 trabalhos realizados no período de 2010 a 2016, para a primeira combinação de descritores, não apresentando diferenças quanto ao uso do termo jovens ou juventude, apontando para uma sobreposição dos trabalhos assim identificados, sendo 48 dissertações e 25 teses publicadas. Quanto à segunda combinação utilizada, foram registrados apenas 5 trabalhos no período supracitado, não havendo resultados quando utilizado o segundo termo “mídias digitais” em associação com a violência de gênero, apresentando no total 4 dissertações e 1 tese publicadas. Além disso, podemos observar que as pesquisas concentram-se, em ordem crescente de produção, no eixo sudeste-sul, seguido por algumas produções no nordeste, centro-oeste e o norte, ainda escassas, quanto à abordagem da violência de gênero no âmbito relacional juvenil. Em relação às pesquisas que destacam a internet em articulação com a violência de gênero, a produção é de domínio do eixo sul-sudeste, não havendo registros encontrados nas demais regiões do Brasil (através da combinação de descritores utilizada). Outrossim, as áreas de concentração em que essas pesquisas estão inseridas, em ordem crescente de produção, são: as Ciências Humanas, com destaque para os cursos de Antropologia, Educação, Psicologia e Comunicação; Ciências da Saúde, com destaque aos cursos de Enfermagem e Saúde Pública; e as Ciências Sociais Aplicadas, com destaque aos cursos de Serviço Social e de Direito. As áreas de concentração das pesquisas desenvolvidas desvelam o

caráter inter, multi e transdisciplinar como predominante no que diz respeito à abordagem das pesquisas brasileiras acerca da violência de gênero.

É na pretensão de agregar conhecimento ao escopo de produções acerca da violência de gênero e, sobretudo, contribuir para diminuir essa lacuna a despeito da internet como campo de pesquisa potencial e sua articulação com a violência referida, que visamos alcançar os detalhes sobre como tais acontecimentos tem sido vivenciados e significados pelos jovens em suas relações de intimidade. Esse percurso de exploração e descobertas das percepções de jovens acerca das questões de gênero presentes em suas relações estabelecidas vem sendo trilhado por nós desde a finalização da graduação, em que fomos incitadas a continuar a caminhar e aprofundar os sentidos que elxs (re)produzem nesse meio.

No desenvolvimento de minha pesquisa de monografia, orientada pela professora Dra. Claudiene, buscamos compreender as vivências relacionais de jovens de 14 a 18 anos, contactados diretamente em ambiente escolar. Percebemos, nos relatos de jovens, a inserção de diferentes fenômenos, como a violência, (re) produção da lógica machista e patriarcal manifestada, entre outros modos, nas relações assimétricas de poder que se estabelecem nas relações sociais e afetivo-sexuais. Além disso, notamos o quão esses fenômenos ainda são, por vezes, banalizados, naturalizados, despercebidos, disfarçados, outrora desconsiderados. Os depoimentos de jovens entrevistados/as expressavam um alto grau de abuso nas relações vivenciadas, nem sempre percebidos como violência. Foi surpreendente para nós observar como os fatos são naturalizados e legitimados pela lógica do ciúme disfarçado de querer bem e expressos como “tempero ou prova do amor” (SANTOS; UNGER, 2015). A reprodução de discursos que legitimam, entre outras coisas, papéis de gênero, em que o homem guia o comportamento das mulheres engendrando as relações de posse e assimetria, nos impulsiona a tecer o debate sobre as opressões estruturais (ex: machismo, racismo) de nossa cultura no cerne das relações afetivas-sexuais juvenis.

Há, em nível mundial, uma efervescência comunicativa que nos expõe a um leque amplo de informações possibilitando, inclusive, que algumas pautas históricas e de luta obtenham destaque e cheguem a um gradiente imensurável de pessoas através dos meios de comunicação digitais em ascensão. Tal conjuntura reflete uma sensibilização generalizada, o que contribui para maior consciência sobre as numerosas formas e manifestações de fenômenos sociais, como as violências, que por muito tempo foram mantidas em territórios não visibilizados. Informações relativas à violência, que

abrangem a complexidade de suas causas, o aumento preocupante de sua prevalência em certos contextos, e a gravidade de suas consequências para as pessoas atingidas em todo seu contexto, o que envolve as suas famílias, a comunidade e a sociedade, como um todo hoje são, em certo nível, de conhecimento coletivo e amplo.

A palavra violência origina-se do latim *violentia* que significa o ato de violentar abusivamente de diversas formas contra o direito autêntico, exercendo constrangimento sobre determinada pessoa por obrigá-la a praticar algo contra sua vontade (CLIMENE; BURALLI, 1998). Michaud (2001) descreve que há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Por ser um fenômeno de ampla dimensão e multifacetado, transpassando todos os âmbitos da sociedade, é um tema de constante interesse, urgência e relevância científica, ainda que varie culturalmente. Em suas variações, tomamos como especificidade a faceta da violência de gênero, sobre a qual nos debruçamos, entre os diversos contextos de inserção desse fenômeno, no campo dos relacionamentos de intimidade estabelecidos por jovens na atualidade. Acreditamos que a violência de gênero, conforme descreve Souza, Maia e Araújo (2008, p.18):

“tem sua origem na discriminação histórica contra as mulheres, ou seja, num longo processo de construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas que visam a submissão da população feminina, que têm ocorrido durante o desenvolvimento da sociedade humana”. A discriminação não deixa de ser um aspecto fundamental da violência. Significa o processo que sustenta e justifica os atos violentos.

Neste sentido, partimos do pressuposto que o poder patriarcal delega aos homens o direito de dominar e controlar as mulheres, podendo para isso usar a violência física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial⁵. Bourdieu (2002, p. 45) enfatiza que, a dominação masculina exerce uma “dominação simbólica” sobre todo o tecido social, corpo, mente, discursos e práticas sociais e institucionais, normaliza as diferenças e naturaliza desigualdades entre homens e mulheres. Assim, a dominação sempre esteve concentrada em mãos masculinas, seja nas classes dominantes ou subalternas. Deste modo, assumimos aqui como violência de gênero aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres. Embasada no valor da virilidade masculina e da

⁵ Formas e violência tipificadas e citadas de acordo com a Lei Maria da Penha (LEI 11340/06).

subalternidade feminina, essa violência pode se manifestar por meio de ameaças, agressões físicas, constrangimentos, assédio sexual e/ou moral, abusos sexuais e estupro.

Há ainda que se considerar a sobreposição de violências, quando estas, por sua vez, são vivenciadas pelas minorias sociais marginalizadas. Ou seja, ao considerar as pertencas sociais a que cada indivíduo faz parte, gênero, raça/etnia, identidade sexual, classe social, faixa etária, crenças e credos, dentre outras pertencas, há diferenças que configuram maior ou menor vulnerabilidade social. Assim, não podemos falar de violência sem levar em consideração a estrutura assimétrica que rege nossas relações sociais e o quão mais profundas são quando se trata de sujeitos não hegemônicos. Por isso, abordar a interseccionalidade é um modo de olhar o problema reivindicado nesta pesquisa que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente, como descreve Crenshaw (2002, p. 177), “da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

A violência é uma das piores formas de violação dos direitos humanos. Somente após muitas lutas é que as mulheres passaram a conquistar posição paritária, na vida social e jurídica, a do homem, uma vez que sempre esteve inferiorizada. Contudo, apesar das incessantes reivindicações dos movimentos feministas em busca da igualdade de direitos e diminuição da violência, ainda existem inúmeros casos de violência de gênero contra as mulheres (PAZZARDI, 2016). Dados alarmantes dos últimos anos (CARIDADE, 2008; HICKMAN; JAYCOX; ARANOFF, 2004; SCHRAIBER et al., 2007), apontam para a antecipação das relações permeadas pela violência, rompendo assim com o mito da violência inserida nas relações de intimidade estar vinculada e limitada às relações matrimoniais. Com base nessa premissa direcionamos nosso interesse para os relacionamentos íntimos juvenis, em suas diversas configurações, desenvolvidos na atualidade. Vale ressaltar que não excluimos aqui as relações matrimoniais. Contudo, não nos limitamos apenas a elas como capo relacional passível de ocorrência da violência.

Price e Beyers (1999) destacam que o foco da atenção por parte da comunidade científica ao público juvenil em situação de violência, adveio da administração de inquéritos de vitimização a outros grupos sociais, evidenciando níveis inquietantes de violência na intimidade juvenil e comprovando que este tipo de abuso não se circunscreve apenas às relações conjugais. O fato dos indivíduos acreditarem que a utilização de violência seja uma forma aceitável de resolver conflitos tem sido apontado, de forma

recorrente na literatura, como um fator de risco para a ocorrência de comportamentos abusivos nos relacionamentos íntimos (AVERY-LEAF; CASCARDI, 2002; MACHADO; CARIDADE; MARTINS, 2009; LICHTER; MCCLOSKEY, 2004).

Em relação à violência em seu grau extremo, Waiselfisz (2011) descreve que, no Brasil, um número determinado de mortes violentas acontece todos os anos, levemente maior ou menor que o número de mortes ocorridas no ano anterior. Por exemplo, as taxas de homicídios juvenis, em 1996, foram de 41,7 em 100 mil. Os dados mais recentes, correspondentes a 2008, registraram 52,9 vítimas juvenis em 100 mil. A partir desses dados, pode-se prognosticar, com certa margem de erro, quantos jovens morrerão no país no próximo ano por causas violentas. E são essas regularidades as que possibilitam inferir que, longe de ser resultado de decisões individuais tomadas por indivíduos isolados, se está perante fenômenos de natureza social, produto de conjuntos de determinantes que se originam na convivência dos grupos e nas estruturas da sociedade.

Se a visibilidade da violência, especialmente de gênero, assusta; por outro lado ela é fundamentalmente necessária para que medidas de enfrentamento à violência não cessem, sejam continuamente cobradas e realizadas em vista da responsabilidade do Estado de agir com a devida diligência, para coibir todas as formas de violência. Nesse compasso, muitos países adotaram legislações específicas e iniciaram planos de ação, políticas públicas e programas para prevenir e erradicar a violência de gênero. Alguns deles – sobretudo na América Latina – reformaram seus códigos penais para incluir as mortes violentas de mulheres por razões de gênero, como um crime especial (Lei 13.104/2015 Feminicídio no Brasil); criaram unidades especializadas na polícia ou em promotorias; estabeleceram jurisdições, reformularam a assistência (BRASIL, 2015).

Campos, Marra e Pasinato (2011) expõem que um dos grandes obstáculos para a formulação de políticas públicas na área de violência e gênero é a inexistência de dados e informações de abrangência nacional que permitam conhecer as dimensões desta violência numa determinada sociedade, tanto na sua magnitude quanto nas suas formas de expressão ou principais características (percepções da violência, contexto em que ocorre e meios empregados para sua prática e reprodução). Na tentativa de contribuir para o escopo de informações que visam compreender as significações acerca da violência e assim, tornar visível os processos que a constituem, esta pesquisa também objetiva dar voz a jovens que vivenciaram situações de violência em seus relacionamentos e a reconhecem, para que, por meio de suas narrativas possamos traçar caminhos para a desconstrução dessas relações assimétricas.

É, pois, necessário ampliar a compreensão do processo de constituição das relações de intimidade, de construção dos acordos relacionais e, conseqüentemente, da relação entre amor e violência nos relacionamentos afetivo-sexuais, permitindo contextualizar essa modalidade de relação interindividual e relacionamento afetivo-sexual como situação relacional de intimidade experimentada. Tendo em vista esses aspectos associados ao processo de desenvolvimento das relações afetivas e das questões de gênero presentes, aprofundar o conhecimento do fenômeno do namoro também pode trazer contribuições expressivas para o estudo da violência nesta situação de vida (FLAKE, 2013).

Além da ampliação de sentidos, cabe pontuar a importância da veiculação do conhecimento de forma acessível para toda a população, pois, o que se nota é que, embora seja crescente a circulação de dados a respeito, essas informações nem sempre têm alcance e entendimento popular. Tampouco, conseguem ultrapassar os espaços formais de conhecimento para que se promova, de fato, um debate público e democrático em torno desta temática, propostas e ações. Moreira e Massarani (2012) assinalam que a falha comunicação científica brasileira é reflexo, de uma maneira geral, do engessamento de uma visão mistificada da atividade científica, com ênfase nos aspectos espetaculares. Além disso, os autores sublinham que a ênfase nas aplicações imediatas da ciência são também generalizadas. Raramente são considerados aspectos importantes na construção de uma visão realista sobre a ciência, como as questões de risco e incertezas, ou o funcionamento real da ciência com suas controvérsias e sua profunda inserção no meio cultural e socioeconômico.

Nas atividades de divulgação ainda é hegemônica uma abordagem, denominada “modelo do déficit”, por Moreira e Massarani (2012, p. 23), que, de uma forma simplista, vê na população um conjunto de analfabetos em ciência que devem receber o conteúdo redentor de um conhecimento descontextualizado. Aspectos culturais importantes em qualquer processo de divulgação raramente são considerados e as interfaces entre a ciência e a cultura são frequentemente ignoradas. No quadro geral do Brasil, pouco se tem feito para uma atuação de divulgação consistente para as camadas populares. Nos últimos anos, embora tenha havido um interesse crescente no meio acadêmico relativo às atividades de extensão ligadas à divulgação científica, o quadro geral ainda é frágil. Tais atividades ainda são consideradas marginais e, na maioria das instituições, não influenciam na avaliação de professores e pesquisadores. As iniciativas dos organismos nacionais de fomento à pesquisa, que poderiam colaborar com esse processo, têm sido

tímidas, quando não inexistentes, e ainda privilegiam uma visão da divulgação científica ancorada numa perspectiva que favorece o marketing científico (MOREIRA; MASSARANI, 2012).

Outrossim, é de notório consenso que o saber por si só não rompe com o *modus operandi* e transforma o sentido do que outrora era tido em caráter de verdade. Para que haja a des/re/construção e ressignificação, em nível individual, e a transformação social, em nível coletivo, é preciso empoderamento dos saberes semeados para desestabilizar as verdades hegemônicas cristalizadas em nossa cultura. O empoderamento⁶ dos movimentos e minorias sociais torna-se substancial para que as aspirações de mudanças possam se efetivar (RIBEIRO, 2011). A respeito deste termo que difundiu-se nos últimos anos, convém esclarecer que é um neologismo cunhado por Paulo Freire que tem origem no termo inglês “*empowerment*”, definida no dicionário Aurélio como o ato ou efeito de promover conscientização e tomada de poder de influência de uma pessoa ou grupo social, geralmente para realizar mudanças de ordem social, política, econômica e cultural no contexto que lhe afeta. Toma-se nota que esse processo é reflexo de um trabalho histórico, como preconiza Ribeiro (2011), que vai ganhando mais resultado à medida que as pessoas cada vez mais sensibilizam-se e reveem suas posições.

Diante do exposto, ressaltamos a importância da promoção de estudos que visem compreender as diferentes redes pelas quais a violência de gênero se apresenta, visando conhecer a dinâmica, as percepções e significados que lhe são dadas pelos sujeitos que a vivenciaram no âmbito da relações afetivo-sexuais. A busca pelo entendimento desse fenômeno é uma ferramenta irrefutável para a disseminação de ideias que colaborem no processo de empoderamento e deslegitimação da violência em nossa sociedade.

Assim, direcionamos o olhar para a internet, assumindo-a como um território de (re)produção de subjetividades, e ainda, como unidade que potencializa a fragmentação de sentidos e os múltiplos discursos que o legitimam. Então, retomando ao objetivo, nos propomos a *explorar as redes discursivas acerca da violência de gênero vivenciada nos relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens, partilhadas em redes sociais digitais, tendo como referência marcadores como gênero, raça/etnia, classe socioeconômica e as*

⁶ Partindo da noção foucaultiana de que poder é exercício, entendemos o empoderamento como processo de inserção nos processos de produção e apropriação de conhecimento e de transformação da realidade, por meio da ação, dos sujeitos que, pela estrutura social se encontram excluídos ou impossibilitados de agir em alguma dimensão de suas vidas (FOUCAULT, 2011).

relações de poder subsequentes, a fim de contribuir para o enfrentamento à violência de gênero, suas demandas, ações e discussões.

Para tanto, no primeiro capítulo apresentamos um breve histórico das relações sociais de intimidade, expondo as transformações dessas relações e a sua introdução em nosso país, permeada pela cultura europeia, na tentativa de buscar compreender melhor como valores oriundos desde o Cristianismo europeu ao Capitalismo industrial transformaram e reconfiguraram os relacionamentos amorosos, ao longo do tempo, e subsidiam o pano de fundo das relações afetivo-sexuais contemporâneas.

No segundo capítulo, destacamos a *internet* como espaço de inúmeras relações discursivas, palco de subjetivações e engendradas relações de poder, que atua na contemporaneidade como produtora de tramas e enredos que nos ensinam novas formas culturais de ser e estar no mundo e nas relações, ao passo que também se caracteriza como espaço de mobilização e instauração de lutas sociais, sendo um promissor campo de pesquisa e atuação.

No terceiro capítulo nos dedicamos a apresentação da proposta metodológica pela qual nos movemos. Partindo do princípio de que, a *internet*, ao passo que permitem a ampla circulação dos discursos midiáticos, são úteis à instituição de modos de pensar e tentam promover a adoção de determinadas práticas sociais, e também se constituem como espaços de permissividade de fala, nos valem do pensamento foucaultiano para tecer análise sobre os discursos nas redes sociais e suas articulações, continuidades e rupturas (entre outras relações discursivas possíveis).

No quarto capítulo, analisamos os discursos apresentados por jovens em relação às violências vivenciadas nos relacionamentos afetivos-sexuais e buscamos compreender os acontecimentos que perpassam essas relações, tendo em vista as tramas de poder e os marcadores sociais que constituem os sujeitos. Aqui, nos implicamos a dar visibilidade a materialidade dos discursos que expressam a forma de agir, de pensar e de produzir verdades e posicionam os sujeitos em suas relações.

Em continuidade, apresentamos a síntese da pesquisa tecendo as considerações atuais que as análises desenvolvidas nos permitem vislumbrar e verbalizar.

Por fim, sugerimos que este texto seja lido não de uma forma absoluta, nem ordenada ou seriada (as lacunas, os vazios e as omissões – às vezes não propositais – também podem ser indicativos de outras e variadas compreensões) e nem totalitária (esta é apenas uma maneira de escrever ou falar de algumas coisas que estão neste mundo).

CAPÍTULO I

Relacionamentos em pauta – descortinar os sentidos e suas construções

Quem é aquele que vive sozinho?
Quem é aquele sem relação?
Será que existe alguém que sobrevive,
sem nem ao menos um aperto de mão?
(Carpinejar, 2013)

Quem? Sujeito das indagações corriqueiras a despeito das relações que desempenhamos ou deveríamos desempenhar em nossas vivências. Assim, os relacionamentos atravessam o nosso cotidiano, são falados, cantados, desenhados, idealizados, imaginados, materializados e, sobretudo, realizados. As várias maneiras de nos relacionarmos (social, política, culturalmente) com o outro – e, particularmente aquelas maneiras tipicamente “modernas” que procuram conhecer, descobrir, desvelar, estudar, classificar – não foram sempre as mesmas, tal como assinala Rocha (2005). As relações interpessoais, por exemplo, se diferenciaram ao longo dos séculos e das culturas. Neste capítulo, pretendemos tecer algumas considerações sobre o amor e relações amorosas, sexualidade, ciúme e violência no contexto das relações afetivo-sexuais.

Há quem considere, tal como Bystronski (1992), que independentemente das variáveis histórico-sociais, é no âmbito das relações interpessoais que o ser humano vive suas mais fortes emoções, dentre elas o prazer decorrente do amor. É, pois, este ponto, uma constante importante ao discorrer acerca de relacionamentos que buscamos contrapor. Contrárias à ideia veiculada por Bystronski (1992), consideramos ser impraticável tratar o amor desvinculado do contexto histórico-cultural. Permeia as relações a ideia de essência nas emoções e sentimentos, que seriam inerentes ao âmbito do relacionamento. Essa reiteração naturalizante é o ponto de partida que o presente ensaio pretende desmitificar. Para tanto, faz-se necessário discorrer sobre a construção acerca dessa esfera e seus antecedentes ao longo do tempo.

Souza e Hutz (2008) definem relacionamento como um processo dinâmico, que se desenvolve ao longo do tempo e se modifica conforme as etapas da vida, influenciado por normas sociais e aspectos culturais. Ao longo do tempo, observamos um avanço no número de estudos que abordam essa temática. Fehr (1996) destaca que até a década de 1950, a comunidade científica recusava o relacionamento como objeto de estudo em virtude de seu caráter complexo, privado e misterioso, e portanto, inacessível à análise científica.

A busca pelo conhecimento e sistematização direcionada aos relacionamentos pessoais e sociais deve-se a um conjunto de fatores inter-relacionados. Tema de interesse destinado, a princípio, à Psicologia, Souza e Hutz (2008) sublinham que à insatisfação com as pesquisas conduzidas nos laboratórios de psicologia na década de 1970 somou-se uma demanda por investigações em ambiente natural, com o estudo de pessoas reais. A partir daí, um crescente interesse por estudos práticos e aplicados, como a investigação de habilidades sociais, promoção ou reparação de relacionamentos, solidão e violência, também estimulou o surgimento de novas pesquisas e a expansão para outros campos de saber. Nesse ínterim, aqui exploraremos a perspectiva histórico-cultural e suas variáveis sociais, especialmente no que diz respeito aos relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens, no intento de tecer apontamentos acerca dos processos que envolvem a idealização romântica de amor, bem como do ciúme e suas implicações nas relações na atualidade, e por conseguinte, instigar desconstruções.

Os relacionamentos afetivo-sexuais e sua vitrine histórica

Ao longo da história na sociedade ocidental, o amor vem sendo cantado, falado e representado de diferentes formas. É o amor alvo de tantas interpretações e expressões que se converte em um tema complexo, que se constitui como elemento fundamental e fundador do vínculo nos relacionamentos entre pares (SILVA; MEDRADO; MELO, 2013). Partindo do pressuposto que o amor é uma construção social, dinâmica e mutável, Nascimento (2009) salienta que, histórico-culturalmente, a noção de amor postulada como essencial para a relação já não é mais universal. Por ser uma construção contínua e diante das novas e diversas configurações de relacionamentos, o amor assume diferentes papéis no âmbito das relações, não sendo o único elemento de importância para o desenvolvimento dos vínculos afetivo-sexuais (UNGER; SANTOS, 2015).

No âmbito científico, Rubin (1973), um dos pioneiros em estudos com a temática, inicia a descrição sistemática do amor embasando-se na exploração dos conceitos de gostar e amar, observados de forma independente. Em seu trabalho, o autor apontou como componentes do amor o precisar do outro, os cuidados para com ele e a presença da intimidade, envolvendo a confiança e a proximidade. Além disso, pontuou que o gostar comporta duas dimensões fundamentais: a afeição e o respeito. Afeição é o gostar baseado no experienciar o calor emocional e na proximidade à pessoa. Respeito, por sua vez, se baseia na admiração pelas características ou ações da pessoa (RUBIN, 1973).

As pesquisas com a temática foram crescentes com o passar do tempo e, gradualmente, ampliavam os enfoques. Assim, diversas teorias foram postuladas acerca do amor e tiveram repercussão, como por exemplo, a teoria denominada “as cores do amor” por Lee (1988), em que tenta explicar o amor através de uma analogia.

[...] assim como nas cores, no amor também encontramos diversas variações, ou *love-styles*, deslocando o foco da questão do quanto duas pessoas se amam para quais cores do amor produzem uma boa combinação. Assim, podemos destacar três estilos primários de amor, quais sejam: Eros, baseado no amor erótico, que geralmente inicia com uma grande atração física, em que os sujeitos se guiam por um tipo de pessoa ideal, abrindo-se mutuamente para o conhecimento; Storge, ou amor companheiro, em que a afeição e o compromisso se desenvolvem gradativamente, não possuindo o sujeito um tipo ideal, mas procurando conhecer outras pessoas que apreciem as mesmas atividades de seu interesse e com as quais pode se unir e Ludus, em que o sujeito não possui qualquer tipo ideal, estando voltado para o prazer, o jogo sem compromisso (Lee, 1988, p.49).

Lee (1988) afirma que da combinação dos estilos pode decorrer novos tipos de amor, ou cores secundárias do amor, são elas, mania (eros + ludus), caracterizada pela preocupação obsessiva com o ser amado, de forma ciumenta e possessiva; pragma (ludus + storge), baseado em interesses comuns, em que se valoriza a compatibilidade; e ágape (eros + storge), amor altruísta, respeitoso, dedicado, desinteressado. Slepj (1998) acrescenta que o amor é, pois, o mais intrincado e estruturado dos sentimentos humanos. Considerado como uma componente de qualquer relação afetiva: sendo uma competência, uma faculdade de que o indivíduo dispõe e exprimindo-se nas mais variadas formas e com diferentes graus de intensidade, combinando uma série de emoções, voltado para diferentes “finalidades”, por exemplo, um/a parceiro/a, filho/a ou ideal.

Assim, esses são alguns exemplos de como o amor tem sido descrito, ensinado e propagado. Todavia, é o caráter histórico e relacional o enfoque de interesse deste trabalho. Tal como Luhman (1991) assinala, buscamos aqui centrar o amor como um fenômeno histórico, enfatizando a ideia de que o amor deve ser incorporado num código social partilhado por indivíduos que estabelecem relações uns com os outros. Assim, tendo em vista as relações entre o sistema social e os veículos da comunicação simbólica, Luhman (1991) propõe que o amor seja analisado a partir das especificidades culturais e das ideologias que operam.

Tais questões podem ser compreendidas à luz dos fatos históricos que o constituem e o constroem. No tocante à história, o entendimento da concepção do amor no Brasil está vinculado ao desenvolvimento do país e diretamente relacionada às formas

de governo que institui o *modus operandi*⁷ social. Assim, os saberes acerca do amor em terras brasileiras têm suas bases na colonização, introduzidos no Brasil colonial a partir da concepção europeia, esse sentimento foi produzido em alguma medida pela Igreja e pelo Estado de então, com forte apelo ao modelo imposto pelos colonizadores portugueses. Nesse enredo, a medicina e a Igreja se uniam em favor da manutenção de normas moralizantes em contenção à aclamação corporal (DEL PRIORE, 2005).

Neste período, é válido destacar que todo o Ocidente cristão (inclusive o Brasil), viveu um período de opressão e repressão ilimitadas, com uma “ética sexual” sendo estabelecida com severidade, durante uma longa data, permeando as mentalidades e proibindo que amor e sexo estivessem unidos até a metade do século XX (PRIORE, 2005, p. 13). Foi a partir do século XX, conforme Del Priore (2005) aponta, que as mudanças radicais que se operam na sociedade ocidental ocorreram. A reviravolta provocada pela Revolução Sexual, com destaque para o advento da pílula anticoncepcional e o movimento *hippie*, proporcionam reconfigurações dos valores que outrora nos ensinaram sobre o amor, produzindo profundas transformações na estrutura da instituição familiar e nos relacionamentos.

O amor passa a ser cantado em versos de samba e a paixão reverenciada em seu aspecto carnal; veículos de informação adentram a esfera da intimidade ensinando à mulher temas, antes proibidos. O cinema, a imprensa, as vestimentas e tantos outros marcadores de uma nova moral ganham espaços e reconhecimento público (NASCIMENTO, 2007). Contudo, mesmo com alguns deslocamentos, a igreja e a medicina permaneciam onipotentes, veiculavam o discurso que os filhos e o sexo para procriação justificavam quaisquer sacrifícios. Só o casamento poderia ser receptor do sexo higiênico e decente. Por isso, era incentivado como uma maneira de normatizar o convívio, sendo evocados os santos que pudessem ajudar o encontro de um parceiro, como Santo Antônio e São Gonçalo do Amante. Afinal, “o amor da mulher pelo homem não é um sentimento de origem sexual, mas uma forma destes devotamentos que se desenvolvem entre em ser inferior e outro, superior” (DEL PRIORE, 2005, p. 262). Biasoli-Alves (2000, p. 237) acrescenta ainda que:

A família e a Igreja ainda estão falando uma linguagem muito próxima e pretendem continuar dizendo o que é certo e o que é errado, o que se pode considerar como um bom comportamento e o que é inaceitável para ‘uma moça de família’. No entanto, percebe-se uma ‘diminuição na rigidez das normas, um começo de encantamento com a inteligência,

⁷ Expressão em latim que significa “modo de operação”.

a competência, o trabalho e a independência da filha', resguardando o valor atribuído ao 'casamento com a pessoa certa, a obediência a padrões de moralidade estabelecidos e mantidos através de gerações.

São esses os modelos de homem e mulher construídos pelo capitalismo, segundo Luz (1982, p. 16), e eram, no caso do homem, “um modelo de ser humano racional, forte e, ao mesmo tempo, egoísta e disciplinador”, enquanto no caso da mulher, “era de uma santa, aquela que contrapõe a frieza da ordem estatal: sensível, emotiva, generosa e imaginativa, simples e pura (sem desejos), fiel e honesta” (p. 16). Estes papéis tomaram forma com a ideologia romântica da paixão, do amor eterno, verdadeiro e único, próprio do relacionamento, especialmente o casamento.

Convém pontuar que, ao discorrer sobre o histórico do amor, atravessamos a construção e concepção de sexualidade. Ao remeter a sexualidade ao âmbito da história humana, reiteramos o entendimento de que todo conhecimento é temporal, é circunstancial, é contingencial (FURLANI, 2007). Assim, partimos do pressuposto que a sexualidade também é uma construção histórica, social, política e cultural. Foucault (1999) aventa que a sexualidade não é um dado da natureza. Constitui-se um dispositivo histórico, datado da metade do século XVIII: o dispositivo de sexualidade. Trata-se de uma rede entrelaçada por um conjunto de práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos, intensificação dos prazeres e formação de conhecimentos, inclusive, permeada pelo amor.

Para Foucault (1999), o “dispositivo de sexualidade” compreende alguns mecanismos complexos que suscitam incômodo nas relações interpessoais que abrangem questões ligadas à sexualidade. Os “dispositivos” seriam discursos que constituem um conjunto de elementos heterogêneos, presentes, por exemplo, na justificativa de uma prática, nas instituições, nas leis, nos enunciados científicos e nas proposições filosóficas, morais e filantrópicas. De tal modo, são concepções de momentos históricos específicos que surgem para responder a uma demanda urgente.

No cerne de produção e legitimação de discursos acerca da sexualidade, a medicina e a clínica, a religião e o Estado, ao se estruturarem como campos de saber-poder capazes de produzir efeitos em diversas áreas, são responsáveis por facultar ou limitar compreensões e possibilidades de reconhecimento e de construção de novos direitos. As verdades produzidas por essas instâncias, assim como as de qualquer forma de conhecimento, são produzidas em meio a tensões sociais, históricas, culturais, políticas, jurídicas etc. Em que pese a realidade, ao longo da história, assim como em

relação ao amor, as pesquisas relacionadas à esfera da sexualidade são fortemente afetadas pelos padrões morais, religiosos e, de todo modo, pela heteronormatividade. Não surpreende, portanto, que a obsessiva preocupação em procurar localizar as causas naturais do desejo homossexual (que já produziu, até o momento, mais de setenta diferentes teorias) não tenha empreendido iguais esforços voltados para descobrir as causas da heterossexualidade (DINIZ, 2009).

A heteronormatividade, ou seja, a heterossexualidade como padrão de normalidade, se sustenta, fundamentalmente, nos discursos dominantes estabelecidos como naturais, que legitimam a autoridade ou mesmo a superioridade moral de algumas identidades sexuais e de gênero em detrimento de outras (SOARES, 2012). Lima (2009) acrescenta que as regras da heteronormatividade são uma construção da própria sociedade, servindo para controlar e normatizar as condutas sexuais dos sujeitos, estruturando seus desejos, subjetividades e práticas sexuais de um único modo, estabelecidas como corretas e sadias.

É, pois, nesse emaranhado que a sexualidade e o amor foram administrados no tecer da história da humanidade. Sarmento (2006) ressalta que, com as revoluções comportamentais, advindas, principalmente, com a pílula contraceptiva e o movimento *hippie*, a sexualidade libertou-se, o amor remodelou-se. Sem esquecer que o amor e a sexualidade, muitas vezes, foram, e ainda são, colocados como fator de entretenimento, de objeto de prazer, não sendo vistos em sua dimensão subjetiva.

O Brasil, país escravocrata até quase a última década do século XIX, sofreu várias influências de fora, principalmente da Europa. Todavia, podemos dizer que, ainda nos tempos atuais, uma das ideologias que maior impacto teve na cultura brasileira foi aquela desenvolvida pela família patriarcal, herdeira de privilégios aos homens sobre o domínio social que segue enraizada até os dias de hoje. Nem mesmo o individualismo, que deslocou o foco da família para o indivíduo e que irrompeu de forma radical das revoluções liberais ocorridas na passagem da Idade Moderna para a Contemporânea, conseguiu suplantá-la, a ideologia da família patriarcal no Brasil (BARROS, 1999).

Para Biasoli-Alves (2000), não houve apenas rupturas com relação aos antigos padrões estabelecidos durante o período patriarcal, mas, ao contrário, há muitas continuidades que ainda são legitimadas na atualidade. Em suas palavras, “práticas e atitudes parecem assumir apenas e tão somente outra roupagem, mostrando, numa análise mais aprofundada, que a maneira de pensar certas questões ainda se encontra presa aos padrões de outras épocas” (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 233). São esses padrões e, mais especificamente, a chamada herança patriarcal, que desde a colonização brasileira se

estabeleceram na dinâmica relacional e tinham como base uma identidade familiar senhorial, parental e patrimonial, que se refletem em nossas estruturas de família e no estabelecimento de relacionamentos no Brasil, ainda em vigor na contemporaneidade.

Na atualidade seguimos, conforme Del Priore (2005), com noções de amor que por um lado, pregam a liberdade e, por outro, a possibilidade da contenção do ato sexual em nome da moral e dos bons costumes e da estabilidade financeira. E nesse jogo há valores estabelecidos, que muitas vezes, vem acompanhados com a vulgarização, a rejeição e o desencantamento dos corações, na contemporaneidade. Outrossim, há que se ressaltar que a noção de liberação sexual, em certo sentido, só fez acentuar o quanto ela ainda precisava caminhar em sua proposta de alcançar relações simétricas entre os gêneros. Logo, as construções de gênero em alguma medida também delineam o amor, além da performatividade de gênero.

Os relacionamentos afetivos-sexuais e as implicações de gênero

O amor cantado em prosa e verso desde o período colonial está muito distanciado do dia-a-dia. O que é percebido, quase sempre, são práticas assimétricas entre os gêneros, impondo à mulher a sujeição ao poder patriarcal e machista, na esteira da catequização religiosa. Ao longo da história, havia duas concepções amorosas hegemônicas: uma voltada para o santo amor conjugal e outra que podia ser vivenciada fora do casamento, com direito à realização física e impura (SACRAMENTO, 2006).

Assim foram sendo construídas categorias binárias para elencar as práticas, em uma sociedade conservadora, escravista e patriarcal como a brasileira. A promoção do amor, como aponta Giddens (2003), tornou-se predominantemente uma tarefa das mulheres. Nas palavras deste autor, “as ideias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior” (GIDDENS, 2003, p.54).

O discurso médico, por sua vez, produzia “verdades” acerca dos papéis masculinos e femininos baseados na ideia de uma “natureza” distinta de homens e mulheres, que serviam de justificativa para o poder exercido pelo homem na esfera pública e pela mulher no âmbito doméstico. A sexualidade e o amor entre o homem e a mulher nos relacionamentos transformaram-se em normas de saúde (RIBEIRO, 2010). No campo das artes e literatura, emerge a ideia do “Romance” oriunda da Europa, no século XIX, para reforçar a ideia de fragilidade feminina x força masculina que, segundo

Giddens (2003), contribuiu para uma série de mudanças na vida social. O autor assinala que “o romance converteu-se em uma via potencial para o controle do futuro, assim como uma forma de segurança psicológica” (GIDDENS, 2003, p.52).

Na esfera jurídica-estatal brasileira, Del Priore (2005) sublinha que o próprio aparato jurídico legitimava a autoridade masculina. O Código Civil da época ainda “previa a nulidade de casamento quando constatada pelo marido a não virgindade da noiva” (DEL PRIORE, p. 260). Por isso, os crimes passionais, se praticados pelo homem, encontravam acolhida em teorias e no seio social, que justificavam a autonomia e dominação masculinas, moldando a masculinidade que se instituiu em defesa da honra. O adultério, contudo, abria ao homem a possibilidade de exercer a sua sexualidade, pois com a esposa só era permitido aquilo que não a desonrasse. Com as mulheres oriundas da escravidão e mesmo aquelas trabalhadoras livres, o concubinato se fazia presente (SACRAMENTO, 2006).

Há que se ressaltar que no contexto brasileiro não podemos perder de vista que, especialmente a partir do século XIX, em que aumenta-se a circulação de cidadãos europeus, tinge-se o país de cores não vistas antes na Europa, com a chegada dos negros escravizados e a miscigenação, passando a ocupar na escala social posição de destaque, enraizando na raça assimetrias claramente refletidas em estereótipos relacionais segregacionistas, que perduram até hoje. A hipersexualização das mulheres negras tornava-se evidente e, por consequência, a elas foi direcionada a função de satisfazer os desejos físicos idealizados no imaginário masculino, usurpando-lhes qualquer autonomia. De tal modo que as mulheres negras eram vistas pela ótica dicotômica de exóticas, apimentadas, mas que também era pecaminosas, proibidas, não serviam para o casamento, tampouco para a monogamia (DEL PRIORE, 2011).

Foi a partir do século XX, em especial na segunda metade, que os acontecimentos começaram a desestabilizar a estrutura patriarcal especialmente a instituição familiar, ao mesmo tempo em que colaborava com a consolidação da união romântica, iniciada no século anterior. O período é marcado por uma intensa incitação ao discurso por meio da liberação de expressão, com transformações propagadas pelo advento da mídia, a ascensão de movimentos sociais, as conquistas jurídicas, a disseminação das revoluções, dos modos de pensar, de vestir: presenciamos o nu feminino nas telas do cinema brasileiro por meio das pornochanchadas; o movimento *hippie*, o movimento feminista, a pílula anticoncepcional libertando a mulher do fantasma da gravidez indesejada; o número de divórcios se ampliou; as relações homoafetivas ganharam espaços; a televisão

apresentando um novo modelo de mulher, esta, por sua vez, liberada, livre das amarras do casamento; revistas destinadas ao público feminino começam a romper com tabus, ao falar abertamente em sexo, orgasmo e fetiches (DEL PRIORE, 2005).

A reação masculina não tardou a chegar e, logo, os crimes passionais ganharam manchetes na imprensa. Maridos matam esposas ao constatarem ou mesmo desconfiarem que estivessem sendo traídos. A “revolução sexual” foi contida pelo risco da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS), vista inicialmente como o “câncer gay”, mas que, tempos depois, instalava o pânico e levava as pessoas a reavaliar seus hábitos sexuais, estilos de vida, princípios morais e padrões culturais (DEL PRIORE, 2011).

Ademais, essa liberação não extinguiu a repressão e vigilância, redirecionadas a outras formas de controle. Del Priore (2011) salienta que, novamente a medicina continha os excessos por meio da disseminação de livros que valorizavam a virgindade e orientavam quanto aos cuidados que os homens deveriam ter na noite de núpcias. Todavia, mesmo que pudor e recato continuassem a distinguir as mulheres honestas das levianas, sabia-se que, nos novos tempos, abortos e doenças sexualmente transmissíveis eram constantes. Outrossim, as pequenas liberdades de gênero conquistadas ao longo do tempo nunca foram universais. Essas mudanças atingiam as classes média e alta, a quem era concedido o direito/dever de constituir família e perpetuá-la. Os pobres, pessoas escravizadas e seus descendentes, simultaneamente às transformações advindas da época, ainda lutavam para deslocar-se do lugar social de inferioridade e servidão que lhes era destinado, ao passo que (re)inventavam estratégias para resistir. Sobretudo, as mulheres negras, as quais tinham que lidar com a hiperssexualização de seus corpos e reivindicar a autonomia de sua existência para além do prazer carnal dos senhores.

Ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira, a desarticulação entre como de fato se dava a constituição da família no país e a instituição do casamento como pregada pela Igreja e o Estado fizeram emergir um conjunto de novos formatos organizadores das relações afetivo-sexuais, cuja aceitação ocorreu de maneira desafiadora. A análise da instituição do casamento e da família no país envolve, assim, uma reflexão acerca dos processos mais expressivos de padronização e ruptura dos comportamentos sociais no âmbito do estabelecimento das relações de intimidade (RIBEIRO, 2010).

É neste cenário que a trajetória feminista desta época que, aliada com a ousadia de mulheres que lutavam para libertarem-se da preponderância religiosa, familiar, social e trabalhista, marcava a nossa história de conquistas e alçava o caminho rumo à libertação

das desigualdades. É preciso destacar que o feminismo modificou muito as relações homem-mulher no Brasil. Hoje, um número cada vez maior de mulheres participa do mercado de trabalho e alcança posições de prestígio na sociedade, apesar das diferenças estruturais continuarem presentes. Além disso, ao passo que elas conseguiam autonomia – nas posições sociais em que era possível esse deslocamento – se tornaram responsáveis pela própria sexualidade, podendo optar ou não pela maternidade, pelo sexo por simples prazer, independentemente da existência do amor – facilitado pelo surgimento de contraceptivos mais eficazes.

Convém pontuar que se, aparentemente, as questões levantadas por algumas feministas brasileiras são as mesmas definidas pelos movimentos europeus e norte-americanos, é importante observar aqui que os momentos em que surgiram, bem como suas trajetórias são distintos. A formação social brasileira produziu um tipo de dominação patriarcal específico, uma opressão própria das mulheres brasileiras, o que levou a problemática feminista no Brasil a apresentar peculiaridades e particularidades decorrentes dessa cultura patriarcal aqui dominante.

Menandro, Rolke e Bertollo (2005), em suas pesquisas, reforçam a ideia de que o universo cultural foi construído a partir da perspectiva masculina, na qual estão presentes concepções sobre a natureza feminina e sobre as relações amorosas que justificam o desequilíbrio de poder nas relações conjugais/afetivo-sexuais. Eles apontam para o fato de que estas reflexões impregnaram fortemente as diversas modalidades de produção cultural, como valores, princípios religiosos, normas, manifestações artísticas, linguagens e estereótipos, que regulavam os comportamentos distintos de homens e mulheres, algo que aprendemos desde a infância como impossível de ser modificado.

Apesar das mudanças relativamente recentes nos papéis e posições de mulheres e homens terem se alterado, a transmissão dos modelos ou papéis de gênero tradicionais ainda está presente na educação das crianças hoje e pode ser vista, como aponta Rocha-Coutinho (2007), no caso das mulheres, na permanência de certas brincadeiras consideradas tipicamente femininas, como a brincadeira de casinha, bem como no incentivo de certa dependência feminina com relação às pessoas e, na perpetuação da transmissão de que a atividade de cuidar das necessidades dos outros é vital para que elas sejam consideradas boas mulheres. Isso parece acontecer porque a socialização feminina continua a preparar as mulheres para atuar na esfera doméstica e, como consequência, para que elas voltem sua atenção para atender às decisões e /ou necessidades dos outros acima de suas próprias necessidades. Em decorrência disso, Ribeiro (2010) assinala que,

o homem continua a ser ensinado a se ver como dono de seu destino, enquanto a mulher é levada a delegar aos outros a autoria e a responsabilidade por sua própria história.

Hall (2011) ressalta que, com a globalização, a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso todas as identidades culturais fortes e está produzindo uma fragmentação de códigos culturais, uma multiplicidade de estilos, uma ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente, na diferença e no pluralismo cultural. Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais e pela mídia, mais as identidades e os relacionamentos se tornam desvinculados de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo flutuar livremente (BAUMAN, 2001).

Para Velho (2006, p. 34) “de um modo inédito, os indivíduos modernos estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferentes e heterogêneos. Existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes em sua escala e extensão”. Para o autor, o que está em jogo atualmente é a dinâmica das relações entre sistemas culturais e suas repercussões na existência dos indivíduos. Por isso mesmo, o sujeito constitui o aspecto mais complexo e também mais fundamental das transformações, sejam elas da família ou das demais instituições sociais. E, neste sentido, sua história pessoal, relacional e familiar reflete dimensões diversas da história social e cultural de nosso país.

Ribeiro (2010) nos chama atenção para a importância de olhar para as macro e microrrelações envolvidas nestas transformações. No âmbito das macrorrelações, julgamos importante apontar nosso modelo econômico, o neoliberalismo e o capitalismo, como um sistema produtor e gerador de certo modo de produção que engendra formas opostas, direcionadas à competição e desiguais. Além disso, é um sistema que promove todo tipo de opressão, seja ela na relação entre homens e mulheres, seja na relação das mulheres entre si, ou na dos homens entre si. No âmbito das microrrelações, faz-se necessário mencionar a questão da construção das novas identidades e subjetividades, estas, por sua vez, fragmentadas e plurais, devido ao advento da globalização, como Hall (2000) pontua.

Isto posto, Figueira (1987) aponta que o que causa mal-estar nesse processo de mudanças aceleradas vivenciadas nas sociedades modernas é o fato da dimensão política-sociocultural (macrorrelações) se alterar mais rápido do que a dimensão das identidades e subjetividades (microrrelações). A mudança destas últimas parece ser extremamente lenta devido ao bombardeamento e vinculação de novas informações sobre as formas de ser e estar. Em vista disso, podemos entender, então, porque a contemporaneidade é tão

complexa e gera tantos paradoxos. Tudo muda muito mais rápido na superfície, uma vez que, nossas identidades e subjetividades não estão acompanhando o ritmo dessas mudanças externas. Assim também, nem tudo do nosso passado pode ser considerado acabado e deixado para trás (RIBEIRO, 2010).

Para Bauman (2004, p. 21), “uma cultura consumista como a nossa favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação plena e instantânea nos relacionamentos”. O autor associa o benefício, a satisfação imediata, o lucro e a descartabilidade das relações amorosas à economia, aos investimentos financeiros, como se os relacionamentos tivessem se transformado em negócios, em que é necessário obter lucro, em que a gratuidade do amor recíproco não pode existir. Nesse contexto e no tocante à história das práticas e dos hábitos amorosos que marcaram o Brasil, atravessam a expressão da sexualidade, delimitam papéis e circunscrevem valores de gênero aos sujeitos, notamos que as noções veiculadas e instituídas a respeito são, sobretudo, expressões ligadas e designadas pelo seu tempo.

Ainda que, na atualidade, as pessoas não estabeleçam relações da mesma maneira que no período colonial e as mudanças ocorridas nesse longo percurso sejam resultados de influências e ações culturais que predominaram de maneira e grau distintos em cada cenário brasileiro, tais valores precisam ser visibilizados e continuamente desconstruídos, pois ainda refletem e subsidiam as relações assimétricas que mudaram e ampliaram seus formatos, mas permanecem desiguais e discriminatórias em sua estrutura e desenvolvimento na contemporaneidade.

Relacionamentos afetivo-sexuais na contemporaneidade

No que se refere ao estabelecimento de relações no cenário contemporâneo, retomemos a Bauman (2004), uma vez que, como ele explica, a parceria passa a ser vista, assim como os bens de consumo, como algo que deve ser instantâneo, usado uma só vez, podendo ser eminentemente descartável. Há ainda que destacar que, ao passo que os relacionamentos amorosos da atualidade admitem características outrora sequer imaginadas, também apresentam-se cada vez mais plurais, em comparação aos relacionamentos do final do século XIX, constituindo diferentes configurações. Vários aspectos influenciaram essas mudanças percebidas na contemporaneidade. Nesse contexto, Silva, Medrado e Melo (2013, p. 7), discorrem:

O que é o amor? Sabe-se que essa ideia pode variar conforme a cultura, vivência e percepção que cada indivíduo tem desse sentimento. Amor que (des)encanta, que morde, amor que fere, que traz felicidade, que provoca lágrimas, vingança, (des)encontros, (des)prazeres e até morte. É o amor alvo de tantas interpretações e expressões que se converte em um tema complexo, que se constitui como elemento fundamental do vínculo entre casais.

Nas pesquisas desenvolvidas na atualidade, busca-se entender quais as percepções e expectativas dos jovens a respeito do desenvolvimento de relações de intimidade. Em uma pesquisa desenvolvida por Chaves (2010), por exemplo, discutiu-se a heterogeneidade das percepções de jovens sobre os relacionamentos amorosos. A análise do estudo constatou que não há uma homogeneidade nas opiniões sobre as percepções, as quais variam entre dois extremos: de um lado, há aqueles que veem os relacionamentos como semelhantes aos de outrora, e, de outro, os que percebem o campo amoroso como desordenado, instável, efêmero, inseguro e frágil.

Já no estudo de Falcke e Zordan (2010), buscou-se investigar a opinião dos jovens sobre romantismo, família, papéis conjugais e permissividade sexual, comparando as opiniões de homens e mulheres. Os resultados indicaram que o casamento continua como relacionamento desejado pelos jovens, apesar de não estar entre seus principais projetos de vida. O amor é importante, mas não é mais percebido como eterno e exclusivo. E a avaliação dos papéis conjugais reflete a transição entre velhos e novos modelos de relações e papéis atribuídos neste âmbito.

Fletcher, Simpson e Thomas (2000) propõem que aspectos específicos do relacionamento amoroso contribuem com relativa influência para sua avaliação global. Nessa perspectiva, componentes como sexo, intimidade, comprometimento, comunicação etc., são construtos de ordem hierárquica que compõem a qualidade do relacionamento. Seguindo essa linha de pensamento, Garcia e Maciel (2008) afirmam que elementos do envolvimento romântico, ainda nos tempos atuais, também sofrem influência de aspectos de natureza religiosa, podendo contribuir de forma positiva ou negativa para a satisfação no relacionamento e para o processo de escolha dos pares.

Silva e Pereira (2005) explanam sobre as expectativas que o indivíduo constrói sobre o/a companheiro/a e as características do/a companheiro/a real, e o sentimento de frustração que se insere nos relacionamentos em decorrência delas. Andrade et al. (2005), corroboram essa ideia afirmando que a satisfação com o relacionamento é um importante preceptor da avaliação do bem-estar psicológico do indivíduo. Pessoas satisfeitas no relacionamento amoroso, geralmente, vivenciam de maneira positiva os demais contextos

da vida. Andrade, Garcia e Cano (2009) acrescentam que quando as pessoas se envolvem no relacionamento afetivo-sexual e buscam, de alguma forma, a manutenção da união, pode-se supor que algumas motivações influenciam essa escolha. Entre elas, encontra-se a satisfação de vivenciar o relacionamento romântico com a pessoa escolhida, o que ocorre à medida que a avaliação da qualidade do relacionamento atende às expectativas e aos desejos que o indivíduo tem sobre a pessoa amada.

É, pois, sobre essa romantização da pessoa e do relacionamento que precisamos atentar-nos. A idealização do amor, intensivamente propagado como plenitude de vida, unidirecional em caráter, perpetua ideais de complementação – metade da laranja, tampa da panela - e reforçam a dependência romântica, com ênfase na importância do relacionamento, no quanto o parceiro é indispensável e, sobretudo, na exclusividade do amor, estando a felicidade do indivíduo na dependência do relacionamento com o parceiro. Como aponta Goldenberg (2003), vivemos em uma sociedade que ainda enfatiza muito mais os valores associados ao amor-romântico, como encontrar a “cara metade”, o companheirismo, a cumplicidade e a dedicação, bem como os projetos e interesses em comum, a interdependência e a complementaridade entre os pares.

Peele (1988) sublinha que o amor pode ser visto como hábito, na medida em que os parceiros não possam ver nada além de um ao outro e a relação contenha aspectos destrutivos, de sofrimento, em que sua manutenção vista como uma questão de segurança, muitas vezes impedem outras fontes de satisfação. Assim, os jovens tendem a contestar nos relacionamentos de namoro as competências sociais esperadas para os/as parceiros/as. Não obstante, por essa expectativa e cobrança gerada podem também se envolver em comportamentos abusivos, já que, não raras vezes a informação que partilham entre si é que, pelo bem-estar da relação, tudo vale, conduta que em algumas circunstâncias, é legitimadora ou minimizadora da violência (BIGLAN et al., 2004; WOLFE, 2006).

Para Bauman (2004) a fragilidade dos vínculos humanos atuais reside no fato de que os indivíduos hoje tendem a se concentrar nas satisfações plenas, esperando obter apenas prazer nas suas relações. Petrini (2005) assinala que, simultaneamente, vivemos uma vertiginosa e inebriante devoção do presente e aos prazeres que este é capaz de oferecer, livre de preocupações, vínculos e de responsabilidades com o futuro. Destarte, na contemporaneidade, desejos e relacionamentos necessitam de improvisações pessoais e interpessoais, que são construídas a partir da vivência e de representações culturais. Entram em cena os discursos científicos, a medicina e a psicologia como suporte de uma

nova normatividade, que seriam mais uma estratégia de condutas e do funcionamento afetivo-sexual. Tal como Ribeiro (2010) salienta, os especialistas e a mídia nos ensinam que o compromisso e, em particular, o compromisso a longo prazo, é a maior armadilha a ser evitada, ao invés de nos ensinar a lidar com as frustrações, com os “espinhos” da vida. Assim, os relacionamentos acabam adquirindo um sentido ambivalente ou, como afirma Bauman (2004, p. 12), oscilam entre os “prazeres do convívio e horrores da clausura”. Para Goldenberg (2003, p. 11), “busca-se, uma individuação extrema (autorealização, autosatisfação, autoprazer, liberdade, espaço) dentro do relacionamento amoroso. Assim, as ideias de que tudo é separado e, ao mesmo tempo, tudo é negociado são potencialmente explosivas para o casal”.

Nesse cenário, a intimidade e o amor, bem como os seus significados, estão impregnados de variáveis conjunturais, em que as relações de poder institucionalizadas dentro e fora das relações íntimas desempenham um papel determinante. As redefinições nos modos de se relacionar implicam em assumir que é necessária a reestruturação dos discursos sociais em matéria de igualdade de gêneros no que se refere, também, ao espaço da intimidade (NEVES, 2007). Flake (2013) sinaliza que no processo de constituição da intimidade, as experiências de “relacionamento afetivo”, “casamento”, “relacionamento afetivo-sexual” mostram como um relacionamento íntimo, em qualquer modalidade, envolve sempre um alto nível de concentração de emoções, e, inevitavelmente, a presença de situações de tensão e conflito.

Giddens (2003) expõe que, hoje em dia, as mulheres falam mais de relacionamento do que do casamento em si. As pessoas entram na relação apenas pela própria relação e só continuam enquanto ambas as partes consideram que extraem dela satisfação suficiente para cada uma das partes, individualmente. Este autor se refere também ao surgimento do que denomina “amor confluyente”, que decorre da emancipação da sexualidade feminina e da consequente fragmentação dos ideais do amor romântico. Giddens (2003) o descreve como um amor ativo, circunstancial, isto é, em que existe a possibilidade de algo acontecer ou não, e que se afasta da busca da ideia da pessoa especial, pois o que importa é o relacionamento especial. Nas palavras do autor, este “é um amor que entra em choque com as categorias de ‘para sempre’ e ‘único’ do amor romântico” (GIDDENS p.62).

Retomando as mudanças ao longo da história, Giddens (2003) expõe o que ele chama de “transformação da intimidade”, como uma mudança importante na prática humana que ocorreu durante o século XX. O autor relata que o caráter das relações

interpessoais, antes relativamente fixo por leis e costumes, agora se tornou fluido, referindo-se à intimidade como uma negociação transacional de laços pessoais que busca uma horizontalidade. Para Flake (2013) a situação de namoro também incorpora as mudanças na relação de intimidade, nas relações e práticas sexuais, na definição de vínculos interpessoais e compromissos para com esses vínculos, além da simultânea definição do estatuto e responsabilidade sociais que o/a jovem terá na vida adulta, quer enquanto membro de uma família, quer enquanto trabalhador/a social.

Nesse sentido, Giddens (2003) sinaliza que, mesmo diante de transformações nos papéis sociais, o amor romântico ainda sustenta a hierarquia de gênero e influencia tanto homens quanto mulheres, porém, de modo diferentes e predominantemente desiguais. Isso pode ser evidenciado quando homens profundamente influenciados pela lógica do amor romântico são marginalizados como sendo sonhadores e submetidos ao poder feminino. Os ideais de amor romântico, no entanto, tendem a se fragmentar sob a pressão da emancipação feminina e dos movimentos relacionados às diversidades sexuais.

Flake (2013) ressalta que parte das importantes transformações mencionadas é dada pelos novos papéis e atribuições sociais que homens e mulheres passam a desempenhar, desde a segunda metade do século XX, em decorrência das mudanças sociais e econômicas e, hoje em dia, as atribuições de homens e mulheres já não correspondem às identidades historicamente construídas e fixadas, pelo contrário, disputam seu caráter plural e contínuo. Dessa maneira, dá-se hoje grande ênfase à liberdade de escolha individual. Em vista disso, Velho (1986) ressalta que a valorização do indivíduo passa por um modelo psicologizante. Segundo o autor, existe uma forte ênfase na descoberta de si mesmo, na liberação das repressões, na busca da autenticidade, focalizando sempre as possibilidades de realização e/ou expansão de uma individualidade aceita como premissa.

Assim, como ressalta Jablonski (2007, p. 205):

Os jovens priorizam a realização individual acima dos ditames normalmente cultivados pela vida em família, o que faz prever o aumento de conflitos em suas futuras uniões, caso mantenham tais perspectivas de vida, ligadas ao elogio da autonomia, da independência e da satisfação pessoal.

A liberdade de escolha no que diz respeito aos relacionamentos amorosos é mencionada principalmente pelas mulheres, como descrevem algumas pesquisas contemporâneas a respeito (ROCHA-COUTINHO, 2004; VELHO, 2006; SOUZA; SANTOS; SILVA, 2008; NASCIMENTO, 2009; RIBEIRO, 2010). Ainda que a

liberdade de escolha já seja uma realidade para alguns mulheres, a depender do lugar social que ocupa, Rocha-Coutinho (2004) evidencia que, ao mesmo tempo em que, em seu discurso, elas desvalorizam antigos padrões sociais femininos, acabam por, na prática, se enquadrar no que delas tem sido esperado e aceito socialmente. Como afirma a autora, “elas demonstram dificuldades em abandonar aspectos tão firmemente ligados aos papéis femininos tradicionais” (ROCHA-COUTINHO, 2004, p.117).

A respeito dessa liberdade de escolha, nos tempos atuais outros olhares são direcionados para as relações amorosas institucionalizadas, como o casamento. Jablonski (1991) assinala que o amor pode ter-se tornado um fator de união e de desagregação do casamento contemporâneo, porque o amor firmou-se como o único critério para que ocorra o casamento. Assim, segundo o autor, as pessoas vão desfazendo suas uniões quando ocorre uma mudança da paixão para o companheirismo, pois elas percebem isso não como mudança, mas sim como um sinal de que o amor acabou. Nas palavras do autor, o “casamento baseado neste sentimento mágico, é como querer construir um castelo em cima de uma pedra de gelo. E nossos jovens parecem acreditar firmemente nessa espécie de mito. Com isso tenderão a perpetuar a crise” (JABLONSKI, p.83).

Kipnis (2007) nos chama a atenção para o fato de que os relacionamentos amorosos também estão sujeitos à regulação social. Para ela, “a quantidade de conselho sobre como amar adequadamente é tão infinita quanto são limitadas às formas aprovadas que o amor assume” (KIPNIS, 2007, p.51). A autora aponta para o fato de que o matrimônio também é uma forma social regulada pelo Estado e pela Igreja, instaurado desde o passado remoto. Ainda assim, é fato que a sociedade continua a idealizar as relações amorosas duradouras e monogâmicas, ainda que as brigas, as separações, o divórcio, a infidelidade e os casamentos infelizes sejam cada vez mais comuns. Para ela, o advento do capitalismo trouxe consigo a ideologia do hedonismo (prazer como finalidade de vida) para garantir o propósito social de produtividade e consumo, e este hedonismo também se instaurou na vida familiar e nos relacionamentos amorosos. Destarte, para obter consenso e continuidade, “qualquer sociedade precisa produzir os tipos de estrutura de caráter e tipos de personalidade necessários para que ela atinja seu objetivo – perpetuar-se – moldando os desejos de uma população para que se ajustem a determinados propósitos sociais” (KIPNIS, 2007, p. 46).

Para Jablonski (1991, p.78), “A cultura desempenha uma clara, ainda que invisível, pressão para que venhamos a agir desta ou daquela maneira, tudo muito ‘naturalmente’, é claro”. Esta pressão cultural ocorre, em grande parte, através dos meios

de comunicação. Há, assim, uma grande influência dos meios de comunicação de massa sobre os relacionamentos. Como Oliveira (2009) enfatiza, a sociedade promete felicidade para quem se casar, ou seja, somos condicionados socialmente por um conjunto de pressões e expectativas.

Outrossim, se por um lado vivemos com toda essa liberdade de desfazer e refazer as relações afetivas na tentativa de se conquistar uma melhor qualidade de vida para com os pares, ao mesmo tempo, há uma experimentação sem limites que acaba comprometendo a própria qualidade de vida, tendo em vista que o processo de separação é considerado doloroso. Como relata Féres-Carneiro (2003), este processo foi descrito por homens e mulheres como difícil e sofrido. Por mais que possa ser a melhor solução dos problemas, em muitos casos, a separação é sempre vivenciada como uma situação extremamente dolorosa e ainda bastante evitada, sendo um fantasma constante nos relacionamentos amorosos.

Bauman (2004) ao refletir sobre a “liquidez” que permeia os relacionamentos humanos na contemporaneidade, caracteriza a incapacidade da sociedade moderna de manter a forma, semelhantemente aos líquidos, o que levam as pessoas a buscarem relações transitórias e fugazes e a sofrerem as angústias intrínsecas a essa situação. Ao passo que, a fluidez nas relações e regras na sociedade contemporânea nos leva a um universo de transformações sociais que possibilitaram novas configurações nas relações entre os jovens, que assumem contornos instáveis e ambivalentes aos valores vigentes, como pontua Nascimento (2009). A autora exemplifica os novos relacionamentos como o ficar, “pegar”, a amizade colorida, *friendzone*, o fixante, o rolo e o namoro, que expressam graus variados de envolvimento e compromisso e demonstram a diversidade das novas configurações de intimidade.

Diante das novas percepções de relacionamentos afetivo-sexuais, a ideia de amor também passa por processos de resignificação. Contudo, além da desmitificação do amor, há as máscaras que esse sentimento carrega, e que habitam o cerne das relações afetivo-sexuais. Faz-se necessária a explanação de como algumas condutas expressas são invisibilizadas pelo ideal de amor e, não raras vezes, legitimadas ou justificadas, tendo em vista sua dimensão histórico-cultural.

Sobre a idealização do relacionamento e a codependência: o nascimento do ciúme

Ao pensar sobre os processos que possibilitam que, na e pela cultura algumas condutas obtenham o caráter de legitimidade, faz-se necessário debruçarmo-nos acerca das relações de poder e da produção de subjetividades por meio destas relações de saber-poder que, operam deslocamentos na forma de perceber o mundo e atravessam os significados atribuídos ao amor. E, é a partir desse deslocamento nos modos de olhar, com subsídio nos pensamentos de Michel Foucault (1999, 2010, 2011), que ao debruçarmos sobre o ciúme, assumindo o caráter histórico-cultural que o constitui nas relações sociais, destacamos as percepções também naturalizantes acerca deste elemento, a fim de visibilizar os processos discursivos que as reificam.

Todavia, ao deparar-nos com os discursos que permeiam tal construção e posicionam o ciúme como elemento fundamental das relações, uma vez que ele é indicativo que valida o amor, vislumbramos a necessidade de lançar um olhar para o ciúme como mecanismo de poder, que dita, controla, vigia e permite formas de ser/estar nas relações estabelecidas dentro do contexto normalizador atual e atuante, e sobretudo, legitima as relações assimétricas de poder que se estabelecem nas relações de intimidade. Para Foucault (1997) o poder precisa ser entendido em relação, não existindo poder fora das relações: “o poder não é uma propriedade, não é uma potência; o poder sempre é apenas uma relação. Portanto, não se pode fazer a história dos reis, nem a história dos povos, mas a história daquilo que constitui, um em face ao outro” (FOUCAULT, 2002, p. 200). E onde há poder sempre há resistência, por que existe uma correlação de forças (FOUCAULT, 2011). O autor ainda exemplifica que o poder opera em:

Multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte, os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esforço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação de leis, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2010, p.102-103).

É, pois, pensando nas hegemonias sociais no âmbito dos relacionamentos afetivo-sexuais, que consideramos o ciúme como elemento relacional por meio do qual justificam-se as assimetrias que são engendradas historicamente nas relações e, continuam não só reproduzidas, como legitimadas. Além disso, esse elemento se aparenta cristalizado socialmente, uma vez que assume corpo nas relações, mas não é visibilizado

como problema social, sendo naturalizado e banalizado no consenso social. Méndez e Hernández (2001) sinalizam que o ciúme romântico funciona como ferramenta de reforço da submissão de uma pessoa sobre a outra. De modo que, no caso de sujeitos jovens, tendem a permear as relações de namoro e do ficar, atuando também na forma como os/as jovens constroem as noções de mulheres/feminilidades e de homens/masculinidades engendradas no âmbito de uma sociedade patriarcal, heteronormativa, capitalista e racista.

Há também necessidade de compreender como o ciúme é concebido e perpassa os relacionamentos. Seria o ciúme, um sentimento característico a relações humanas intra e interpessoais, sentimento que atravessa o tempo, as culturas e as gerações? (ALMEIDA, 2007). Bringle (1991) aborda o ciúme como um complexo de emoções provocado pela percepção de uma ameaça a um relacionamento duo e exclusivo. Já Almeida et al. (2008) asseveram que o ciúme podem ocorrer em quaisquer tipos de relacionamentos, mas está comumente associado aos relacionamentos amorosos. Os autores acrescentam que, ainda que haja alguma controvérsia sobre a natureza do ciúme, pode-se inferir que o ser humano sente, não raramente, alguma forma de ciúme por algo ou por alguém nas diversas fases dos relacionamentos interpessoais que vivencia. Ferreira-Santos (2003) corrobora essa ideia afirmando que há múltiplas manifestações de ciúme possíveis vivenciadas pelas pessoas, que pode ser direcionada a diversos sujeitos, até mesmo a objetos.

O ciúme romântico, isto é, aquele que ocorre em relacionamentos amorosos, é um dos que tem despertado maior atenção da comunidade científica em diferentes áreas, devido à gravidade que se reconhece nas manifestações, por vezes, excessivas observadas na atualidade, que atuam como um espelho de uma sociedade ainda dominada pela cultura patriarcal (ALMEIDA, 2007). Por certo, o ciúme disfarçado de amor contribui para a construção de um imaginário machista que o naturaliza, como próprio das relações afetivo-sexuais. E, ao mesmo tempo, invisibiliza as possíveis tensões e conflitos, intra e interpessoais, geradas em face do ideal de amor romântico, modelo de amor propagado e (re)produzido no cotidiano de muitos casais apaixonados (CÓRIA, 2007).

Segundo Carotenuto (2004) no relacionamento amoroso, cada parceiro sente necessidade de controlar o outro e, nesse sentido, o ciúme pode funcionar como uma justificativa para exercer este controle e vigilância, quando não existem outros pretextos plausíveis. Por meio de mecanismos de controle à liberdade da parceria constituída como, por exemplo, manifestar o ciúme como sinônimo ou prova do amor, ou ainda, de sua preocupação com o parceiro ou com a relação, o comportamento violento do agressor se

esconde por detrás da máscara da simpatia. Almeida et al. (2008) salientam que o ciúme tem uma amplitude e uma profundidade que assinalam que algo precisa ser observado e repensado nos relacionamentos. Não admiti-lo é perder uma grande oportunidade para a reflexão e, provavelmente, para a possível recuperação de um relacionamento que possa estar se esgotando, por conta de uma série de motivos, no qual o principal deles é a convicção distorcida de que sentir ciúme em demasia corresponde ao zelo pelo outro.

Com isso, Baroncelli (2011) destaca que, polariza-se a relação: deixa de haver individualidade, liberdade e diferença, ou pelo menos, tenta-se ignorar que haja, na medida em que se tenta fazer de si uma sombra do outro. Para tanto, busca-se saber onde o parceiro está, com quem e como, conhecer tudo sobre seu passado, investigar o seu presente e controlar o seu futuro. Constrói-se, dessa forma, uma relação em que não se é mais ninguém sozinho, em que se é dependente e indissolivelmente ligado ao outro, numa oposição clara à liberdade e fluidez que marcam a experiência amorosa contemporânea. Entretanto, devemos considerar também percepções extremas que, como descrevem Almeida et al. (2008), para diferentes pessoas a ausência de ciúme pode ser tão perniciosa quanto seus excessos. Isso quer dizer que algumas pessoas se sentem lisonjeadas com as manifestações mais efusivas de ciúme por parte do outro, enquanto que, para outras, até mesmo as mais modestas expressões ciumentas não são toleradas quando lhes são dirigidas. Portanto, o ciúme eclode das relações amorosas devido a fatores tais como comparação, competição e medo da substituição pelos rivais e precisa ser desmitificado em todos os seus aspectos.

Consoante à literatura e os meios de comunicação em massa propagam, o ciúme em dose certa serviria de “tempero”, aliado a outros fatores, a fim de garantir a estabilidade do relacionamento afetivo-sexual. A ideia de que uma completa ausência de ciúme é danosa para uma relação amorosa, por geralmente implicar em um baixo comprometimento de pelo menos uma das partes envolvidas é uma lógica que ainda impera nos relacionamentos atuais (SANTOS; UNGER, 2015). De tal modo, o ideal de amor romântico – por meio de seus componentes, como o ciúme, a honra, o mito da metade laranja, do amor eterno etc. – emerge como um tema relevante no âmbito das investigações que se realizam sobre violência de gênero, especialmente junto a mulheres em situação de violência e a meninas e meninos adolescentes de baixa renda (SILVA; MEDRADO; MELO, 2013).

A questão do ciúme perde-se em uma intrincada rede, derivada do desejo humano pelo controle absoluto, pela inalterabilidade das circunstâncias e pela inefabilidade do

outro e de si mesmo (ALMEIDA, 2007). Assim, tendo o ciúme como ferramenta que contribui para a construção das noções de amor romântico e também dos papéis de gêneros que remetem a, de um lado posse e do outro subalternidade, traços da herança histórica de uma cultura marcada pela colonização, sendo portanto meios pelos quais o poder é exercido nos relacionamentos afetivos-sexuais. Fica claro que as manifestações que se dão nas relações são formas de regulação/controle que operam por meio do ciúme são extensões do domínio social coletivo que refletem na vida privada e reforçam os valores arraigados na cultura patriarcal. Além disso, as manifestações do ciúme também mascaram a ocorrência de outros fenômenos alarmantes no âmbito relacional, como a violência. É sobre a violência, muitas vezes, invisibilizada em algumas relações afetivo-sexuais e mantida em territórios tidos como intransitáveis, que lançamos olhares, a fim de operar deslocamentos.

A violência inserida nas relações de intimidade

O Ministério da Saúde caracteriza a violência como fenômeno de conceituação complexa, polissêmica e controversa (BRASIL, 2003). A Organização Mundial da Saúde (OMS) por sua vez, define como violência o uso intencional da força física, poder, real ou sob forma de ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação de liberdade (WHO, 2002).

Couto (2012) menciona que a abrangência do fenômeno evidencia os inúmeros significados imputados à palavra violência e seu reconhecimento se dá de acordo com o contexto em que vivem as pessoas, ou seja, em consonância com as condições históricas e culturais nas quais estão inseridas. Nessa linha de pensamento, Michaud (2001) ressalta que há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Candau, Lucinda e Nascimento (2001) alertam que, um aspecto que não pode ser negligenciado quando se pesquisa o fenômeno em questão é a naturalização de comportamentos violentos pela cultura de massa reforça a banalização da violência, gerando uma cultura do medo, da desconfiança, da competitividade, da insegurança, da representação do outro como inimigo, permeando as relações sociais e interpessoais,. Isso

ocorre cada vez com maior força, o que contribui também para a legitimidade conferida a atos embasados no ciúme nos relacionamentos afetivos-sexuais.

Waiselfisz (2007) enfatiza que atos de violência apresentam-se hoje na consciência social não apenas como crimes, homicídios, roubos ou delinquências, mas nas relações familiares, nas relações de gênero, de raça e de classe, na escola, nos diversos aspectos e espaços da vida social, ultrapassando a noção de agressão física somente. O autor reforça ainda que tais atos abarcam também situações de humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito, indiferença, omissão para com o outro, desrespeito para com as diferenças.

Voltando-se à perspectiva das questões de gênero que permeiam as relações sociais, a Organização Mundial de Saúde menciona dois aspectos que parecem estar fortemente associados com a violência entre parceiros íntimos: a posição subordinada das mulheres nas relações interpessoais, que se articula com sua menor importância como sujeito social, o que se agrava quando pensamos em outros marcadores sociais sobrepostos, como raça e classe; e, o uso normativo da violência para resolver conflitos (WHO, 2010).

Historicamente, a violência especificamente contra a mulher é referida de diversas formas desde a década de 1950, com a explosão das reivindicações do movimento feminista. Designada como violência intrafamiliar na metade do século XX, vinte anos depois passou a ser referida como violência contra a mulher. Nos anos 1980, foi denominada como violência doméstica e, na década de 1990, os estudiosos passaram a tratar essas relações de poder, em que a mulher em qualquer faixa etária é submetida e subjugada, como violência baseada em gênero (BRASIL, 2006).

Cabe pontuar que a violência de gênero pode ser conceituada como qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a pessoa por pertencer a um gênero, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto (WHO, 2010; DESLANDES et al., 2000; HARTIGAN, 1997; MENEGHEL et al., 2003; PALTIEL, 1993). Baseando-se na perspectiva de gênero, a violência contra a mulher é aqui entendida como o resultado das relações de poder entre homem e mulher, tornando-se visível a desigualdade que há entre eles, pois o masculino é quem determina o papel do feminino. Vale ressaltar que é uma determinação social e não biológica (WATTS; ZIMMERMAN, 2002).

Schraiber et al. (2010) assinalam que no Brasil, nos últimos 20 anos, uma certa visibilidade passa a ser conferida à violência de gênero, produzindo alguns deslocamentos. Foram criados serviços voltados para a violência de gênero, focalizando, principalmente, a violência física e sexual realizada por parceiros e ex-parceiros sexuais da mulher. Na última década, foram criados também os serviços de atenção à violência sexual para a prevenção e profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis (DST), de gravidez indesejada e para realização de aborto legal, quando for um dos casos amparados pela legislação brasileira, que ainda corresponde a somente situações de estupro de vulneráveis, perante comprovação de delito, acometimento no desenvolvimento fetal ou da gestante, sendo devidamente comprovado pelos laudos médicos o risco de morte iminente e em caso de ancefalia fetal.

Kronbauer e Meneghel (2005) também realizaram investigações destacando a violência de gênero em serviços de saúde e relataram prevalências anuais de violência contra as mulheres perpetradas pelos parceiros íntimos, oscilando entre 4-23% e aumentando para valores de 33-39%, quando considerada a violência no período total de vida dessas mulheres. As autoras sinalizam a invisibilidade dos eventos violentos pelas próprias mulheres, que naturalizam, banalizam e relativizam as violências que sofrem, e o que é grave, não as percebem como tal. Essa banalização de situações violentas vivenciadas por algumas mulheres ao longo da história, parece ter contribuído para a naturalização desse fenômeno, pois apesar dos discursos oficiais e das políticas públicas preconizarem a noção de que as mulheres rompam o silêncio da dominação e da submissão aos atos violentos, a realidade na consecução desse processo é contraditória (PARENTE, 2007).

Em face desse cenário, a desnaturalização desse fenômeno é um processo necessário em todos os contextos de nossa sociedade. Parente (2007) salienta que a relação familiar dominada pela cultura machista e pelo patriarcado⁸ atravessou a história e permanece, ainda na atualidade, deixando suas marcas. Não obstante, mesmo com a noção de que a cultura que abarca nossa história seja dinâmica e mutável, mudá-la pressupõe uma intervenção em longo prazo, a começar com a educação como forma de investimento social na criação de outra mentalidade, que preze pelo respeito e pela igualdade na relação entre os gêneros.

⁸ Compreendemos o patriarcado como uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar (SAFFIOTI, 1997).

Em vista dessa mudança cultural almejada, no que se refere à desestabilização da hegemonia patriarcal e suas consequências, são crescentes os estudos que partilham desse objetivo. O foco de atenção da maioria das pesquisas realizadas até agora acerca da violência no âmbito das relações de intimidade foi predominantemente a caracterização deste fenômeno, com particular incidência na coleta de dados de prevalência da vitimação e perpetração; num primeiro momento, referindo-se à violência nos relacionamentos matrimoniais. Recentemente, estudos em relação à violência nas relações de namoro entre mais jovens vem sendo alvo de crescente atenção (CARIDADE, 2008; HICKMAN; JAYCOX; ARANOFF, 2004).

E em relação à prevalência e perpetração de violências, os dados apontam para níveis de violência extremamente preocupantes. Além dos números crescerem exponencialmente ao longo dos anos, vide mapas da violência do Brasil (WASELFSZ, 2011; 2014; 2015), em um relatório mundial sobre homicídios de 2012, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) assinalou que as mortes violentas de mulheres pelo viés de gênero eram principalmente provocadas por seus parceiros íntimos ou no âmbito de suas relações familiares, e ainda, que as mulheres tinham maior probabilidade de morrer no lar do que fora deste (UNODC, 2013).

Schraiber et al. (2007) já desvelavam em seus estudos que a violência por parceiro íntimo pode ter diversas expressões. Nas duas regiões brasileiras estudadas, Nordeste e Sudeste, a situação mais frequente apontada foi a violência psicológica exclusiva, seguida pela física acompanhada da sexual e pelas três formas juntas. Essas informações além de visibilizar a ocorrência de violência em sobreposição de diversas formas, em que a associação de violência psicológica, física e sexual responde por aproximadamente 20% dos casos, desvelam uma situação extremamente grave.

Heise e Garcia-Moreno (2002) sugerem que o fenômeno da violência psicológica, física e sexual perpetrada entre parceiros íntimos pode apresentar-se com ao menos dois padrões definidos: situações mais moderadas em que conflitos diversos ou episódios de frustração e raiva deflagram ocasionalmente em agressão; e um padrão mais grave e crônico, de natureza progressiva. Os autores relatam ainda que as três formas mais frequentes de expressão (violência psicológica exclusiva e acompanhada de violência física, violência sexual e as três formas juntas) devem ser alvo de estudos posteriores para que se investiguem possíveis diferenças entre elas. Tais diferenças poderiam ser explicadas em termos de fatores associados e repercussões para a saúde, além de seu

comportamento ao longo do tempo em termos da presença de evolução das formas mais moderadas para as mais severas (HEISE; GARCIA-MORENO, 2002).

E a ocorrência alarmante da violência, sobretudo nos relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens não é um privilégio do Brasil. Em todo o mundo ela difunde-se, conforme informa o relatório mundial acerca da violência e homicídios (UNDOC, 2013). Em um estudo realizado em Portugal no campo da violência no namoro, com uma amostra de 4667 estudantes do ensino secundário, do ensino profissional e do ensino superior, 25.4% dos jovens, entre os 13 e os 29 anos, referiram ter sido vítimas de violência na sua relação de namoro durante o último ano (MACHADO, CARIDADE; MARTINS, 2009). Os altos índices de agressões verbais observados entre namorados/as permitem vislumbrar como esse tipo de violência pode estar sendo banalizada e se configurando como uma forma de comunicação entre os/as jovens em seus relacionamentos afetivo-sexuais.

Conforme Oliveira et al. (2011) descrevem, em um estudo realizado com jovens brasileiros/as, registra-se que 85,3% já havia praticado algum tipo de violência verbal contra um/a parceiro/a, caracterizados por provocar ciúmes e raiva, depreciar, insultar, falar em tom hostil, dentre outros. Ademais, várias manifestações de agressões verbais eram justificadas ou mesmo consideradas aceitáveis por esses jovens. Outrossim, na trilha de exploração de estudos desenvolvidos na área de violência na intimidade juvenil, foram encontrados alguns que buscam contraditar uma alegação comum acerca da “essência” desta forma de abuso/violência, em que designadamente o homem é tido como o seu perpetrador e a mulher a sua vítima, lançando olhares para o fato da mulher também ser agente ativa de ações abusivas no âmbito da relacionamento afetivo-sexual (BACHMAN; SALTZMAN, 1995; RENNISON; WELCHANS, 2000). Embora essa ideia ainda seja amplamente descreditada por ser uma minoria numérica, faz-se relevante pontuar que todos os sujeitos são passíveis de executar e sofrer alguma ação violenta, porém, é necessário lembrar o que caracteriza-se como uma violência pontual e uma violência estrutural, como é o caso da violência de gênero. Nesse escopo de dados acerca da violência nas relações íntimas desempenhadas por jovens, também há algumas investigações internacionais e nacionais que caracterizam as violências vivenciadas por trocas mútuas de agressões entre os pares envolvidos. Assim não há uma posição fixa para agressor e agredido, mas sim, desvela-se o trânsito relacional do sujeito a despeito dessas posições (LEWIS; FREMOUW, 2001; MACHADO; MATOS; MOREIRA, 2003; PAIVA; FIGUEIREDO, 2004; STRAUS, 2009).

Para Dobash e Dobash (2001) os resultados das investigações na área de gênero e da violência íntima são contraditórios, destrinchando os dados em duas direções. Por um lado, os autores consideram que a investigação aponta para a existência de um tipo de violência simétrica (em que homens e mulheres são igualmente abusivos) e, por outro, destacam indicações que reforçam a existência de violência assimétrica, da qual os homens são os principais perpetradores. Os autores consideram que na origem destes dados contraditórios estão questões de caráter metodológico, mais concretamente a forma como a violência é contextualizada, medida e reportada nos diferentes estudos. Assim, os estudos baseados em averiguações populacionais apontam para um tipo de violência simétrica, pelo menos em parte, visto que os atos de agressão não são analisados em termos de contexto, consequências, motivações, intenções e reações. Já os estudos no âmbito da violência de gênero, mais especificamente contra a mulher, focalizam-se na violência assimétrica, refletindo diferenças em termos de gênero na sua perpetração, bem como nas suas consequências. Nesta linha de raciocínio, as situações em que as mulheres recorrem à violência diferem em termos de natureza, frequência, intenção, intensidade e impacto daquelas em que os homens o fazem (CARIDADE; MACHADO, 2006).

Diante do recorte de saberes acerca da violência de gênero e sua presença nas relações de intimidade, especialmente as desenvolvidas por jovens, seguimos com o intento de buscar destacar os processos discursivos que envolvem essas esferas de interesse (os relacionamentos afetivos-sexuais, as noções de amor, as implicações das relações de gênero e também de poder, o ciúme e a ocorrência da violência) para operar deslocamentos nas estruturas que baseiam o encadeamento de relações assimétricas por natureza. Assim, apoiadas no pressuposto defendido por Doise (2001), que aventa que, as relações múltiplas ligam direta ou indiretamente os seres humanos entre si, inclusive, entre os diferentes grupos que constituem estas relações não circulam apenas genes, vírus, poluentes, epidemias, bens de consumo, dinheiro, mas também “ideias”. E essas ideias que circulam dão origem a "contratos sociais", definidos culturalmente, que permanecem mais ou menos implícitos, e que normatizam diferentes tipos de relações entre as pessoas e seus efeitos sobre uns e outros.

Ao traçarmos um percurso sobre os relacionamentos íntimos, podemos observar que estes contratos sociais já sofreram algumas modificações, recebendo distintos significados e configurações de acordo com o contexto social e as concepções dos indivíduos, em uma época determinada. Mas, essas modificações, ainda tímidas, estão longe de esgotar a urgência em repensar os *modus de operandi* e os significados que

circulam no seio de nossa cultura. Pretendemos, assim, explorar redes discursivas que perpassam os relacionamentos e as transformações por eles sofridas ao longo do tempo, porque acreditamos que, ao traçar este percurso histórico, podemos melhor compreender suas concepções atuais que, mesmo trazendo traços típicos da contemporaneidade, ainda apresentam vestígios de visões tradicionais e reforçam moldes assimétricos nas formas de se relacionar que precisam ser desestabilizadas.

CAPÍTULO II

A internet como campo de pesquisas – Novos espaços, conhecidas demandas

A abertura para a diversidade de meios e composições conforme toca a música do tempo e seus decorrentes avanços é o que nos remete à questão de como, então, estar atentas às novas possibilidades de entender as inquietações que nos movem e, por vezes, nos escapam pois não acompanhamos o ritmo e o entrelaçar que a cercam na sociedade. É neste ínterim que, enquanto algo que ainda é passível de novas proposições e ações criativas, propomos realizar este trabalho direcionadas aos novos espaços de circulação, (re) produção de verdades, e não obstante, capazes de abarcar diferentes subjetividades, sem a pretensão de ser universal ou totalizante, o campo dos meios de comunicação de massa, especialmente, a internet nos salta aos olhos e nos convida a bailar.

Como o foco na violência vivenciada nos relacionamentos afetivo-sexuais desempenhados entre jovens e as formas de ser e estar nas relações que são engendradas na contemporaneidade, por meio de imensuráveis artefatos e pedagogias culturais, que perpassam as pertencas sociais (gênero, raça, classe) que constituem os sujeitos, nos lançamos em passos fervorosos com o intento de desvelar as redes discursivas que tecem essas relações e os sujeitos nelas envolvidos, entre as músicas cantadas, ditadas e espalhadas no cenário virtual. Nesse contexto, é a cultura midiaticizada, palco que opera dispositivos poderosos com profundas repercussões na reconfiguração de todas as instâncias e dimensões da condição humana nas sociedades contemporâneas (COSTA, 2010) sobre a qual nos debruçaremos, a fim de melhor compreendermos o novo pano de fundo dos relacionamentos afetivo-sexuais atuais.

É no panorama cultural e teórico cujos traçados procuramos brevemente ao longo deste capítulo, apresentando pesquisas na área e tecendo alguns apontamentos, que se pretendemos apresentar uma nova contribuição para se pensar o enfrentamento da violência e o desenvolvimento de relações desiguais e abusivas, por meio do potencial das redes sociais virtuais. Tal como Costa (2010) destaca as tecnologias da comunicação e da informação vêm contribuindo para a proliferação, e ampla circulação e consumo de textos culturais populares, que exercem um enorme fascínio sobre as pessoas. Na promoção desse fascínio estão implicados desejos, sonhos, sedução, modelos a serem imitados, aptidões a serem adquiridas, inclusive, no que diz respeito à esfera relacional afetiva-sexual. As reflexões que por ventura se darão neste capítulo subsidiam-se nos Estudos Culturais que, por sua vez, têm se apresentado como um campo fecundo de

análise da produtividade das pedagogias e artefatos culturais na constituição de sujeitos, na composição de identidades, na disseminação de práticas e condutas, enfim, no delineamento de processos de subjetivação na contemporaneidade.

Mídia, cultura e os processos de subjetivação

O advento de formas instantâneas de comunicação marca a cultura e as vivências sociais contemporâneas, sobretudo as relações. É pensando nas transformações oriundas das novas e diversas maneiras de comunicar que aqui buscamos expressar o entendimento de cultura e, por conseguinte, o terreno sobre o qual alicerçamos este estudo. Em vista disso, a cultura é aqui compreendida como uma rede de práticas e representações como textos, imagens, conversas, códigos de comportamentos; que influenciam a vida social, para além da simples reprodução de costumes. Deste modo, essa esfera não pode ser analisada como uma prática singular, mas está perpassada por diferentes práticas sociais. Nesse sentido, a cultura é elemento central para a compreensão das formas de perceber o mundo e os significados atribuídos às experiências vividas (HALL, 1997).

Para Hall (1997), a cultura penetra as mais diversas esferas da vida social, por diferentes meios, como revistas, programas televisivos, internet, dentre outros, entrelaçando as concepções de local e global, borrando as fronteiras entre o virtual e o real, o individual e o coletivo. O deslocamento da cultura como campo analítico é uma abordagem que centra-se na análise da cultura de uma sociedade, considerando suas formas textuais e suas práticas, que possibilita reconstituir o comportamento padronizado e as várias ideias compartilhadas por homens e mulheres que (re)produzem e consomem os elementos textuais e as práticas culturais daquela sociedade. “É uma perspectiva que enfatiza a atividade humana, a produção ativa da cultura, ao invés de seu consumo passivo” (STOREY, 1997, p. 46).

É, pois, nesta operacionalização de um conceito expandido de cultura, que inclui as formas nas quais os rituais da vida cotidiana, instituições e práticas, ao lado das artes são constitutivos de uma formação cultural que o campo dos Estudos Culturais atua, rompendo com um passado em que se identificava cultura apenas com artefatos de reprodução (ESCOSTEGUY, 1998). Os Estudos Culturais construíram uma tendência importante da crítica cultural que questiona as hierarquias entre formas e práticas culturais estabelecidas a partir de oposições como cultura alta/baixa, superior/inferior, entre outros binarismos que estruturam a nossa sociedade.

Esse campo teórico também se preocupa com as transformações nos modos de vida provocadas pelas tecnologias de comunicações, desde a segunda metade do século XX. Além disso, aliado ao pós-estruturalismo, com ênfase na análise foucaultiana, nos possibilita trabalhar com a noção de sujeito como um efeito de práticas sociais, como produto e efeito de relações de saber-poder, uma perspectiva que propõe uma analítica externa aos conceitos da racionalidade, colocando sob análise as “verdades” pré-estabelecidas (ESCOSTEGUY, 1998; FOUCAULT, 1984; FROW; MORRIS, 2006; SCHWENGBER, 2006; RIBEIRO; SILVA; KRUSE, 2009). Por esta razão construímos este estudo sob a ótica dos Estudos Culturais em sua vertente pós-estruturalista.

Hall (2008) assinala que esse debate não pode ser travado se deixarmos de lado as consequências trazidas pela modernidade, por meio do processo de globalização e o surgimento e difusão das novas tecnologias que tem transformado estruturalmente as relações sociais. Há um deslocamento das identidades modernas, em que, o sentido não se pauta no que somos, mas o que e como representamos. O autor ressalta que o sujeito pós-moderno não tem mais uma identidade essencial, mas várias identidades (trans)formadas continuamente em relação ao modo como é representado ou interpelado pelos sistemas culturais ao redor, podendo ser, inclusive, contraditórias. Assim,

[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 1997, p.13).

Neste cenário em constante transformação, a forma como a sociedade se organiza ou se desorganiza tem importantes consequências sobre a subjetividade daqueles que a compõem (VERZONI; LISBOA, 2015). Na contemporaneidade, as mudanças nas formas de subjetivação ocorrem mais rapidamente do que em qualquer outra época. Destarte, os sujeitos podem se realizar ou se anular, confrontar-se, abster-se ou construir, a partir de algo que seja da sua singularidade. Em decorrência deste processo, emergem as novas formas de subjetivação que são determinantes para a natureza das percepções, visões de mundo e as formas de bem-estar dos sujeitos da sociedade contemporânea (BAUMAN, 2011, 2008, 2001; BIRMAN, 2007; KEHL, 2002).

Outro ponto importante é a fragmentação da subjetividade (CAMPANHOLE; MOURA, 2013), pois, as formas de subjetivação contemporâneas dividiram-se em uma infinidade de unidades. Esta fragmentação pode servir como matriz para a elaboração de subjetividades que moldam-se sob a influência da desconstrução, assim como possibilita

um tipo de específico de subjetivação, absolutamente variado, caótico e com elementos contraditórios que não necessariamente se relacionam entre si. Faz-se necessário expor o entendimento de subjetividade do qual partimos, em vista das múltiplas possibilidades que a palavra pode abarcar. Contempla-nos a assertiva apresentada por Albuquerque (2014) em que relata conceber na palavra “subjetividade” aquilo que abrange – não completamente, é claro – a complexa definição sobre o que é o ser humano ou o que o constitui como tal. É a partir dos pressupostos de Foucault (1984), que assumimos, inicialmente, que para compreender a subjetividade é necessário entender as esferas do mundo interior com o mundo exterior. Da relação entre o sujeito (mundo interior) e mundo social (exterior), nasce, de maneira única, a construção de crenças e valores baseados naquilo que é vivido e experimentado. Portanto, a subjetividade é intrínseca ao indivíduo e é relacional aos processos de pensamento, sentimentos que cada sujeito possui sobre si e sobre o mundo exterior.

Deleuze e Guattari (1995, p. 32), a partir de sua obra, poesia e pensamento, nos apresenta a ideia que “a subjetividade é um território”. Ao buscar compreender o pensamento desses autores, não encontramos definições fáceis do que seria a subjetividade, muito menos diretas. Porém, identificamos caminhos, e talvez seja um bom começo para tecer pressupostos acerca da subjetividade. Uma primeira consideração a respeito seria entendê-la como “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva (GUATTARI, 2012, p. 19).

É válido destacar que a concepção de território já aparece nessa definição, como território existencial autorreferencial em relação com alteridades subjetivas, ou seja, outros territórios. Silva (2003, p. 35) também se refere à noção de território definindo a subjetividade como “a criação de um determinado território existencial que não é nem fixo nem imutável, mas em constante processo de produção”, assim estamos, pois, sempre a construir e desmanchar territórios que não dão mais conta de nossa experiência do mundo.

É pensando a subjetividade a partir do conceito de território, que nesta pesquisa compreendemo-la como um *entre*, uma intersecção ou um território de passagem que se hibridiza com outros territórios humanos e não-humanos, e o sujeito como um terminal, um nó em uma rede-rizoma, um resultado de múltiplos atravessamentos de forças, vetores, discursos, práticas, saberes, poderes, enfim, um constante devir

(ALBUQUERQUE, 2014). E tal característica “derivante” da subjetividade nos remete à ideia de um processo sempre em movimento e, por isso, nos referimos a processos de subjetivação. Hennigen e Guareschi (2006) salientam o caráter processual da subjetividade para defini-la como algo que está permanentemente sendo constituído culturalmente, por meio de interpelações discursivas e de lutas pela imposição de significações.

Para Foucault (2013), a subjetivação compreende os diferentes modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos. Foucault nos chama a atenção para a dimensão histórica da produção de subjetividade, analisando como diferentes tecnologias produzem os sujeitos em determinadas épocas. Prado Filho (2009) acrescenta que não encontramos nas diferentes experiências históricas o mesmo sujeito – um sujeito universal, naturalizado, essencializado – mas sujeitos diversos, históricos, produzidos nas relações, objetivados e subjetivados em práticas sociais, em relações com a verdade e consigo mesmos.

Ao considerarmos a subjetividade como um fluxo contínuo de sensações, modos de existir, amar, se comunicar, de imagens, sons, afetos, valores e formas de consumo literalmente fabricadas no entrecruzamento de instâncias sociais, técnicas, institucionais e individuais, estamos radicalizando as possibilidades dos engendramentos de subjetividades (SOARES; MIRANDA, 2009). Destarte, é possível considerar, conforme pontuam Soares e Miranda (2009), que todos os sujeitos e coletivos humanos, institucionalizados ou não, com maior ou menor grau de instrução e de conhecimento tecnológico, são produtores de subjetividade.

Guattari (1992, p.20) sublinha que:

As condições de produção evocadas nesse esboço de redefinição implicam, então, conjuntamente instâncias humanas inter-subjetivas manifestadas pela linguagem e instâncias sugestivas ou identificatórias concernentes à etologia, interações institucionais de diferentes naturezas, dispositivos maquínicos, tais como aqueles que recorrem ao trabalho com computador, universos de referência incorporais tais como aqueles relativos à música e às artes plásticas. Essa parte não-humana pré-pessoal é essencial, já que é a partir dela que pode desenvolver sua heterogênese.

Chegamos então ao que Soares e Miranda (2009, p. 7) denominam como uma definição provisória do o que estamos chamando aqui de subjetividade: “tudo aquilo que concorre para a produção de um “si”, um modo de existir, um estilo de existência“. No que diz respeito aos modos de subjetivação, concordantes com Peixoto Júnior (2008) partimos da prerrogativa que, em suma, o conceito de subjetivação fala de processos e

relações, como a relação consigo mesmo através de diferentes tecnologias. Foucault (1996) sinaliza para as relações que o sujeito estabelece consigo e com os outros se dá a partir de diferentes tecnologias, próprias de cada época. De tal modo, o autor compreende essas formas como o sujeito atua sobre si mesmo por “tecnologias do eu”. É, pois, através dessas tecnologias que o sujeito opera sobre seu corpo e seus pensamentos, desenvolvendo um certo saber sobre si mesmo e certa dominação pessoal, obtendo uma transformação de si com o fim de alcançar certo estado de felicidade, exemplifica Foucault (1996).

Nessa lógica de pensamento, acreditamos que as atuais máquinas tecnológicas de acesso à internet com as quais interagimos diariamente – celulares, computadores, *tablets* – poderiam ser consideradas como tecnologias de atuação sobre si mesmo e transformação de si, sendo assim considerados como vetores de produção de subjetividade. Através do compartilhamento instantâneo de atualizações nas redes sociais digitais, por exemplo, atuamos sobre nós mesmos, inventamo-nos em milhares de postagens, escritas, fotografias, registros diversos de fragmentos de vida (ALBUQUERQUE, 2014).

Enfim, é a partir da concepção de subjetividade e subjetivação desses autores supracitados, que os fenômenos que nos cercam são entendidos como em constante metamorfose, modulada pelas diferentes tecnologias desenvolvidas em cada época. Sendo assim, a subjetividade não está dada, é uma construção. Rolnik (1996) enfatiza que ela é objeto de uma incansável produção que transborda o indivíduo por todos os lados. O que existem são processos de individuação ou de subjetivação, que se fazem nas conexões entre fluxos heterogêneos, dos quais o indivíduo e seu contorno seriam apenas um resultante. Nisto, o papel da mídia é cada vez mais relevante na significação e compreensão do mundo, intensificado por múltiplas palavras e imagens e, portanto, torna-se uma esfera imprescindível nos debates em torno da identidade, do lugar, da sociedade e dos sentimentos (BECKER, 2012).

Para Castells (1999), a comunicação tem o poder de modificar a cultura, se pensarmos, por exemplo, na revolução que a escrita alfabética trouxe para nós: a criação e sistematização do discurso racional, a separação entre o oral e o artístico, o desenvolvimento da tipografia, entre outros. Nessa sequência, chegamos à eclosão da TV e a maneira pela qual ela consolida-se em nossa vida cotidiana, e mais recentemente, as transformações culturais promovidas pelo uso da internet. De acordo com Lemos e Cunha (2003), a cada transformação midiática as relações espaço-temporais se reorganizam e

ganham novas formatações com novas informações. Gonzalo (2004, p. 2) afirma que a “informação é um discurso institucionalizado absorvendo todos os modos de conhecimento e comunicação já desenvolvidos pelo ser humano, alcançando no atual estágio de regime da informação, numa sociedade informativa”.

Os discursos estão inexoravelmente imbricados naquilo que as coisas são. As sociedades e culturas em que vivemos são dirigidas por poderosas ordens discursivas que regem o que deve ser dito e o que deve ser calado e os próprios sujeitos não estão isentos desses efeitos. A linguagem, as narrativas, os textos, os discursos não apenas descrevem ou falam sobre as coisas, ao fazer isso eles instituem as coisas, inventando sua identidade (COSTA, 2000). É justamente porque as identidades são construídas dentro e não externamente ao discurso é que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2000).

Identidade cultural - Olhar sobre nossas reiteraões sociais

Para Hall (2003, p. 85) a identidade cultural “não pode ser definida apenas por sua presença positiva e conteúdo. Todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites – definindo o que são em relação ao que não são”. Isto posto, deslocamos nosso olhar para o caráter relacional da própria identidade, visto que, as questões subjetivas transcendem para além do que é observável no mundo físico, elas são constituídas na relação entre presença e ausência, uma relação que, conforme Hall (2003), não pode ser considerada antagonica, muito menos dualista, mas sim interdependente, pois é a presença de um elemento que determina a ausência de outro, paulatinamente.

Ao ponderar as esferas de interesse (os relacionamentos, o amor, o ciúme, a sexualidade, subjetividades, mídias digitais) que perpassam esse estudo sob a concepção da identidade cultural, percebemos as nuances discursivas que as constituem e são (re)produzidas, como legitimadoras de valores e condutas socialmente classificados. Nos dois últimos séculos, a sexualidade, por exemplo, tornou-se objeto privilegiado do olhar de cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, psicólogos, sociólogos, educadores, dentre outros, passando a se constituir, efetivamente, numa questão. Desde então, ela vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada a partir das mais diversas perspectivas (LOURO, 2001).

Se, como destaca Louro (2001), nos dias de hoje, ela continua alvo da vigilância e do controle, agora ampliaram-se e diversificaram-se suas formas de regulação, multiplicaram-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe as normas, a definir-lhe os padrões de pureza, sanidade ou insanidade, a delimitar-lhe os saberes e as práticas pertinentes, adequados ou infames. Ao lado de instituições tradicionais, como o Estado, as Igrejas ou a Ciência, agora outras instâncias e outros grupos organizados reivindicam, sobre ela, suas verdades e sua ética.

Não obstante, no que se refere às identidades sexuais e de gênero, notamos na atualidade a visibilização de múltiplas formas de ser, expressar e relacionar-se. Todavia, ainda que haja o questionamento da heteronormatividade e dos padrões hegemônicos, as narrativas essencialistas e reiteradoras dos binarismos e dicotomias são constantemente propagadas. Convém pontuar que, compreendemos gênero como categoria relacional e descontínua, que abdica de investigações fundamentais em teorias essencialistas, biologizantes e medico-higienistas acerca das relações de gêneros, o corpo, o sexo e a sexualidade (LOURO, 1997, 2001; MEYER, 2007). partimos do pressuposto que, “toda identidade é construção histórica e social e as identidades de gênero e sexuais não escapam a isso” (MISKOLCI, 2005, p. 22).

A importância da questão do gênero na definição das identidades sociais em nossa sociedade deve ser compreendida ao lembrar que “seria errado supor que a discussão sobre identidade deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de gênero” (BUTLER, 2003, p. 37). Cabe ressaltar que a heteronormatividade opera em nossa sociedade, ao tomar a heterossexualidade como padrão de normalidade, o que sustenta, fundamentalmente, os discursos dominantes estabelecidos como naturais, que legitimam a autoridade ou mesmo a superioridade moral de algumas identidades sexuais e de gênero em detrimento de outras (SOARES, 2012).

Um exemplo disso foi a repercussão da capa da revista *Veja* (18/04/2016) com a esposa do vice-presidente Michel Temer, Marcela Temer e o slogan “Bela, Recatada e do Lar”. A exaltação à mulher discreta, que está à sombra do marido, que sonha em ser mãe e é romântica em oposição à figura de Dilma Rousseff, primeira presidenta do Brasil e, que por seu histórico de militância e na política, destoa do padrão veiculado pela publicação, coloca em evidência um modelo de mulher, subserviente e invisibilizada como sujeito. As reações à publicação foram amplamente veiculadas no *Twitter*,

Instagram e *Facebook* com o uso da *hashtag*⁹ #belarecatadaedolar, em que mulheres desvelam um forte inconformismo à misoginia e ao machismo tão arraigados no contexto brasileiro e destacam esses novos espaços de reivindicação social.

Essa reação evidencia a fragmentação e pluralidade dessas identidades coexistentes na contemporaneidade, que rompem com binarismos antagônicos (recatada e do lar x múltiplas possibilidades de existir no mundo), disseminadas através das redes sociais que, por sua vez, dão vozes e espaços para sua existência. Neste aspecto, Louro (2001) alerta para os efeitos contraditórios dessa visibilidade das múltiplas identidades sexuais e de gênero em que, por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais (a parada gay em São Paulo, por exemplo); por outro lado, setores tradicionais renovam e recrudesce seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física (como por exemplo, a escola sem partido¹⁰ e os discursos políticos sobre uma suposta “ideologia de gênero”).

Os processos de subjetivação podem ser considerados uma “disputa” que coloca de um lado o indivíduo e, de outro, a cultura e a sociedade. A subjetivação é um meio utilizado pelo sujeito para que este, justamente, não se assujeite — ao menos parcialmente — em relação às influências que o cercam. Entretanto, subjetivar-se não significa construir algo que seja próprio e exclusivo do indivíduo. A construção da subjetividade dá-se no espaço entre o sujeito e a cultura em que ele está inserido (WEINMANN, 2006). Por isso é preciso insistir em relações sedimentadas em respeito, para que a visibilidade e reconhecimento das múltiplas identidades ultrapassem os territórios da disputa e marginalização.

Castells (1999) acrescenta que, para essa sociedade de avanços tecnológicos há um processo espacial, denominado por ele como espaço de fluxos: “uma manifestação

⁹ Neologismo estrangeiro sem tradução para o português em termo. Utilizado para agrupar postagens nas redes sociais virtuais.

¹⁰ “Escola sem partido” projeto de lei 867/2015, em tramitação na Câmara (há também o PL 193/2016, do Senado), é um pacote que ressaltaria **princípios** e **deveres** que os professores devem observar na sala de aula. Esse projeto visa eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar, restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento. Tal projeto foi implementado especialmente pela reivindicação da bancada conservadora que alega que há uma “ideologia de gênero” nas escolas, orientadas pelos planos nacionais de educação. Para mais esclarecimentos sobre o assunto, sugerimos a fonte indicada a seguir. Fonte: < <http://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/> >

espacial predominante de poder e função” (p. 404). O autor assinala que esses espaços são extensões da própria sociedade, resultado da nova estrutura em virtude dos avanços tecnológicos. Bezerra (2013) salienta que numa sociedade construída em torno de fluxos (de capital, de imagens, de sons, de tecnologia, etc.), o suporte material das práticas sociais, o espaço, também será de fluxos.

Assim, a dissociação do espaço do desempenho de funções do cotidiano interfere diretamente em nossa cultura e, por conseguinte, em nossas identidades. Nas últimas décadas, por exemplo, percebemos o aumento das compras *online*, dos serviços bancários via *internet*, cursos superiores, pós-graduações e até mesmo relacionamentos estabelecidos pelo espaço virtual. O resultado desse processo é que temos um tempo mais flexível, que possibilita uma maior circulação de pessoas e de ideias, em padrões cada vez mais móveis (BEZERRA, 2013). De tal modo, as identidades são caracterizadas nessas novas formas de ser e estar contemporâneas, tecidas nas constituições subjetivas que ocorrem de forma relacional e intersubjetiva. O sujeito se constitui na linguagem e na cultura a qual interage, nos apontando sua identidade cultural.

A expansão dos meios de comunicação amplia as possibilidades de alcance midiático, fato que contribui largamente para a difusão, de forma rápida, ágil e globalizada de significados que (re)produzem condutas, ditam comportamentos e modos de ser. Como lembra Pereira (2010), a mídia tem um papel substancial na produção e na divulgação da cultura. Por intermédio das escolhas culturais que fazemos, quer sejam conscientes ou não, nossas opiniões e nossos comportamentos são modificados e a nossa identidade vai sendo constituída. Tal como afirma Hall (2011, p. 13), “a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

Internet palco de saber e subjetivações

O uso contemporâneo das mídias digitais é o capítulo mais recente de uma longa história de fragmentação e reconfigurações das relações pessoais. Sua expansão dilui as fronteiras entre o privado e o público, o que começou, provavelmente, com a popularização do uso do telefone na segunda metade do século XX e, a popularização da *internet* (MISKOLCI, 2012). A multiplicação dos artefatos culturais midiáticos e as formas como operam não apenas na constituição de visões de mundo, mas na constituição

de sujeitos pós-modernos, os enreda nas tramas da linguagem e da cultura (COSTA, 2000).

Convém ressaltar que essa transformação na forma de conceber a cultura, não mais adjacente, mas, resultante dos processos sociais, tem sido identificada como virada cultural no campo dos estudos culturais e está intimamente relacionada com as mudanças na forma de conceber a linguagem. Costa (2000, p.5-6) expõe que:

Virada linguística e virada cultural inscrevem-se no mesmo contexto epistemológico em que as práticas sociais e os artefatos culturais são concebidos como linguagens, como discursos que, sendo práticas de significação, atribuem sentido ao mundo e, ao fazê-lo, criam, instituem, inventam. Vemos hoje uma intensa proliferação de culturas (cultura do trabalho, cultura empresarial, cultura das organizações, cultura do corpo, cultura da masculinidade, cultura da magreza, etc.), que nada mais são do que territórios, instituições ou atividades produzindo e fazendo funcionar um universo próprio de práticas e de significados.

Segundo Almeida (2007), a mídia deve ser vista como uma esfera poderosa de construção de sentidos. Os bens culturais industrializados e distribuídos pela mídia eletrônica têm a capacidade de produzir certas construções simbólicas, apropriando-se de elementos que já circulam na cultura que produz tais bens e os reforça e normaliza, constituindo um discurso hegemônico. Como ressalta Gonçalves (2013) a mídia é uma das principais fontes de pedagogia cultural, pois nela se (re)produzem e se disseminam inúmeros significados culturais, inclusive os sentidos constitutivos de pertencças sociais como etnia, classe, nacionalidade, gênero, sexualidade, religião, entre outros.

Giddens (2000) destaca alguns meios da influência midiática que permeiam o cotidiano, como por exemplo, obras de auto-ajuda, revistas, televisão, dentre outros produtos, que o autor classifica como “guias práticos da vida”, que contribuem para o projeto reflexivo do eu, tem a finalidade de constituir novas identidades sociais autônomas, que colocam em xeque os padrões tradicionais. Assim, pretendemos aqui destacar a *internet* como potente e frequente meio midiático de influência direta das vivências cotidianas na atualidade, ora de modo prescritivo, ora de modo problematizador, reflexivo e/ou reacionário, através de inúmeras redes sociais virtuais. Tendo em vista este cenário, Miskolci (2012) sinaliza que o uso de mídias digitais se disseminou de tal forma na sociedade contemporânea que, corremos o risco de naturalizá-lo, partindo da experiência atual sem refletir sobre como ela rearticula meios de comunicação anteriores assim como formas relacionais pré-existentes.

Pensando na possível naturalização do acesso e uso irrefletido dessas redes, que lhes confere um caráter de verdade, buscamos olhar atentivamente as narrativas

produzidas na internet no que diz respeito a questões de gênero, sexualidade, relacionamentos, ciúmes, violência e juventude. Segundo Woodward (2000), a identificação e as diferenças são marcadas por representações simbólicas e discursivas que lhes dão significados. Os discursos e os sistemas de representações são os que constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos poderão se posicionar-se como sujeitos e a dar sentido às experiências e ao sentido de si.

Silva (2000) assinala que, para os Estudos Culturais, se existe a diferença é porque existe também o poder. O poder de incluir/excluir (estes pertencentes e aqueles não), demarcar fronteiras (nós e eles); classificar (bons e maus; puros e impuros; desenvolvidos e primitivos); normalizar (nós somos normais, elxs são anormais). Dividir e classificar são formas de hierarquização, pois diferentes agrupamentos sociais serão valorizados diferentemente. A eleição de parâmetros que venham a classificar um grupo representa a maneira mais sutil de estabelecimento de hierarquias: “aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da constituição do dentro. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural” (SILVA, 2000, p. 84).

A representação é, portanto, algo para além de simbólico, visível, e por meio dela as diferenças se tornam concretas e se ligam aos sistemas de poder, pois os que representam são os que possuem o poder de fazê-lo, como também são os que definem uma identidade. Nesse sentido, a análise da cultura e, conseqüentemente, da identidade, assume um caráter discursivo, uma vez que a representação de identidade e diferença se constroem nesse campo (BEZERRA, 2013). Em vista disso, é importante pensar em mecanismos capazes de contribuir para a compreensão deste novo cenário, desvendando suas características enunciativas, seus modos de construir verdades, inclusive porque, nas sociedades contemporâneas, a competência comunicativa passa por um domínio das novas tecnologias (BECKER, 2010).

Para Foucault (2011, p.12)

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Ao pensar na produção de verdades na atualidade, direcionamos o olhar para a internet, assumindo-a como um território de (re)produção de subjetividades, e ainda, como unidade que potencializa a fragmentação de identidades e os múltiplos discursos que a legitimam. As redes sociais se estenderam para além do contato face a face, interpessoal, para se tornar uma atitude pública. Campanhole e Moura (2013) ponderam que os vários questionamentos que emergem acerca das subjetividades nas redes sociais estão vinculados às identidades múltiplas que o cibernauta tem a possibilidade de constituir/desenvolver na esfera midiática das redes sociais.

É relevante dizer que o processo de comunicação por intermédio dos meios digitais é, de certa forma, incerto tanto em termos da interpessoalidade quanto organizacionais, graças a uma comunicação não linear que engendra uma relação entre o eu e outro. Há um processo de desconstrução dos antigos “sujeitos” e “eu”, visto que emergem novas imagens de subjetividade, arraigadas na multiplicidade, na heterogeneidade, na flexibilidade e na fragmentação que nos possibilita postular que a subjetividade, a posteriori de Descartes, é “distribuída, socialmente construída, dialógica, descentrada, múltipla, nômade, situada, inscrita na superfície do corpo, produzida pela linguagem, etc.” (SANTAELLA, 2007, p.86).

Para exemplificar como análises de artefatos e pedagogias culturais nos apontam elementos para refletir sobre os modos de ser/fazer sujeitos, e também, de como os próprios artefatos se renovam, à medida que transforma-se o cenário cultural e emergem novas formas de subjetividades, destacamos algumas pesquisas como a de Prates (2008) que, ao analisar os chamados Livros Secretos - pequenos livros, de leitura acessível e com prescrições sobre assuntos diversos, como as relações entre meninas e meninos, as dúvidas sobre o amor, sobre como conquistar amigos, como sobreviver na escola, entre outros - identifica que tais artefatos são como manuais que prescrevem formas de viver em consonância com o que cada garota precisa em determinado momento, sugerir formas de agir e de ser na busca de solução para determinado problema, ou ainda fazer com que as garotas acabem encontrando alguma carência, detectada nos testes e diversos diálogos, pois “há os dias de fragilidade na escola, de fragilidade na amizade, de fragilidade no amor” (PRATES, 2008, p. 80). Assim, esses Livros Secretos funcionavam em sua época de efervescência, entre 2000/2005, como guias, oferecendo subsídios para como agir nas situações do dia a dia para jovens meninas entre 12-16 anos. O complexo então, como um artefato cultural, atuava na propagação de ideias e sentidos que ensinavam as meninas a lidarem com seus sentimentos, emoções, situações cotidianas que perpassam a família, a

escola, os amigos e os amores, ideias que nos tempos atuais, são disseminadas e compartilhadas pela internet.

Já Giroux (1995), a partir da análise dos filmes *Bom Dia, Vietnã* (1987) e *Uma Linda Mulher* (1990), ambos da Companhia Disney, problematiza o modo como são construídas e reinventadas as relações entre memória, política e identidade, posicionando não só as mulheres, mas também sujeitos negros, latinos, e toda uma série de ditos “outros” em posições fixas no jogo das identidades. Tais filmes, como artefatos culturais, operam uma multiplicidade de práticas que são pedagógicas e, também, políticas, delimitando e reforçando os “[...] locais onde a pedagogia do poder é usada para produzir narrativas, representações e estórias particulares sobre quem está autorizado a falar, sob quais condições e no interesse de quem” (p. 154-155).

Através das práticas discursivas os sujeitos são construídos, assim como constroem os outros e se ligam ao mundo social. Desse modo, as práticas narrativas podem ser vistas como ações devido ao que produzem e analisá-las nos possibilita ter “acesso à socioconstrução das identidades sociais” (LOPES, 2001, p. 63). “Todos nós, como sujeitos discursivos, deveríamos ser sensíveis às dimensões que fazem da linguagem cotidiana um lugar privilegiado de consagração do preconceito, do desprezo, do repúdio, da ridicularização e, até mesmo, do ódio” (SILVEIRA, 2002, p. 22).

É, pois, conforme Costa (2002), a partir das perspectivas pós-modernas de análise que admitem a linguagem e a cultura como constitutivas, que tomamos como objeto de investigação os artefatos e pedagogias culturais e as formas como operam não apenas na constituição de visões de mundo, mas na constituição de sujeitos. Todavia, ressaltamos que não são apenas narrativas de cunho acadêmico ou científico que têm o poder de criar sujeitos e identidades, de instituir “outros”. Um leque de textos/narrativas/discursos culturais, nem todos centrados unicamente no discurso letrado, têm sido campo fecundo na proliferação de eus sobredeterminados, inclusive a internet.

Anne Balsamo (1995), teórica feminista, defende a mútua interdependência entre a faceta discursiva e material do corpo, apesar do crescente discurso do desaparecimento da base material do corpo, a partir da chamada pós-modernidade, que sobreleva o caráter discursivo que formam os corpos. Assim, o corpo virtual é um corpo referenciado materialmente, visto que suas condições de referência são determinadas, por diversas vezes, e nele/através dele questões de identidade de gênero, raça e classe são inscritas (ABDEL-MONEIM, 2002).

Assim, a partir da tecnologia, surge uma forma de corporeidade tecnológica (ABDEL-MONEIM, 2002), capaz tanto de disseminar como de mobilizar terceiros, independente do território. Para Ribeiro (2000, p. 489):

As redes de computadores aumentam as capacidades dos ativistas políticos. Elas permitem coalizões virtuais, são um meio mais rápido e menos caro de comunicação com capilaridade global e disponibilidade de dados que multiplicam as capacidades que indivíduos e grupos têm de denunciar, articular e promover campanhas. As comunidades virtuais que essas redes criam são armas poderosas para gerar solidariedade transnacional com relação a muitas problemáticas.

É a partir dessa reflexão que queremos dialogar sobre o uso e a potencialidade discursiva circulante via redes sociais digitais. É fato que a comunicação mediado advento da internet é subsídio para uma reformulação no modo como os indivíduos se organizam em torno de lutas de interesse comum em redes híbridas, cuja cultura e natureza são constantemente questionadas, tensionadas, flexibilizadas e (re)criadas (SILVEIRA, 2013).

Redes estruturantes e estruturadas – a internet como expansão do meio social

A internet é um espaço onde tudo é possível e do qual nada é excluído e, Lévy (2004, p. 12) postula que é a rede que “vai nos fazer descobrir a verdadeira hierarquia do bem: uma hierarquia complexa, hipertextual, emaranhada, viva, móvel, abundante, turbilhante como a biosfera”. É, pois, a falta de centralização, junto à possibilidade de conexões múltiplas e simultâneas, que faria das redes digitais “a nossa forma do infinito” (VAZ, 2010, p. 201) e de alcance ilimitado.

Em meio a expectativas diante desta rede tão promissora, Paulo Vaz (2010) elenca cinco esperanças suscitadas com a emergência das redes digitais, em dias em que se tenciona a internet como meio de comunicação hegemônico. A primeira, seria a de democratização: viveríamos o fim da intermediação dos políticos e do sistema representativo visto que a cidadania seria conquistada pela participação de todos, eliminando a necessidade de mediação. A segunda, seria a possibilidade de troca substituir o arranjo oferta/produção do mercado, possibilitando através da internet, além de um menor espaço de manipulação de preços, tanto a satisfação dos desejos singulares dos consumidores quanto uma maior segurança dos produtores frente à especificidade das demandas. A terceira diz respeito à educação: “a rede seria, ao mesmo tempo, uma imensa biblioteca acessível a todos e uma universidade que tem como professores e alunos a humanidade” (VAZ, p. 205). A quarta, se refere à esperança de uma nova sociabilidade

pois, “por estarmos próximos de qualquer um, poderíamos encontrar quem desejamos na rede” (idem). Por fim, a última diz respeito à identidade, pois, seria possível ser o que se é, ser múltiplo e ainda tornar nosso ser mais complacente, por meio da experimentação do território existencial do outro, da disseminação da empatia.

É evidente que são muitas as esperanças e expectativas, envoltas num certo otimismo, depositadas nas redes organizadas nos e pelos territórios digitais. Como assinala Garbin (2003, p. 126), a rede “converteu-se num ‘laboratório’ para a realização de experiências com as construções e reconstruções do ‘eu’ na vida pós-moderna, uma vez que, na realidade virtual, de certa forma, moldamo-nos e criamo-nos a nós mesmos”. Todavia, é pertinente notar que estas redes não anulam nem tampouco estão fora das relações de poder propostas por Foucault. Há que se ressaltar que, a própria emergência de um pensamento em rede, seria uma condição de possibilidade para que Foucault propusesse o poder a partir de relações dinâmicas de forças não centralizadas que perpassariam diagramas históricos (MOZZINI, 2013), como ocorre no campo virtual.

Para Mozzini (2013), ainda que tanto a noção de redes quanto a de relações de poder se constituam a partir da não existência da dicotomia entre dominantes e dominados, entre um centro mandante e uma massa obediente, visto que, ambas estão imersas em hierarquias móveis, isso não significa que os nós, das chamadas redes digitais, estejam posicionados a partir do princípio de igualdade entre os pontos interligados. Apesar de muito se anunciar uma pretensa horizontalidade entre todas as hierarquizações a partir da possibilidade de encontrarmos “todos e todas e qualquer um” nas redes digitais, a autora pondera que não podemos deixar de visibilizar o modo como estas redes também estão inseridas em relações de poder e, por isso, em um território de desigualdades e desequilíbrios, tensionamentos hegemônicos e resistências. É nessa linha de pensamento que Mozzini (2013) nos propõe a seguinte reflexão: Será que, de meu computador, posso encontrar qualquer tema de pesquisa da mesma forma que um outro computador?

Essa pergunta, aparentemente tão ingênua, nos permite enxergar alguns impasses no povoado terreno das redes digitais, entre eles a importância de não perder de vista o contexto social. No Brasil, as características sociodemográficas da população têm um grande impacto no uso da internet, principalmente se comparada aos outros meios de comunicação. Renda e escolaridade criam um hiato digital entre quem é um cidadão conectado e quem não é. Já os elementos geracionais ou etários mostram que os jovens

são usuários mais intensos das novas mídias¹¹. Tais pontos nos levam a uma infinidade de questões que abarcam as diferenças estruturais em que estamos inseridos socialmente e, a importância de demarcar as múltiplas pertencas sociais (raça, gênero, classe, idade, crença, dentre outras) que nos constituem como sujeitos para se pensar na inserção, lugar e competências em que somos capazes de operar.

Carneiro (2003) assevera que se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstróem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre as formas de ser e estar no mundo. Nesse contexto, muito tem se falado a respeito das implicações dessas imagens e dos mecanismos capazes de promover deslocamentos para a afirmação positiva desse segmento. Nossa direção é, pois, incorporar a *internet* como espaço de otimização da circulação de saberes que intentam desestabilizar/deslocar os modos de operar da sociedade

Como ressalta Ribeiro (2013) a internet abriu o espaço para que essas questões, que não eram e ainda não são discutidas amplamente na mídia tradicional, tenham mais visibilidade. A autora ressalta a internet em seu caráter de exposição, trata-se, nas palavras dela, de “um lugar onde pessoas invisibilizadas passam a existir” (RIBEIRO, 2013, p.3). Assim, os meios de comunicação, sobretudo a *internet*, vêm se constituindo em um espaço de interferência e agendamento de políticas do movimento de minorias sociais, pois a naturalização das violências estruturantes como o racismo e o sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala, a afirmação de identidade cultural e o valor social desses grupos (CARNEIRO, 2003).

A assertiva de politizar as desigualdades de gênero é pauta que atravessa o feminismo em prol de transformar as mulheres em sujeitos políticos. Essa condição almejada, conforme descreve Carneiro (2003) faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular a partir de suas pertencas sociais. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo,

¹¹ Dados extraídos de pesquisa realizada e divulgada pela SECOM. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acessado em: 28/10/2016.

possuem demandas específicas que, necessariamente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a ótica da questão de gênero sem levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. A autora destaca ainda que essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades.

Nesta direção, Ribeiro (2011) defende uma reforma política para que mulheres e negros/as tenham mais representantes. A representatividade social desses sujeitos é efetivamente uma questão. É importante que gestores públicos tenham a preocupação de fazer a lei ser efetivada para as pessoas terem, desde muito cedo, uma história contada por outro olhar. Se pensarmos no racismo que é uma opressão estruturante, aliado ao machismo, é claro que a mulher negra está em uma situação de muito mais desvantagem. Não é à toa que a mulher negra é o grupo que mais sofre violação, está na base da pirâmide social e também, a que mais sofre o peso das desigualdades produzidas pelo capitalismo. Logo, não dá para pensar nessas categorias isoladas porque raça informa classe e o racismo cria uma hierarquia de gênero, colocando a mulher negra numa situação muito maior de vulnerabilidade. Retomar a questão proferida por Angela Davis (2016) torna-se substancial, pois o debate ainda retrata as necessidades do cenário atual que é o de pensar as questões de classe, raça e gênero interseccionadas, objetivando a emancipação a partir de um ponto de vista anti-capitalista, anti-racista e anti-sexista.

Todavia, não podemos perder de vista que ainda hoje existe uma resistência muito grande ao tratar o debate de questões que atingem as minorias sociais. Há que se ressaltar o unidirecionamento do olhar dentro dos próprios grupos que propõem a desestabilização do modus operandi, porém fixam-se em uma categoria para destrinchar as demandas sociais, como pauta a esquerda clássica, por exemplo, que insiste em considerar as questões somente pelo viés de classe. No Brasil, de forma geral, ainda tem muita resistência em pensar a questão de gênero e raça de maneira profunda (ou de se pensar nas pertencas sociais de maneira indissociada).

Ribeiro (2013) assinala que tal resistência subsiste por conta do que ela denomina “arrogância intelectual”, consiste em querer eleger qual opressão é mais importante, sendo, geralmente, a classe tomada em prevalência as demais. Não à toa que no Brasil as problemáticas que envolvem o machismo, o racismo e a desigualdade social perduram no espaço de negação e, por conseguinte, invisibilidade, legitimadas pelo mitos da “democracia racial”, “superação do machismo” e “meritocracia”. Como pontua Carneiro

(2003), se por um lado é crescente no âmbito do movimento feminista brasileiro a compreensão da urgência do combate às desigualdades raciais de que padecem as mulheres negras em suas relações, do outro lado permanece no senso comum, e até mesmo na percepção de importantes formadores de opinião, as visões consagradas pela pseudo obsolescência que demarca essas categorias.

Kimberlé Crenshaw (2002) nomeou esse movimento de negação de problemas que permanecem no seio social de superinclusão e subinclusão. O primeiro ocorre quando se atribui um problema ou condição que atinge determinados grupos de mulheres (no caso, das mulheres brancas) a todas as mulheres; o segundo ocorre quando um problema ou condição atinge a um subconjunto de mulheres subordinadas (no caso, as mulheres negras), mas não é considerado um problema de gênero. Esses são os efeitos da hegemonia da branquitude no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando em sua afetividade e sexualidade. Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento, (desde a mulher mestiça até à branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida (CARNEIRO, 2003).

O que parece ficar implícito é que as populações consideradas como tendo “maior vulnerabilidade” pelo sistema social atual são aquelas que, em outros tempos foram denominadas de inferiores, impuras, degeneradas, invertidas, desviantes, entre outros termos que patologizaram comportamentos, hoje encapsulados sob o conceito de “diversidade”. Uma diversidade que, por vezes, parece trabalhar não com a pluralidade, mas com a tentativa de homogeneizá-la. Ou ainda, manter cada “tribo” devidamente isolada, monitorada, estagnada, individualizada, o que permite um sofisticado controle dos corpos e dos comportamentos (PELÚCIO, 2007, p. 181).

Tomamos o conceito exposto por Musso (2010) que, ao propor a definição de rede, traz um aspecto interessante para a discussão à medida em que descreve uma rede como “uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (MUSSO, 2010, p. 31). O autor ainda sublinha que “[...] supõe-se que a variabilidade da estrutura em rede respeita uma norma” (IDEM, p. 32), ou seja, assim como a estrutura social as redes digitais para que possam existir possuem todo um conjunto de regramentos técnicos que possibilitam sua

estrutura organizacional. A partir de tal pressuposto, tal como Mozzini (2013) salienta, devemos inferir que a lógica das redes não é neutra – o que não quer dizer que seja diabólica ou salvadora –, mas sim fruto de um modo de operar que produz efeitos nos modos de viver contemporâneos.

Carneiro (2003) ressalta que o grande desafio é propor, articular e implementar propostas consequentes que estejam afinadas com um projeto radical de superação desses problemas e vislumbre novos ideais. Paulatinamente, a exemplo, o movimento de mulheres negras vem sinalizando iniciativas fundamentais nas imbricações entre racismo e sexismo. Além de que, nas últimas décadas o movimento de mulheres vem se firmando como movimento político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mudança de mentalidades. É, pois, nessa perspectiva que apontamos o poder de veiculação de saberes pela internet que, além de disseminar saberes, informações, e demandas, pode promover a sensibilização a um leque imensurável de sujeitos conectadxs. Ademais, a repercussão obtida pela internet pode instaurar as questões acerca do desmonte das violências estruturantes como o racismo e o sexismo na agenda de divulgação dos meios formais de comunicação, como a mídia jornalística tradicional por exemplo, ampliando ainda mais o alcance informativo e os possíveis deslocamentos, ou ao contrário, promover ataques mais contundentes a minorias.

Para Mozzini (2013), o risco da questão de se considerar a horizontalidade das redes, em um primeiro instante, constitui uma instância de anulação de estratégias de mediação, sejam estas políticas ou midiáticas, e em sequência, produz, ao contrário, uma multiplicação de filtros que não estão visíveis ao usuário comum e seguem estratificando o acesso à comunicação e à informação. Se até mesmo as linhas de força que mobilizam as relações de poder procedem por meio de “redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série” (FOUCAULT, 2010, p. 105), por que estariam as redes imunes às desigualdades que permeiam o atual sócio-político neoliberal?

Ao refletir sobre a dimensão político-econômica que perpassa as redes digitais Mozzini (2013) destaca o *Facebook* e o *Google* – esta espécie de oráculo contemporâneo – como exemplos de processos de centralização presentes nas redes virtuais. Da mesma forma como existem canais na televisão aberta e o de maior audiência nacional é a Rede Globo, o Facebook e o Google ocupam posições privilegiadas em meio à infinidade de sites nas redes digitais. Assim, ainda que essas redes digitais pareçam ser um repositório blindado a possíveis concentrações, ainda que elas efetivamente possibilitem um *front* de

resistência a lógicas uniformizantes, isso não as torna imunes ao interessante imbricamento de seus nós às racionalidades de mercado.

Destarte, a suscetibilidade às lógicas no mercado, e consequente reflexo de ordenamentos, é mais um fator que contribui para que essa esfera seja indispensável como campo de análise social, na busca de entendimento dos *modus operandi* das relações contemporâneas que não por acaso são viabilizadas pelas redes, e portanto, são objetos de pesquisa social relevantes.

Mobilização e interação nas redes – na trilha das lutas feministas *online*s, reconhecimento e “desloca(mentes)”

A mobilização social em torno de um projeto comum é o intento central dos movimentos sociais, fato que, na atualidade, vem reconfigurando-se em novos espaços. Dentre eles, destaca-se a *internet*, meio pela qual tal mobilização tem sido beneficiada seja por meio de comunidades virtuais, pelo empoderamento dos indivíduos, pelo maior acesso à informações e pela capacidade de se tornar-se protagonista e difusor/a da informação. Como indica Silveira (2013), o ambiente virtual cria oportunidades para que, um sujeito conectado conte a própria história, seja a sua ou a sua versão da história de outrem. Tal ambiente torna-se um superlativo para a formas das narrativas na contemporaneidade, bem como para o sentido que elas carregam, de modo que podem ser veiculadas em vídeo, imagem, textos ou ainda, por meio de codificações/simbologias pertencentes a esse novo espaço.

As tecnologias midiáticas possibilitam interações sociais que põem em evidência novos atores sociais, assim como reorganizam antigos estigmas, através de moldes diversificados de informação. Okin (2008) ressalta que o advento de novas formas de interação permeadas pela tecnologia fornece aos movimentos uma outra esfera de atuação, de larga escala e amplo alcance. Esfera que, se aliadas aos referenciais teóricos feministas, podem promover deslocamentos de interesse quanto à reconfiguração de práticas sociais problemáticas.

Pesquisas realizadas acerca da articulação dos meios de informação e as temáticas sociais, em especificamente, sobre a violência de gênero, apontam que os meios de comunicação têm-se revelado uma ferramenta fundamental para que, desde o final dos anos 90, as informações sobre a violência de gênero deixassem de ser referidas como uma matéria especial, confinada à privacidade do casal, para tornar-se difusa como um

problema social. Tal mudança de perspectiva, desvela novos posicionamentos das instituições públicas e dos agentes políticos, que reconhecem a necessidade de tomar medidas específicas para combater este tipo de violência. A violência de gênero deslocou-se assim, de uma abordagem típica e episódica de eventos de jornalismo e informações criminais, a fim de construir uma história que relata esses fatos como parte de um fenômeno que tem origem na desigualdade e merece a atenção de toda a sociedade. A mídia, sobretudo a internet, vem revelando-se, pois, como uma ferramenta fundamental para a mudança cultural (MENENDEZ, 2014; ZURBANO, 2010; CARBALLIDO, 2007).

Em vista disso, Negrão (2006) faz algumas considerações quanto a esse ambiente digital.

Hoje os cenários de conquistas são, necessariamente, aqueles capazes de assegurar a visibilidade e as trocas individuais ou coletivas e, ao mesmo tempo, proporcionar o crescimento social e político. Em relação a esses cenários, devemos apontar que a rede mundial de computadores aparece como uma destas possibilidades (NEGRÃO, 2006, P. 14)

Assim, a mídia, em todos seus desdobramentos, tem se mostrado um poderoso campo de produção de conhecimento, bem como de manutenção e (re)produção das convenções sociais sobre masculinidades, feminilidades, identidade e orientação sexual, além de raça, classe e geração. Para Carvalho, Adelman e Rocha (2007, p. 124), “os meios de comunicação refletem as profundas ansiedades de gênero que caracterizam a época atual e trabalham com essas ansiedades”. Responsável por um imenso volume de trocas simbólicas e materiais em dimensões globais, as narrativas midiáticas são também pedagogias culturais capazes de cristalizar ou desestabilizar as noções que permeiam a nossa formação cultural (PELÚCIO et al., 2012).

A abrangência da tecnologia da Internet foi interpretada diversas vezes como sendo mais um efeito do, já a caminho, processo de desvinculação entre sociabilidade e localidade na formação de uma comunidade, ou como algo que levaria ao isolamento social, ou como um intercâmbio social baseado na representação de papéis e identidades falsas (CASTELLS, 2003). Tais concepções de utilização da internet foram responsáveis pela distorção de diversos aspectos utilitários da rede de computadores, como se fosse mero terreno para fantasias individuais (SILVEIRA, 2013),

Contudo, essa concepção contrapõe –se ao observado na atualidade, em que a internet, embora possibilite a ampla troca e intercâmbio cultural, é também o meio pelo qual se estendem as relações sociais mais próximas e cotidianas, pautada por questões

instrumentais, vinculadas a trabalho, família e vida. De acordo com Castells (2003, p. 99): “a internet foi apropriada pela prática social, em toda a sua diversidade, embora essa apropriação tenha efeitos específicos sobre a própria prática social”.

É nesse jogo de apropriação que, observamos na atualidade, o movimento feminista incorporar suas práticas e demandas às redes sociais virtuais. Não há como negar a importância das redes, mas é preciso pensar seu lugar no processo, para não jogar fora o desejo como potência política, em nome de uma habilidade técnica. No caso do feminismo, podemos dizer que as redes são a arma da luta que move o feminismo, um meio para chegar aos fins (TIBURI, 2014). Não devemos perder de vista que, além do feminismo difundido pelas redes, há o que surge em escolas e universidades, que surge no trabalho, que aparece na família, nas ruas, nos mais diversos lugares da cidade, no centro e na periferia, enfim, é preciso lembrar do feminismo na história. Conforme Tiburi (2014) enfatiza, o feminismo surge como crítica a um estado de violência contra pessoas concretas marcadas como mulheres ou portadoras de características ditas femininas, sobrepostas a outras pertenças sociais. Nesse sentido, é relevante salientar que o feminismo não é um fenômeno de internet, mas uma luta contra a violência dirigida a essas pessoas que, na atualidade, utiliza-se também desse meio.

A interatividade é o que torna a militância virtual um espaço de aprendizado, compartilhamento e troca de saberes. Conforme Pierre Lévy (2009) sublinha, o que melhor descreve essa interatividade é a possibilidade de transformar os envolvidos na comunicação, ao mesmo tempo, em emissores e receptores da mensagem. Com a popularização dos computadores, *notebooks e smartphones* na sociedade, hoje é possível participar da militância feminista no ambiente virtual, seja com opiniões divergentes ou até mesmo novas informações.

Elucidar tal aspecto acerca dessa nova face do feminismo que ocupa as redes nos faz pensar, embasadas pelas reflexões de Tiburi (2014), na expansão virtual do feminismo e nos demais lugares do feminismo. O feminismo pode usar as redes, mas também pode sofrer com suas armadilhas. Como ressalta a filósofa, a luta feminista precisa sempre lembrar que o feminismo não é apenas a protagonização – no cenário das redes ou dos meios de comunicação – mas que é criação de espaços e lugares reais para mulheres, para seres concretos em termos concretos, como luta viva. Assim, o que o feminismo coloca em cena é o direito a aparecer. O direito das mulheres pelo aparecer, é um direito de participar da esfera pública, o direito de estar no âmbito do poder, que sempre escondeu as mulheres na esfera privada (TIBURI, 2014).

De forma complementar, Pelúcio et al. (2012) afirmam a importância da ampliação dos espaços de produção discursivas e imagéticas provocadas, por exemplo, pela intensificação do uso das diferentes plataformas disponíveis na internet. Esse contexto exige que o poder das mídias em instituir verdades e moldar o imaginário social seja relativizado e que, se tome esse espaço produtivo como segmentado, multifacetado e plural, para assim, escaparmos das armadilhas teóricas que tendem a engessar esse campo. Ademais, partindo do pressuposto que o discurso midiático na sociedade contemporânea não é apenas um espaço de reprodução, mas também se apresenta como um lugar privilegiado de contestações de práticas sociais naturalizadas, falar de gênero, raça, sexualidade, identidade são termos políticos em disputa cada vez mais presentes na mídia.

E tal disputa não existe sem embates. Ao passo que esse novo território constitui novos espaços de visibilidade para as reivindicações feministas, também é palco para o recrudescimento, retomada, legitimação e disseminação de valores conservadores. Sim, é fato que, concomitantemente crescem e coexistem as resistências às ações e demandas feministas. Páginas em contraposição ao feminismo e outras ideologias contra-hegemônicas como o movimento LGBT, também têm o seu espaço no cenário contemporâneo e nas redes sociais digitais, como por exemplo, páginas como *Moça, não sou obrigada a ser feminista*, *Garota Reaça*, *Orgulho de ser hetero*, que disputam o foco social e contam com milhares de usuários apoiando seus ideais, sendo inclusive compartilhadas e apoiadas por nomes políticos conservadores.

A este fato Faludi (2001) denomina como *backlash* a fonte dos problemas que afligem as mulheres e suas lutas. A autora argumenta que o *backlash* é o anti-feminismo despertado não pela concretização da plena igualdade das mulheres, mas pelo aumento das possibilidades do que podemos conquistar. “É um ataque preventivo, que interrompe a corrida das mulheres muito antes que elas atinjam a linha de chegada” (FALUDI, 2001, p. 9). Ao considerar o *backlash* como fenômeno cada vez mais presente, e também em disputa, observamos que muitos dos problemas levantados por articuladores do *backlash* são fantasiosos e construídos por uma mídia machista que não tem evidência confiável para substanciá-los, e também que o contra-ataque é uma tendência histórica, recorrente quando as mulheres alcançam ganhos substanciais por meio dos nossos esforços por equidade. Em sua obra Faludi (2001) cita diversos exemplos de como a ciência foi usada pela mídia para fortalecer as falácias que constituíram a base do *backlash*, em que podemos mencionar um exemplo corriqueiro na mídia brasileira, que são as matérias e as

chamadas destas quando abordam as mulheres, a exemplo: a matéria “Mulher com nível superior fica mais solteira que homem”, publicada pela Folha de SP, citando como fonte dados do IBGE. Ao observar a fonte e o discurso tendencioso na reprodução da notícia, percebemos claramente a tentativa de lucrar à custa de ideias como o “medo de ficar para titia”, “a consequência de se dedicar ao estudo e investir na própria vida”.

Somos bombardeadas por opiniões que buscam justificar nossas angústias enquanto mulheres na sociedade, todavia também somos convocadas a intervir, fomentar o debate, analisar profundamente as entrelinhas desses discursos veiculados, desestabilizá-los. Cardoso (2015) pondera que essas resistências, ainda que numerosas e influentes, já que propagam discursos hegemônicos com endosso político-social, não apagam a relevância das iniciativas pelo empoderamento feminino. Pelo contrário, reforçam a necessidade das ações e manifestações sociais pela defesa dos direitos da mulher.

Como Faludi (2001) advoga, o feminismo não poderia de qualquer maneira ser bem aceito pelos grandes veículos da informação, pois gera receio e medo nas camadas conservadoras pelo seu potencial subversivo e, pela profunda transformação social que a emancipação das mulheres representa. De tal modo, no cenário contemporâneo, é preciso estar atentas para identificar os sinais de backlash que ganha também, através da internet, novos espaços de ocorrência. Torna-se um novo desafio, desconstruir as falácias que insistem em retroceder a luta contra o machismo, pois não há verdadeira mudança social sem a garantia dos direitos humanos das mulheres, sem romper com os entraves que perpassam nossas lutas.

Assim, pensar-se-ia a *internet*, também, como artefato cultural, sendo, justamente pela inserção desta tecnologia na vida cotidiana e, por conseguinte, no cotidiano das relações sociais. Dessa forma, as redes sociais digitais como um conjunto de técnicas, práticas, modos de pensamento e valores, se desenvolve juntamente ao próprio ciberespaço, como mais uma dimensão da vida social, caracterizando-se como um espaço socialmente construído pelas interações que se estabelecem na *internet*. Nesse espaço, emergem “novos agrupamentos sociais e no qual se atualizam outras redes já estabelecida em outras dimensões da vida social contemporânea” (MAXIMO, 2010, p. 147).

Como Castells (2003) já alertava, a *internet*, assim, se configura como a alavanca de transição para uma nova forma de sociedade, a sociedade de redes.

A elasticidade da internet a torna particularmente suscetível a intensificar as tendências contraditórias presentes em nosso mundo.

Nem utopia, nem distopia, a internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade (CASTELLS, 2003, p.11).

Nesse cenário, o compromisso com a mudança segue como guia para articulações e investimento dessas novas formas de mobilizar. Faz-se relevante salientar que esta incorporação com a internet não é exclusiva do movimento feminista, visto que, os mais diversos grupos também se aproveitam do potencial comunicativo e interativo da rede, tanto para a divulgação de ideias como para vinculação e articulação. Todavia, a pertinência de pautas de movimentos sociais de cunho feminista é a bússola norteadora das questões aqui exploradas, tendo em vista a aplicabilidade das políticas públicas e a presença/ausência no meio virtual das reivindicações, sempre embasadas em algumas mudanças do contexto social contemporâneo, como a Lei Maria da Penha, por exemplo.

Outrossim, é importante lembrar, como Tiburi (2014) nos chama a atenção, que o virtual não carrega o ônus ético que a lógica da presença exige de nós. Na internet podemos não dizer quem somos. Não precisamos nos responsabilizar diante do outro, porque o outro não é material. Sua presença é espectral. Podemos ser babacas ou guerrilheiros, fazer a coisa certa ou a errada sem precisar nos comprometer. Em vista disso, Tiburi (2014) ressalta que não seria coerente endeusar as redes, nem demonizá-las. Mas, retratá-las fidedignamente pelo que são, e pelo que propiciam. Elas são ferramentas práticas para um feminismo possível nesse momento. Um feminismo que ainda enfrenta o medo da violência e que nos faz falar do assédio que nunca tivemos coragem de mostrar. A transição para sua própria realização é o objetivo final do feminismo que usa esses meios para ir mais longe.

Os anúncios das vozes que gritam e instauram um novo regime de visibilidade para as pautas feministas

Para tratar de demandas, precisamos falar de visibilidade. Regimes de visibilidade são históricos e, como tais, passíveis de transformações com o tempo e variáveis segundo particularidades culturais. Reforçam a gramática moral e o regime de verdade da sociedade. As transformações dos regimes de visibilidade até os tempos atuais não conseguiram desconstruir a hegemonia patriarcal, heterossexual, branca e classista, desde seu privilégio estruturante na esfera do poder e da produção de saberes, até mesmo em sua gramática relacional íntima. A transformação de um regime de visibilidade em outro

acompanha uma mudança histórica geral de uma sociedade marcada pela divisão público-privado para uma em que vigora a demanda de performatização pública da intimidade (MISKOLCI, 2012).

Gonçalves e Pinto (2011), ao rememorar a trajetória do feminismo destacam como principais bases para a proliferação virtual das pautas e debates feministas, pontos que derivam da conhecida segunda onda, em que, a formação de grupos de reflexão pautados pela horizontalidade, sem qualquer estrutura hierárquica formal, fez emergir um movimento social e cultural que partiu de uma sociedade orgânica e industrial para uma caracterizada pela informação polimorfa, em que, segundo Haraway (2009), uma série de transformações reestruturaram as redes de poder a partir de uma política de ciência e tecnologia. Assim, as relações entre ciência e tecnologia estariam redefinindo categorias de raça, sexo e classe, nesse ponto, atentando, inclusive, para a necessidade de as feministas disso estarem cientes e conscientes.

Nessa direção, a permissividade de fala viabilizada pela internet desvela as vozes ensurdecidas pela subalternidade rompida e, auxiliam na caminhada rumo à transformação social e deslocamentos de categorias, outrora consideradas estáveis. Temos, então, o interesse frente a tal renovação do ativismo político-feminista dentro dessas redes. Direcionadas, assim, a refletir sobre as atualizações e apropriações do feminismo a partir da *internet* e da formação de coletivos *online*, com o propósito de levarem a cabo seu projeto de defesa ideológica, e de vivenciarem em rede tal experiência vista como coletivamente compartilhada e potencialmente promotora de mudanças, tal como sinalizam Pelúcio et al. (2012), caminhamos.

Assim, neste estudo, em meio a diversos discursos que circulam e a infinidade de ambientes virtuais possíveis no campo em destaque, elegemos como ponto de partida e de reflexão – as redes sociais e a violência de gênero, em que almejamos compreender como são constituídas e tecidas as redes discursivas sobre a violência de gênero, especialmente nas relações de intimidades entre jovens, nesse espaço em paralelo com a agenda pública formal, pautada pelo movimento feminista.

A princípio, destacamos as campanhas de enfrentamento veiculadas na rede, as narrativas e desdobramentos que daí emergem. Em sequência, nos debruçamos sobre os relatos discursivos apresentados entre participantes de um grupo virtual do *Facebook* autodeclarados/as sujeitos de relações abusivas. É também de nosso interesse compreender como atuam essas redes nos processos de produção de subjetividade desses

sujeitos e na configuração dos próprios relacionamentos nos espaços de sociabilidade virtual e real.

Na trilha dos novos regimes de visibilidade, são as campanhas implementadas por meio da internet que destacam-se nos últimos anos, como propulsoras para romper com o silêncio. Especialmente nos últimos dois anos, elas são temas frequentes e constantes, além de ganharem cada vez mais espaços e adeptos. Há que se ressaltar que tais campanhas possuem um molde diferencial, tanto pelo local de ocorrência, quanto pela classificação enquanto campanhas-meme. Como explicita Freire (2016), os memes podem ser entendidos como comportamentos e artefatos culturais que ganham dimensão, significados e são reapropriados como é o caso, por exemplo, de bordões de novelas e até *jingles* eleitorais. Assim, são essas campanhas, que a partir do uso, aceitação e popularização da *Hashtag*, difundem diversas narrativas ligadas pela temática em comum e, quiçá promovem deslocamentos.

Convém esclarecer o que é *Hashtag*, característica principal das campanhas veiculadas nas redes sociais atualmente. Compostas pelas palavras-chaves do assunto em questão antecedida pelo símbolo cerquilha (#), as *hashtags* viram hiperlinks dentro da rede social utilizada, indexáveis pelos mecanismos de busca. Devido ao seu uso difundido, o termo foi incorporado ao dicionário de língua inglesa Oxford, em junho de 2014, sendo definido como: “*hashtag* n. (nas mídias sociais de sites e aplicativos) uma palavra ou frase após uma cerquilha usada para identificar mensagens relacionadas a um tópico específico.” As *hashtags*, então, servem para agrupar, organizar e mapear um determinado assunto.¹²

Com linguagens um pouco diferentes, tais campanhas-meme são apenas alguns exemplos de ações que buscavam explicitar, em geral, as violências presentes no cotidiano, condutas machistas, racistas e discriminatórias presentes nas relações íntimas (FREIRE, 2016). Tais campanhas já nos mostram certo impacto na promoção da discussão sobre temas silenciados e evidenciam, pela quantidade de depoimentos que delas emergem, o quão presentes são as violências nas relações sociais cotidianas. Além disso, as campanhas-meme reforçam, visibilizam e destacam como nossa cultura segue colaborando para a manutenção de condutas discriminatórias. É válido ressaltar que essas campanhas não são espontâneas, elas são lançadas por internautas ou coletivos com finalidades definidas, como meio de impulsionar o debate acerca da temática

¹² Fonte: <https://www.significados.com.br/hashtag/>

da *hashtag* estabelecida. Assim, coletivos feministas vêm conseguido instaurar o debate público de suas pautas por meio de *hashtags* bem-sucedidas.

Se destacarmos as campanhas ocorridas nos últimos dois anos, com o tema da violência de gênero, temos uma lista de dez *hashtags*/campanhas-memes: #VamosConversar; #TambémÉViolência; #EleNãoTeBateMas; #PeloFimDaCulturaDoEstupro; #ACulpaNuncaÉDaVítima; #MeuNúmeroÉ180; #HeForShe; #MeuAmigoSecreto; #ChegaDeFiuFiu; #MeuPrimeiroAssédio, são alguns exemplos que desvelaram a urgência do debate e ações para o enfrentamento dessas violências denunciadas/anunciadas. Todas essas campanhas tiveram milhares de relatos e impulsionaram um novo regime de visibilidade para esses temas, ao tocarem em feridas de nossa cultura e a reacenderem, no senso comum, a necessidade da mudança, levando inclusive, as ações para além da campanha. Foram as *hashtags* #MeuPrimeiroAssédio, #ChegaDeFiuFiu e #MeuAmigoSecreto as pioneiras em revelar o potencial de visibilidade que tais campanhas podem alcançar, uma vez que, os espaços de (possibilidade) de fala são apropriados e o debate/exposição é aderido pela população.

Freire (2016) descreve que essas campanhas e *hashtags* são um fenômeno promissor dos tempos atuais, em que a efervescência comunicativa é direcionada a romper com as situações estabilizadas e sedimentadas em assimetrias. Tais campanhas dominaram as redes sociais e estimularam mulheres a contar seus episódios de opressão para que outras se encorajassem a fazer o mesmo e, assim, ficassem cientes de que não estão sozinhas. A força das campanhas, no entanto, não se limitou ao âmbito virtual. A revista Fórum (2016) divulgou que, por conta dessas iniciativas, o número de denúncias de violência contra a mulher – seja ela física, moral ou psicológica – no 180, o “disque-denúncia”, chegou a 63.090 de registros, 40% a mais do que no ano passado, de acordo com dados divulgados pela Central de Atendimento à Mulher. Para se ter uma noção da visibilidade, a *hashtag* #MeuPrimeiroAssédio, que dominou as redes sociais no início do mês de novembro de 2015, foi utilizada 85 mil¹³ vezes em apenas 5 dias.

A rede Think Olga, que lançou a campanha #MeuPrimeiroAssédio é um projeto feminista criado em abril de 2013, cuja missão é empoderar mulheres por meio da informação. Essa rede defende e compartilha a ideia de que não se pode lutar contra o que não acreditamos ou negamos ter acontecido, como a nossa cultura nos ensina a fazer. É uma engrenagem que funciona para reverter a lógica e manter as vítimas no silêncio. Mas,

¹³ Fonte: <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>

tudo isso pode ser rompido no momento em que ela descobre que não está sozinha, advoga Juliana de Faria (2016), uma das coordenadoras da rede Think Olga, que lançou a campanha. Não é uma missão simples, indolor, fácil. Mas se apoderar da própria história é importante, de forma que a vítima assim se reconhece como vítima. Não é vitimismo. É o empoderamento de enxergar que a opressão é, de fato, uma opressão e não “parte da vida”. Este é o primeiro e mais importante passo para a mudança.

Nessa efervescência, é preciso registrar que o tema feminismo está em alta. Além das campanhas, muitas mulheres, principalmente as jovens, participam ativamente de grupos e coletivos fora e dentro das redes sociais, e até foram efetivamente às ruas, em outubro de 2016, se manifestar contra o Projeto de Lei nº 5069 (que dificulta o acesso à pílula do dia seguinte), proposto pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Cresce também através das *hashtags*, a articulação de pautas e a universalização do debate, necessárias em todo o mundo, o que reforça o potencial de difusão positivo que as redes sociais podem proporcionar quando endereçadas. Por exemplo, alguns meses depois do fenômeno que foi a *hashtag* #MeuPrimeiroAssédio aqui no Brasil, assistimos a tradução e adaptação dessa *hashtag* no México. #MiPrimerAcoso estimulou também a milhares de mulheres mexicanas a denunciar seus assediadores. O protesto virtual começou horas antes da primeira grande marcha contra a violência de gênero no país. Em abril deste ano, também assistimos ao surgimento e disseminação da #WhenIWas, *hashtag* criada no Reino Unido, com o mesmo objetivo das outras campanhas supracitadas: trazer à tona a violência sistemática e naturalizada que as mulheres sofrem, desde o nascimento cotidianamente. A campanha #WhenIWas conseguiu agrupar 50 mil relatos em apenas uma semana. E esse não é um exemplo isolado. A força das campanhas por meio de *hashtags* tem sido (re)produzida em todo o mundo. Quando o Reino Unido também incorporou a campanha lançada no Brasil, e deflagrou a #FirstHarassment (tradução literal da #MeuPrimeiroAssédio), observamos mais uma vez a rápida disseminação de relatos, que logo foi usada por milhares de mulheres em outros países europeus. Esses casos servem não só para mostrar o poder do ativismo digital como a possibilidade de tradução (e a busca por soluções) de problemas¹⁴.

Tiburi (2014) salienta que nos casos das *hashtags* em questão, a denúncia contra o machismo é de fato um importante evento que se realizou no contexto da atmosfera indireta que é própria das redes. Porém, não podemos perder de vista que são apenas

¹⁴ Fonte: <http://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2016/05/10/o-poder-de-uma-hashtag.html>

meios. Elas propiciam ferramentas práticas para um feminismo possível nesse momento. Ademais, a eclosão dessas campanhas e subseqüentes pautas feministas inseridas nas redes desvelam a mais nova face do movimento: uma face jovem e que dominam as redes sociais digitais.

“Os donos do pedaço” – Juventude e internet: entre *links* e *likes*

As redes sociais, como vimos, são sem dúvida, espaços bem movimentados na atualidade. Seu advento como formidável meio de comunicação a estenderam para além do contato face a face, interpessoal, para se tornar uma atitude, e também uma utilidade pública. O surgimento da Internet, desenvolvida no final dos anos 1960, porém com crescimento significativo apenas a partir dos anos 1990, no contexto norte-americano e europeu. Com o crescimento um pouco mais tardio nos países em desenvolvimento, como o Brasil, causou uma mudança na maneira como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo, uma vez que alterou a maneira como lidamos com questões referentes ao espaço e tempo (CASTELLS, 2003).

É preciso pontuar a complexidade inerente à internet a partir da trajetória de seu desenvolvimento, pois foi pensada e criada inicialmente no formato da *Arpanet*¹⁵ a partir da intersecção improvável entre a pesquisa militar, a cultura libertária e a chamada *big science*, entrecruzamentos esses que, segundo o Castells (2003), tiveram lugar em instituições governamentais, centros de pesquisas e universidades. Em pouco tempo os jovens que faziam parte do desenvolvimento da *Arpanet* a transportaram para a cultura estudantil, de forma que rapidamente a rede de computadores interligados se tornou meio de comunicação livre, e manifestação política. Outro aspecto fundamental para sua rápida expansão diz respeito à forma de aprendizagem e apropriação de seus préstimos, de forma que seus usos e modificações são repassados em tempo real, diminuindo, assim o intervalo entre produção, aprendizado, difusão e aperfeiçoamento.

Recuero (2014) comenta que a *internet* possui essa capacidade de manter relações assíncronas pois, ao manter a interação protegida dentro do meio, a rede virtual torna desnecessária a necessidade de alinhamento espaço-temporal, fortalecendo vínculos para além dos paradigmas tradicionais da interação interpessoal. Para Giddens (1991) a separação de sentido entre espaço e lugar para se referir às ideias de esvaziamento de

¹⁵ Sigla em inglês para Advanced Research Projects Agency Network. Conexão entre quatro centros de pesquisa estadunidenses.

tempo e espaço, adventos da modernidade que permitem que locais sejam influenciados socialmente por elementos espacialmente distantes. Para além disso, há a questão de que a rede mundial de computadores e a sua transposição virtual do contexto local ocorre em uma rede de comunicação com infinita capacidade de armazenar conteúdos, criando novas ramificações de interações sociais que transcendem e questionam as estruturas sociais tradicionais e assim, chegam até, e pela, *internet*. É, pois a cultura da *internet*, conforme argumenta Castells (2003), a qual reinventou a sociedade, operando a partir dos conceitos de liberdade, de comunicação horizontal e interação em rede, conferindo uma certa autonomia aos seus usuários em relação à sua própria produção e consumo de conteúdos.

Castells (2003, p. 47) sinaliza que “as comunidades *on-line* tiveram origem muito semelhante à dos movimentos contraculturais e dos modos de vida alternativos que despontaram na esteira da década de 1960”. Os apontamentos do autor chamam a atenção para a mudança de percepções acerca do ciberespaço, da mesma forma como houve mudanças na observação acerca desse fenômeno por parte das Ciências Sociais, em geral.

Embora seja um espaço aberto para todas as idades/gerações, e se constitua como campo híbrido, são os jovens que povoam esse espaço majoritariamente¹⁶, razão pela qual nos interessamos por esse público. Segundo dados da pesquisa brasileira de mídia realizada pela Secretaria de Comunicação Social (BRASIL, 2015), dos jovens de 16 até 25 anos de idade e de classe média, 65% acessam a Internet todos os dias. Do acesso às redes sociais, mais de 80% declararam acessar, prioritariamente, o *Facebook*. Em vista disso, elegemos essa rede social como fonte principal de análise quando nos referimos à *internet* como campo de pesquisa.

As redes sociais digitais são construídas, preferencialmente, em sites de grande visibilidade, como *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*. Além disso, há uma extensão prática a partir dessas redes, que é a criação de aplicativos como *Whatsapp* (sob o controle do *Facebook*), *Viber*, *telegram*, entre outros, que além de possibilitar a troca de mensagens instantâneas por meio do celular, permitem a realização de ações oriundas da dinâmica das redes sociais, como compartilhamento de vídeos, imagens, links e afins, de forma mais privada ou destinado para um grupo de interesse/afinidade específico. O *Facebook* tem cerca 1,39 bilhão de usuários ativos, sendo que 890 milhões utilizam diariamente

¹⁶ Dados extraídos de pesquisa realizada e divulgada pela SECOM. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acessado em: 28/10/2016.

seus serviços e 745 milhões o acessam também pelo telefone¹⁷. No Brasil, os números são exponenciais – 80% dos brasileiros que acessam a web mantêm um perfil no site, 66% o frequentam todos os dias e, a maioria, também o faz por telefone – os acessos por via móvel subiram 55% no país durante o último ano¹⁸.

Para além do fato dos jovens serem a maioria dos usuários das redes sociais digitais na atualidade, há outros pontos que subsidiam o nosso foco nesse grupo. Ser jovem tem múltiplas traduções, muitos canais para se manifestar e para gritar ao mundo como querem ser vistos, e para isso, sobretudo nos tempos atuais, existem diversos dispositivos para construir uma autoimagem com a qual querem ser vistos e reconhecidos. Ao falarmos sobre jovens e as formas como eles vivem e se relacionam, uma questão frequentemente vem à tona – a comunicação e as tecnologias implicadas nesses processos, bem como as transformações que elas provocam ao longo do tempo (SELIGMAN, 2016).

Assim os meios de comunicação atingiram a sociedade de modo geral, mas transformaram a vida dos jovens de uma forma mais intensa com os meios de convergência, mais precisamente a *Internet*. Segundo Urresti (2008, p.39): “Essas mudanças implantam uma nova condição de vivências, uma nova fonte de evidências de tom eminentemente geracional, com um impacto decisivo sobre o processo de articulação da subjetividade, em que a adolescência desempenha um papel central”.

Há algumas implicações nas delimitações de juventude e adolescência, visto que são termos que carregam sentidos divergentes em constante discussão na literatura. O conceito de adolescência pode ser formulado por meio do critério de idade, da cultura, do meio social e das diferentes visões de diversos autores que abordam o tema adolescência (DESTEFANI; SALVADOR; SECCHIM, 2012). No aspecto etário, conforme o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069 (1990), o/a adolescente é entendido como aquela pessoa entre doze e dezoito anos de idade, dotado de direitos e deveres sociais. Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera adolescência a fase que compreende entre dez a dezenove anos de idade, com subfases existentes, também delimitadas pela faixa etária, em que a fase jovem é delimitada de dezesseis a dezenove anos de idade. E, por fim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considera a adolescência fase que compreende entre quinze e vinte e quatro anos de idade, seguindo

¹⁷ Dados extraídos de pesquisa realizada e divulgada pela SECOM. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acessado em: 28/10/2016.

¹⁸ IDEM

o critério adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e recomendado principalmente para fins estatísticos e políticos.

A denominação da adolescência de acordo com as faixas etárias está intrinsecamente associada ao caráter biológico. Bock (2004) sinaliza que a Psicologia naturalizou a adolescência e precisa rever esses conceitos, considerando a adolescência como fase natural do desenvolvimento, sendo reducionista, ocultando o aspecto social presente no processo.

Nesse sentido, Mascagna (2009) ressalta que na atualidade uma visão naturalizante ainda predomina no que se diz respeito à adolescência. A fase de adolescer é compreendida como repleta de tensões e conflitos psíquicos e comportamentais. Uma fase estereotipada cujas características são: período conflituoso com instabilidade emocional, problemas típicos da idade, hostilidade pela separação dos pais e um abismo entre as gerações. Essas características, como mitos, foram apropriadas cientificamente e culturalmente pela população, acadêmica ou não, como fases típicas de uma idade completa de negativismo e hostilidades. Por isso, sedimenta-se e fortalece-se o debate em torno da adolescência e juventude para que tais características engessadas sejam refletidas.

É preciso desnaturalizar essa visão biológica da adolescência, pois muitas vezes, abre brechas para que as pessoas naturalizem comportamentos que não são naturais, independente da idade do indivíduo. O comportamento dos/as jovens, ao ser visto como algo natural, colabora para que os próprios atos também sejam naturalizados, como a violência (MASCAGNA, 2009). Assim, os estudos sobre a adolescência e juventude em uma perspectiva sócio-histórica são fundamentais para podermos superar a visão naturalizante que a própria Psicologia e Biologia conceituaram e universalizaram como verdadeira, independente dos processos históricos e sociais de desenvolvimento humano.

Cordeiro (2009) reitera a necessidade de observar a juventude com a consciência de que se trata de uma construção social, uma questão social pertinente a uma investigação social. Ao olharmos, portanto, para esse grupo, é necessário levar em conta as experiências do dia a dia – o cotidiano dos indivíduos, objeto de análise de Machado Pais (1990). Esse cotidiano se configura como um mapa de significações, pistas que apontam para as possíveis análises a serem feitas.

Bourdieu (1983) diz que juventude é apenas uma palavra e que as fronteiras entre as gerações são um paradoxo, assim como a divisão entre pobreza e riqueza, entre os sexos etc. Essas fronteiras são sempre construídas nas tensões entre um e outro grupo. Da

mesma forma, não se pode falar essa palavra no singular – é preciso falar em juventudes. “O que quero lembrar é muito simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente, na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas” (BOURDIEU, 1983, p.152).

Pais (1990) sublinha que os autores costumam olhar para a juventude de várias formas: como uma fase da vida, a corrente geracional, que vê essa como uma fase de passagem para a vida autônoma; ou como produto das desigualdades sociais, a corrente classista, que enxerga nesse período a demarcação ou reforço das desigualdades sociais pela divisão de classe, gênero, raça, trabalho; e ainda pelo viés da cultura juvenil, examinando suas práticas cotidianas. Essa última principalmente nos interessa neste trabalho.

Cordeiro (2009, p.45) salienta que situar alguém na condição de jovem ou adulto depende das trocas e regras de parentesco e de ritualização do conjunto de relações sociais – é pois uma condição cultural:

a compreensão da juventude como produção histórica e sociocultural, sua invenção, como eixo de pensamento, está ligada ao surgimento do indivíduo e da intimidade familiar como valor, da mesma forma que a ideia desenvolvida pela filosofia iluminista de que a educação pode dar ao indivíduo a possibilidade de superar sua condição social de origem.

De tal modo, a condição juvenil e todas as suas significações podem ser pautadas por visões impregnadas de estereótipos. Freire-Filho (2006) destaca duas categorias de estereótipos comumente atribuídos aos jovens: a juventude como problema, ou seja, indivíduos em perigo e que põem os demais em risco e que, portanto, necessitam de controle; e a juventude como diversão, os consumistas, “caçadores de emoção” (p. 49), símbolos de modernidade e de criatividade, uma rebeldia bem-comportada e de grife. Mercadorias à venda. Nesse sentido, a mídia e seus produtos estabeleceriam papéis pré-definidos para que os jovens exerçam, categorizando experiências e reembalando valores e modos de ser hegemônicos. Essas determinações se fazem sobre comportamento, corpo, aparência, valores, etc. (SELIGMAN, 2016).

Destarte, buscamos romper com essa conceitualização naturalizante de adolescência, e incorporamos a juventude como delimitação nominal. Tal como Seligman (2016) ressalta, falar de juventude é, portanto, considerar suas diversidades. Assim, a dificuldade de delimitar essa condição nos levou a adotar o critério legal etário como recorte (o mesmo que o IBGE considera jovem, entre 15 a 24 anos de idade), do contrário,

todos ou ninguém poderia se enquadrar em nosso grupo de interesse, o que tornaria a parte empírica inexecutável.

Para tanto, apesar da delimitação etária, utilizaremos o termo juventude não apenas como nomenclatura que engloba a faixa etária dos/as participantes deste estudo, mas como termo que também abrange a dimensão sociocultural dessa fase. Como Soares (2000) ressalta, é uma nomenclatura que engloba a faixa etária dos/as colaboradores/as, mas que a ultrapassa ao abranger a dimensão sociocultural dessa fase, para além dos marcos biológicos, revelando-se plural.

É a partir dessa reflexão, somado ao intuito de explorar os discursos (re)produzidos nesse novo campo social, aliado à ótica geracional tomando os/as jovens como agentes mobilizadores da transformação social que focalizamos nosso interesse de pesquisa neste público. E seguimos no intento de deslocar as noções patriarcais, machistas, racistas e capitalistas cristalizadas e naturalizadas na cultura e nas práticas culturais contemporâneas.

CAPÍTULO III

Notas metodológicas

Sobre os modos de olhar...

Apontar a *internet* como campo de saber é o desafio que nos guia a lançar e incitar olhares para esse espaço plural e ilimitado de acontecimentos, significações e ações. Compreender que vivemos em uma sociedade em que as mídias digitais têm um papel cada vez mais central e generalizado é mais desafiador em termos analíticos porque essa tecnologia não apenas medeia, mas molda subjetividades e as articula no processo incessante de (re)constituição de nossa vida coletiva (MISKOLCI, 2012).

Costa (2002) pontua que desenvolver pesquisas considerando o cenário atual sob a perspectiva dos estudos culturais têm produzido guinadas e grandes deslocamentos nas formas como tinha se acostumado a refletir sobre os sujeitos e a sociedade. A autora sublinha que programas de TV, catálogos de propaganda, revistas, literatura, jornal e cinema - para citar apenas alguns exemplos dentre a parafernália de produtos culturais circulantes no nosso universo cotidiano- são textos culturais que operam constitutivamente em relação aos objetos, sujeitos e verdades de seu tempo. E hoje podemos encontrar todos esses produtos culturais disponibilizados via *internet*. O caráter produtivo que assumem na invenção de sujeitos e no exercício de processos de subjetivação são a razão motriz para que não negligenciemos esses artefatos em nossos estudos.

É, pois, contrárias a essa negligenciação que tentaremos aqui expor possibilidades de modos de olhar para esse novo campo de pesquisa e, por conseguinte, compartilhamos uma alternativa de análise julgada viável, que caracteriza-se em abordagem qualitativa e ancora-se nos estudos culturais e de gênero, em sua vertente pós-estruturalista e caráter interdisciplinar, para mediar a problematização das questões propostas ao longo desta pesquisa. Entendemos por pesquisa qualitativa “aquela que é capaz de incorporar a questão do Significado e da Intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1994, P. 10).

Como descreve Morin (2005) a proposição de um problema de pesquisa já implica em um método ao pensamento: ao contrário de uma instância exterior que se aplica ao corpus de análise, o método é aqui entendido não como uma série de etapas rígidas, mas sim como um processo, uma caminhada que não tem um caminho fixo, visto que, se faz

no próprio ato de caminhar. Neste percurso, ao posicionar o pensamento como um pensamento-problema, assumimos o pensar genealógico foucaultiano como método viável a ser empregado. Antes de ser um método estrito e estruturado de proceder, tal perspectiva propõe uma “estratégia de problematização que consiste em dar visibilidade àqueles objetos tidos como evidentes, banais e aparentemente sem importância, inscrevendo-os na trama histórica atravessada pelo conjunto das práticas humanas” (SILVA, 2003, p. 103).

Faz-se mister ressaltar o fato de que se fôssemos nos valer somente das palavras e seus significados isolados, não poderíamos contar com o aparato sociocultural, que cerca as palavras no discurso e promove a presença da “representação de mundo” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 46), dos conhecimentos, das experiências e vivências dos sujeitos sobre o tema em análise. Outrossim, é relevante pontuar que para desenvolver a análise genealógica proposta é indispensável sinalizar alguns preceitos, sobretudo, por serem antecedentes da própria análise.

A preocupação em expor a formação discursiva revela que, segundo a análise foucaultiana, os discursos e saberes configuram históricos que devem ser expostos e compreendidos. O procedimento genealógico caracteriza o domínio do “ser-saber”. Um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada, é o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupam seus discursos (AZEVEDO, 2013).

Foucault nos oferece um saber como construção histórica, e como tal, produz verdades que se instalam e se revelam nas práticas discursivas, “mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2011, p. 159). Azevedo (2013) ressalta que em Foucault a linguagem torna-se um conceito importante na medida em que, a partir do pensamento moderno, passa a considerá-la como elemento estruturador da relação do ser humano com o real, radicaliza o estruturalismo ao historicizar a ilusão contida na ideia de que o ser humano é o sujeito de sua própria história, o autor se desloca das epistemes para as práticas discursivas.

A função da linguagem seria, pois, a de representar “refletir” seu pensamento, seu conhecimento de mundo, o ser humano para essa concepção representa para si o mundo por meio da linguagem, num determinado espaço, momento é como um espelho no mundo constitui e é constituído pelo sujeito de linguagem que produz sentidos, no qual o ser humano encontra diferenças, criando funcionalidades. Em cada época a linguagem

tem um objeto singular, com conceitos e métodos específicos, porque funciona a partir de regras discursivas determinadas (AZEVEDO, 2013).

No tocante à formação discursiva, Azevedo (2013) menciona que ela apresenta-se como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mais submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. Essa noção, presente na obra de Foucault, é derivada do paradigma marxista formação social, formação ideológica, e a partir daí, formação discursiva.

Segundo Foucault (1969, p.135) “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. Pode-se então agora, dar sentido a definição do “discurso”.

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência (FOUCAULT, 1969, p. 135)

O discurso é uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significantes. Azevedo (2013) descreve que a palavra discurso tem em si a ideia de percurso de movimento, o objeto da análise do discurso é estudar a língua em função de sentido. Cada sociedade tem seus propósitos culturalmente estabelecidos na ordem de diferentes discursos sempre serão políticos.

Analizando os próprios discursos, nota-se o desfazer dos laços fortemente ligados entre as palavras e as coisas, o que implica esse desfeixe é o confronto entre a realidade e a língua como práticas que formam o objeto de quem fala, de modo que relaciona a pronuncia com o objeto, significação e aos valores de verdade destacando um conjunto de regras próprias da prática e das formas de organização (AZEVEDO, 2013). A noção de Discurso é empregada como:

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1969, p. 43).

A análise discursiva é aqui pensada, então, como um caminho possível para se operar metodologicamente a partir de uma inspiração genealógica. Assim, é preciso entender, por discurso, não uma esfera de circularidade ou dicotomia na qual estaria de

um lado, dominantes, e de outro, dominados, senão o contrário – o discurso se dá em meio a uma série de descontinuidades, instabilidades e heterogeneidades:

É essa distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta deslocamentos e de reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos (FOUCAULT, 2011, p. 111).

É a partir desta perspectiva que o discurso se localiza em meio a uma ampla gama de práticas imersas em relações de saber e poder visto que ultrapassa um âmbito de ‘referência’ a coisas ou de ‘expressão’ de letras, palavras, frases ou proposições e “apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria” (FISCHER, 2001, p. 200). Para além da análise dos conteúdos léxicos, da estrutura semântica e da linguística dos signos de palavras ou coisas, o discurso em Foucault “é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2010, p. 55).

Assim, ao contrário de uma unidade ou estrutura, o enunciado é entendido como uma função cuja peculiaridade é cruzar “um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [estas] apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2010, p. 98). E quais seriam as características desta função enunciativa? Conforme Foucault (2010) e Fischer (2001), tratam-se de quatro elementos básicos: um referente (princípio de diferenciação que forma o lugar, a condição, o campo de emergência e as possibilidades de aparecimento e delimitação); um sujeito (posição de sujeito ocupada, ou seja, posição no discurso que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito); um campo associado (enunciados coexistentes ao enunciado em questão que formam um campo adjacente e um espaço colateral nos quais se apresentam relações possíveis com o passado e com um eventual futuro) e uma materialidade específica (ditos, escritos passíveis de repetibilidade sempre estritas que se integram em operações onde sua identidade se mantém ou se apaga).

Tomando a análise de discurso como um caminho atravessado pela genealogia foucaultiana como inspiração, o saber sofre uma mutação em relação ao seu estatuto na medida em que ele “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 2011, p. 28). E deixar que o saber frature cortes implica em deixar que marcas e atravessamentos sejam criados, permitindo que o sabido constitua também um espaço vivido, uma experiência que nos modifica enquanto sujeitos imersos no tempo.

Arranhando o conforto das certezas metafísicas, tal perspectiva metodológica busca cartografar micropolíticas de um possível diagnóstico do presente (SILVA, 2005; VEIGA-NETO, 2003).

A genealogia realizada por Foucault opera através de um minucioso trabalho micropolítico, no qual, se desenvolvem estratégias de desfamiliarização das relações de poder que articulam os mais variados jogos de força. A genealogia, como prática coloca em movimento linhas de força que, por trazerem “conteúdos históricos esquecidos e saberes subjugados”, poderiam ser apontadas como frágeis. É nesta fragilidade que se consolida o vigor das análises de Foucault, pois através desses saberes tido como menores que o trabalho genealógico perturba “a dinâmica entre poder e saber” e instaura modos de opor os efeitos centralizadores que produzem regimes de verdade. (HOOK; HÜNING, 2009, p.106).

A análise histórica está acompanhada de um método que podemos chamar de estrutural. Ou seja, os registros, documentos são trabalhados dentro de uma perspectiva que concebe a história como uma coleção de fatos que vão constituindo a "identidade" das sociedades e seus indivíduos. Em outros termos, não se trata apenas de uma história, mas de certa interpretação dos registros e fatos históricos para constituir um esboço de nossas instituições e, por consequência, de nós mesmos. Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, é preciso considerar as condições históricas para o aparecimento de um objeto discursivo que lhe garantem “dizer alguma coisa” e se relacionar com outros objetos; o discurso, como um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva, não possui apenas um sentido ou uma verdade, ele possui, acima de tudo, uma história (AZEVEDO, 2013).

Dreyfus e Rabinow (2010) salientam que pensar a trama histórica genealogicamente é criar rupturas nas causalidades, pois não se buscam mais origens puras, mas sim gêneses; não há linearidades que impliquem em encadeamentos necessários, mas condições de possibilidade que revelam a não naturalidade do presente; às totalidades, buscam-se contingências; ao grito humano autoral sobrepõe-se o murmúrio anônimo. Os autores ressaltam ainda que, uma das tarefas do/a genealogista constitui, então, “destruir a primazia das origens, das verdades imutáveis” (p. 145) que se consolidam como regimes de verdade hegemonicamente cultuados. Esse é um dos pontos que caracterizam o método genealógico pós-estruturalista por natureza.

Assim, traçando o caminho genealógico como forma de olhar e sentir o mundo que nos afeta, os artefatos culturais e suas disposições discursivas são tomados aqui como

um potente campo de pesquisa para problematizar os modos de tecer relações que estão em jogo. A partir da articulação entre perspectiva genealógica e análise discursiva, “rachar as palavras e as coisas” (DELEUZE, 2005, p. 17) que envolvem tais materialidades com o intuito de situá-las na trama histórica dos acontecimentos e desnaturalizá-las.

Para Foucault (2011) trabalhar genealógicamente possibilita “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito” (p. 7). Tal proposta entra em sintonia com uma análise discursiva na medida em que Foucault também instaura o discurso como um espaço de exterioridade à subjetividade psicológica: “renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (FOUCAULT, 2010, p. 61).

A análise discursiva é aqui tomada, então, como um caminho possível para se operar metodologicamente a partir de um pensar genealógico. Assim, é preciso entender por discurso, não uma esfera de circularidade ou dicotomia na qual estaria de um lado, dominantes, e de outro, dominados, senão o contrário – o discurso se dá em meio a uma série de descontinuidades, instabilidades e heterogeneidades (MOZZINI, 2013). É a partir desta perspectiva que o discurso se localiza em meio a uma ampla gama de práticas imersas em relações de saber e poder, visto que, ultrapassa um âmbito de referência a coisas ou de expressão de letras, palavras, frases ou proposições e “apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria” (FISCHER, 2001, p. 200).

Para além da análise dos conteúdos léxicos, da estrutura semântica e da linguística dos signos de palavras ou coisas, o discurso em Foucault “é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse ‘mais’ que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2010, p. 55). Nesse sentido, deixar que o saber fracture cortes implica em deixar que marcas e atravessamentos sejam criados, permitindo que o sabido constitua também um espaço vivido, uma experiência que nos modifica como sujeitos imersos no tempo. Arranhando o conforto das certezas metafísicas e biológicas, tal perspectiva metodológica busca cartografar micropolíticas de um possível diagnóstico do presente que, ao invés de tentar ‘descobrir o que somos’, desloca o olhar para ‘como chegamos a ser o que somos’ em

meio à provisória, contingente e mutável superfície histórica (SILVA, 2003; VEIGANETO, 2003).

E é sob essa proposta metodológica que nos lançamos no exercício de entender a fala, o lugar que se fala e a estrutura que se tem e constitui os sujeitos, os fenômenos sociais e os próprios ordenamentos discursivos que compõem a sociedade. Destarte, além de destacar a internet como campo de atuação social, pretendemos explorar os relatos discursivos que são viabilizados por esse meio e gera mais espaços de debate e partilha de estratégias quanto ao enfrentamento da violência de gênero.

Caracterizando a pesquisa e o lócus de estudo

Neste estudo, interessadas na intersecção de campos eleitos como ponto de partida e de reflexão – as redes sociais digitais e a violência de gênero entre jovens, almejamos compreender como são constituídas e tecidas as redes discursivas sobre a violência de gênero, especialmente nas relações de intimidades entre jovens. Para tanto, nos debruçamos sobre autorelatos de vivências ditas, a priori, como abusivas e analisamos, à luz do referencial aqui trabalhado, sobretudo sob a ótica do pensamento foucaultiano, como os sujeitos participantes significam e partilham os significados da violência experienciada em suas relações afetivo-sexuais, bem como, constroem e enunciam os modos de ser e estar no relacionamento. É também de nosso interesse compreender como esse novo espaço de sociabilização captura e faz-se convidativo para que essas jovens exponham as suas vivências.

Nosso *corpus* de análise advém de uma rede de desabafos que opera por intermédio de um formulário anônimo *online* cujo acesso é disponibilizado no grupo virtual denominado Feminismo e Política – Sergipe, que consiste em um espaço de socialização entre jovens mulheres existentes no *Facebook*. O formulário é uma ferramenta utilizada pelo grupo para garantir o anonimato dos desabafos ali realizados, no intuito de possibilitar um ambiente de segurabilidade e confiança, para que assim, as jovens que dessa ferramenta fazem uso sintam-se à vontade e confortáveis para compartilhar suas histórias, dúvidas, anseios, dentre outras questões que perpassam a vida cotidiana. Além disso, a ferramenta de desabafo existe para que haja a troca de experiências no âmbito do grupo, sem a necessidade de identificar os sujeitos envolvidos. No formulário há um espaço para identificar o teor do relato e o espaço para o relato em si, de modo que eles são apresentados conforme descritos pelas palavras chaves atribuídas

pelos seus interlocutores. Este formulário foi criado com o auxílio da plataforma *google docs*, que possibilita, por meio do acesso pelo *link* específico, o direcionamento para uma página da internet que contém os espaços a serem preenchidos *online* e assim, os relatos são registrados numa espécie caixa de armazenamento online, denominada nuvem¹⁹. Por conseguinte, os relatos são compartilhados na página do grupo no *Facebook*, apenas constando a numeração, que segue a ordem crescente à medida que desabafos são registrados, os descritores/identificadores do teor do conteúdo e as narrativas que descrevem a vivência compartilhada, denominadas de desabafos.

Convém pontuar que a escolha do grupo como campo de pesquisa para este trabalho não foi aleatória. Ela se deu através de indicação recebida em uma visita de campo, a um encontro presencial de um coletivo feminista de Sergipe, o qual se pensava, a princípio, ser o local para mapear jovens que vivenciaram situação de violência na relação afetiva-sexual e, posteriormente, propor a realização de entrevistas com esses sujeitos identificadxs. Todavia, houve o redirecionamento na forma de olhar e, com efeito, constituir o *corpus* discursivo de análise, ao ouvir declarações de jovens, que participavam desse encontro presencial, em alusão ao grupo como espaço de ampliação do debate, troca de ideias, identificação, possibilidade de fala mais democrática, recepção e acolhimento. Tais descrições nos saltaram aos olhos e, assim, julgamos ser pertinente deslocar nossa investigação para as novas formas de linguagem utilizadas pelos jovens para partilhar suas vivências e buscar auxílio.

Descrição do grupo por elas

O acesso às informações do grupo que aqui são relatadas foram feitas com base nas informações concedidas pelas moderadoras do grupo Feminismo e Política – Sergipe, que aceitaram colaborar mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE/ Res. 510/2016/CNS).

Esse espaço foi pensado e materializado por um grupo de quatro amigas, que são as moderadoras e fundadoras do grupo. O grupo nasceu da vontade de criar um espaço de debate com pessoas mais próximas. Elas já participavam de um grupo virtual com essa temática que reunia mulheres de todo o Brasil, e decidiram investir na formação de um outro grupo virtual que também abordasse a temática, mas que fosse constituído por

¹⁹ As nuvens são espaços online projetados para o armazenamento de dados, por meio da internet, que poderão ser acessados de qualquer lugar.

peessoas mais próximas, locais, e preferencialmente, acessíveis para encontros e diálogos além do espaço *online*, que o grupo, ou pelo menos parte do grupo, também pudesse protagonizar encontros pessoais. E assim o grupo foi criado, em abril de 2015 e se mantém até hoje, com 758 membros²⁰. O grupo é secreto, contém descrição e uma lista de regras em sua plataforma virtual, como podemos visualizar a seguir:

Descrição do grupo no Facebook oficial:

Nosso grupo é simpatizante com a vertente feminista interseccional, acreditamos que é preciso fazer recortes de opressões. Um dos principais objetivos aqui é nos sentirmos acolhidas e fazermos com que outras mulheres também se sintam da mesma forma. Tirem suas dúvidas, façam suas problematizações e desabafos. Vamos mostrar que amizade entre mulheres existe sim! Além do feminismo, também tentamos abordar política de uma maneira geral. Cheguem mais!

Regras:

- Grupo voltado para pessoas que sofrem misoginia, ou seja, não aceitaremos homens cis;

- Tentar ao máximo ser didática;

- Nenhum tipo de opressão será tolerada, ao menos que a pessoa se mostre disposta a desconstruir, ou seja, quando alguém apontar problemática na sua fala, não bata o pé, tenha empatia e desconstrua, procure se informar a respeito;

- Não oprimir as migas;

- Lembrar de colocar aviso de conteúdo nos posts;

- Não tirar print dos posts/comentários daqui jamais.

(Já que o grupo é secreto e como foi dito, está disposto a receber desabafos pessoais)

*Dica: Quando for comentar sobre alguém fora do grupo, tente usar o mínimo de nomes possível (tenho um amigo, um conhecido meu, etc.) ou até usar pseudônimos (Dorival, Roberval, Nilton, Cleydson), porque né, a gente tenta filtrar, mas nunca se sabe!

- O que está no grupo, permanece no grupo. Para a minha segurança, a sua e a de todo mundo. Qualquer problema, falar com alguma das administradoras.

Isto posto, foi a partir da inserção autorizada no grupo e acompanhamento atento dos desabafos que ali eram veiculados, que o situamos como lócus de informações acerca das redes discursivas que são de interesse desta pesquisa, delineadas a partir de critérios de inclusão e exclusão que serão expostos no tópico a seguir.

²⁰ Dados informados no dia 22/01/2017.

Quem são elas? - Materializando as vozes que ocupam esse novo espaço

Para chegar na definição dos relatos que constituiriam o *corpus* discursivo a ser analisado nesta pesquisa alguns critérios foram estabelecidos. Até o início de novembro de 2016, o grupo apresentava 135 desabafos por meio da ferramenta anônima. Nesta consulta, fizemos o recorte de relatos discursivos destinados à análise a partir de seus marcadores descritivos, separando a princípio os que tinham o termo relacionamento como descritor e, concomitante, também faziam referência à violência ou relação abusiva, como teor da história partilhada. Além disso, consideramos apenas os relatos que discriminavam a idade, ora por declaração direta, ora por detalhes que possibilitavam tecer inferências a respeito, sendo assim incluídos os relatos oriundos de sujeitos jovens na época da vivência, com idade entre 16-25 anos. Os desabafos que não apresentavam tais informações foram excluídos da composição do *corpus* discursivo dessa pesquisa. Pelos recortes observados, obtivemos um total de 24 desabafos que versam sobre nossa temática de interesse e foram submetidos à análise. No desenvolvimento da análise, tendo em vista o critério de saturação de informações e também a superficialidade apresentada em alguns dos relatos, fizemos mais um recorte no *corpus* discursivo considerado e chegamos ao total de 15 desabafos analisados.

Apresentamos, a seguir, uma síntese do perfil de quinze sujeitos considerados neste trabalho (Quadro 1).

Quadro 1 – As mulheres, sujeitos da pesquisa, em síntese.

Voz/ Participante	Nome	Idade	Orientação do Relacionamento mencionado	Descritores de conteúdo utilizado pelos sujeitos (além do marcador de relacionamento abusivo)
1	Dilma	19	Hetero	Depressão, superação
2	Aída	20	Hetero	Estupro, julgamentos
3	Leia	20	Hetero	Traumas, relações
4	Ema	16-18	Hetero	Descartável, nojo
5	Jude	22-23	Hetero	Depressão, prazer, conflitos
6	Zoe	22	Hetero	Alerta, medos, equilíbrio
7	Iara	20	Hetero	Mudanças, conflitos
8	Mia	20	Hetero	Culpa, vergonha
9	Rute	19	Hetero	Baixa autoestima, crises de ansiedade

10	Gil e Júlia*	22	Hetero	Ajuda para a amiga sair de uma relação abusiva
11	Dara	18-19	Hetero	Memórias, culpa
12	Jana	23	Hetero	Conflitos internos
13	Maria	31/21*	Homo	Mudanças, depressão
14	Bia	21	Hetero	Tinder, medo, insistência
15	Lola	24	Hetero	Diferença de idade

Conforme consta no Quadro 1, as idades das mulheres que utilizam da rede de desabafo no grupo variam de 16 a 24 anos. Nos critérios de inclusão, temos duas exceções, as quais justificamos a seguir.

Uma delas é a Gil, que utiliza a ferramenta para narrar a relação de sua amiga, a Júlia. Embora seja um caso de narrativa em terceira pessoa, a vivência partilhada se adequa aos critérios estabelecidos para inclusão no *corpus* discursivo e, apresenta detalhes que avaliamos como imprescindíveis para a análise. O outro caso é o desabafo da Maria, que tem 31 anos (idade superior ao recorte etário delimitado neste estudo, que vislumbrou abranger jovens entre 16 a 25 anos), porém, por ela relatar a vivência de sua relação com uma jovem de 21 anos (que está dentro de nosso recorte etário) com profundidade e riqueza de detalhes consideramos relevante permitir essa exceção para a composição do *corpus* discursivo em análise.

Não temos acesso as informações concisas a respeito dos aspectos sociais, como classe, raça/etnia, religião, que constituem os sujeitos desta pesquisa. O que citamos são algumas inferências baseadas pelos detalhes expostos ao longo das vivências relatadas. E, neste aspecto, cabe mencionar que o fato de participarem do grupo, sobretudo por se tratar de um grupo no *Facebook* que tem por tema o feminismo, moderado por mulheres universitárias, já é um indicativo de que essas jovens possuem uma certa familiarização de saberes acerca da temática e dispõem, em alguma medida, de privilégios, como o fácil acesso a *internet*, por exemplo.

Convém pontuar que as identidades das colaboradoras não são de nosso conhecimento, tendo em vista que o relato discursivo é apresentado em anonimato. Contudo, para dinamizar a leitura e nos possibilitar uma melhor visualização de cada uma delas, nomeamos e tecemos perfis, com base nas informações apresentadas no decorrer do desabafo. Asseguramos que todos os nomes citados neste trabalho são codinomes

escolhidos aleatoriamente. A seguir, apresentamos os perfis individuais de cada participante.

Perfis das jovens participantes do corpus da análise

I1- Dilma, apresenta-se com 19 anos e relata como tem sido reconhecer que viveu uma relação abusiva. Ela conta que só percebeu que vivenciara um relacionamento abusivo a partir de ajuda externa, com a psicóloga com quem faz terapia, e, foi daí que somou forças para romper com a relação. O término não foi um momento fácil, mas ela reconhecia que era a melhor opção para o momento, não se via em condições de investir na continuidade do relacionamento, com expectativas de mudanças. Desde então, Dilma sofre com as atitudes de perseguição do ex-parceiro, tenta reagir e ressignificar o sentimento de culpa, sobretudo em relação às tentativas de retomar a sua vida social. Ela relata que passou por uma fase de depressão, ficou por meses com medo de sair, com medo de viver, e, principalmente, temendo pela vida dele, que ameaçara tirar a própria vida na ocasião do término. Contudo, Dilma manteve a terapia ininterrupta e, com tal suporte, foi tomando medidas para tentar cessar as ameaças do ex-parceiro, chegou inclusive a entrar em contato com a família dele para expor a situação que ele provocara. Dilma está ciente que existem medidas jurídicas cabíveis para a situação de violência que vivencia, embora reconheça não ser fácil considerar essa opção, tomando para si um posicionamento que tal direcionamento seria uma última opção, caso a situação se mantenha e/ou tome proporções não mais “suportáveis”. Recorre ao grupo para dividir sua história com outras meninas, sobretudo para sentir-se acolhida, em busca de um “abraço virtual” como ela mesmo declara.

I2- Aída, 20 anos, identificado pelas informações observadas de seu relato. Ela, inspirada pelo texto de um jovem homem que compartilha sua experiência de transar pela primeira vez com uma mulher que sofrera estupro, história que viralizou na internet e suscitou inúmeros debates, aproveita a ferramenta de desabafo anônimo do grupo para expor a sua vivência de um relacionamento abusivo aos 14 anos, em que foi estuprada pelo próprio namorado, que era 10 anos mais velho que ela. Na ocasião, Aída engravidou e, mesmo depois do acontecido ela continuou com o namorado, pois ele tinha se arrependido e pedido perdão pelo que fizera. Até que ela percebeu que ele continuava a ser abusivo com ela. Com o passar do tempo, devido a conversas sérias com pessoas externas ao relacionamento, Aída conta que foi convencida a terminar a relação e assim

o fez. Na época ela destaca que o mais difícil foi lidar com os julgamentos, afinal grávida aos 14 anos ela era taxada de “puta, vadia”, xingada constantemente e abandonada pelo pai da criança que, após o término, disse que nunca mais queria saber dela, tampouco da criança que “ela dizia ser dele”. Atualmente, Aída é mãe (“solteira”), superou a violência que vivenciara e seguiu em frente. Por intermédio do grupo, compartilha as dores, marcas e superação dessa violência e também aproveita para compartilhar sua identificação com o texto viral, pois anos depois quando voltou a se envolver sexualmente com alguém foi um desafio e um misto de emoção, que vai de medo a alegria por vencer o trauma. Aída faz referência ao texto para deixar um apelo ao grupo, por meio de seu relato. Ela pede mais compreensão e menos exposição e julgamento das meninas/mulheres que porventura se identificaram com o texto, e também das que não se identificaram. Ressalta que as palavras são fortes e geralmente servem de gatilho para ativar feridas abertas e /ou sequelas/cicatrizes deixadas, e que, a seu ver, um grupo como esse não deveria ser espaço de julgamento e sim de acolhimento.

I3- *Leia*, indica ter em torno de 20 anos, relata a sua vivência de um namoro abusivo, o qual descreve como sorrateiro e compartilha as mazelas traumáticas que a acompanham, principalmente no que diz respeito às tentativas de estabelecer novas relações, quando ela tem se deparado com novas decepções. Por conta disso, questiona-se quanto ao seu desempenho no estabelecimento de relações afetivo-sexuais, sobretudo pela sua condição de mulher. Reconhece-se confusa e recorreu ao grupo na tentativa de ouvir/ler conselhos sobre questões semelhantes às suas e sobre a necessidade de relacionamento. Espera não ser a única a passar por isso.

I4- *Ema*, é uma jovem cursando o ensino médio, estima-se que sua idade seja entre 16-18 anos. Ela tinha um namorado da mesma turma e, se percebeu em uma relação abusiva após o término do relacionamento por parte dele e, ainda assim, manterem o contato afetivo-sexual e tentarem uma reaproximação. Nessa fase, se percebeu usada por ele quando soube por pessoas próximas que ele também estava em contato com outras meninas. Além disso, vivenciou conflitos por questões que ela julga machistas. Até que decidiu se afastar e começou a ignorar as tentativas de reaproximação que partiam dele. Entretanto, ressalva que, apesar de sentir nojo dele, ainda gosta dele também, de modo que não consegue desvencilhar-se dele e, o fato de conviverem diariamente, por conta da escola, a situação seja mais delicada. Diante disso, recorre ao grupo na esperança de ouvir/ler conselhos acerca de sua situação.

15- Jude, idade estimada de 22-23 anos pelo recorte temporal apresentado em sua fala, sofre de depressão, a qual relata tratar desde os 13 anos, junto à terapia. Nos últimos 4 anos, relata ter passado por crises mais intensas de ansiedade, período que corresponde ao tempo em que ela esteve casada e vivenciara uma relação considerada abusiva e traumática, tal como ela descreve. Ela conta que iniciou um namoro logo depois do término do casamento e, mesmo com os altos e baixos de sua vida devido à dependência do tratamento, sentiu-se muito eufórica no começo dessa relação, a tal ponto que julgou-se exagerada de modo a assustar o parceiro, mas ainda assim se permitiram vivenciar, de início, o que ela chamou de paixão avassaladora. Contudo, Jude relata que mesmo apaixonada não sentia muita vontade para o coito e, que isso era “normal” em suas vivências relacionais, sobretudo pela sua depressão. Ela conta que só se relacionava sexualmente quando o parceiro a procurava, que nunca teve forças e vontade o suficiente para tomar a iniciativa. Em sua atual relação, isso passou a ser um problema quando o parceiro começou a expor, em suas conversas, que suas ex-parceiras chegavam duas ou três vezes, geralmente, ao orgasmo e não entendia como ela nunca tinha chegado. Daí o orgasmo se tornou o centro da relação. Jude conta que foi, a partir deste momento, que começou a se sentir pressionada no relacionamento atual, pois o parceiro passou a considerar o orgasmo dela como meta da vida dele, chegando inclusive a fazer uma proposta colocando um prazo para a resolução do que ele considerava questão de /vital: “se ele não a fizesse alcançar o orgasmo em 1 ano, ela estaria livre para procurar outro”. Todo o desejo da parte dele passava a despertar nela bloqueios sexuais de experiências passadas, ao passo que a fazia sentir-se obrigada a dar um jeito “nisso”, “pois, afinal ele só queria o seu melhor”, relata ela. Como medida para resolver o conflito que emergiu em seu relacionamento, Jude primeiro optou por parar a medicação que tomava para auxiliar no tratamento da depressão, porém sem interromper a terapia. Em três meses, contrariando as expectativas, seu estado piorou, a ansiedade e apatia eram predominantes e, então, Jude precisou iniciar um novo tratamento com novas medicações, que não foram satisfatórias, levando-a à necessidade de retornar aos antidepressivos, com teor químico mais forte, na tentativa de reverter o seu quadro de depressão exacerbada. Jude relata a vontade de retomar a sentimentos que a tomavam no início desse relacionamento, os quais ela descreve que lhe faziam muito bem, a tornava outra pessoa: “feliz, entusiasmada, menos ansiosa e até capaz de sentir o famigerado orgasmo”. Mas, à altura dos acontecimentos julgava-se apática para tudo que a envolvia (família, trabalho, amigos, namorado) e o sentimento de apatia aumentava quando, ao compartilhar com o parceiro

sobre os efeitos da depressão que vivenciava ele minimizava suas dores, dizia ser algo passageiro, dizia a entender por já ter passado por momentos assim e julgava que o que ela precisava era de uma boa alimentação para reforçar sua aptidão física, disposição para viver e um hobby para distrair a mente e superar essa fase, pois tanto remédio não a ajudara, em sua visão. A situação foi tornando-se para ela insustentável, pois ela se via pressionada e não compreendida, pois sua depressão era real e ela necessitava da medicação para tratá-la. Jude sentia que o tesão, a paixão, o amor que ela nutria pelo parceiro já não eram tão presentes, achava que a apatia que a tomava a levou a parar de amá-lo. Sentiu que era hora de ficar só, resolveu terminar o relacionamento, pois não achava coerente prender o parceiro a um relacionamento sem reciprocidade, dizia que “por ele ser tão bom, não merecia estar em um relacionamento em que a outra pessoa não conseguia mais demonstrar o seu amor, desejo, felicidade”. Ela propôs o fim, ele não aceitou. Disse que não a largaria sozinha, que “se ela o amava tínhamos que continuar, ou se não era sinal que eu havia o enganado esse tempo todo”. A situação desse relacionamento ainda está indefinida, declara Jude. Como tentativa de continuidade, os dois começaram a fazer aulas de danças, por sugestão dele, com o intento de servir de *hobby* para ela. Em suma, as aulas continuam, a depressão também, o sentimento de apatia só aumenta e Jude se sente cada vez mais desmotivada, sem amor, sem tesão, sem orgasmos. Chora frequentemente e julga-se incompetente perante a vida e as tentativas de contornar as situações adversas, sobretudo em seu atual relacionamento. Compartilha sua história no grupo na tentativa de ouvir/ler conselhos sobre seus atuais medos, dentre os quais destaca ela: “E se a depressão cessar, mas o amor não voltar? Seria justo ele ter ficado com ela todo esse tempo?”

I6- I6- *Zoe*, 22 anos, jovem bissexual e feminista declarada, expõe que está vivenciando um novo relacionamento heterossexual, após 4 anos sem namorar com ninguém e, principalmente, correndo longe de homens. Ela conta que percebeu que, ao iniciar essa nova relação estava muito atenta a qualquer atitude que pudesse soar machista, de um jeito que começou a incomodar a si mesma, pois se via problematizando qualquer coisa que era dita pelo atual parceiro. Com o tempo, ao refletir sobre sua conduta, julgou que, apesar de ser importante e necessário estar atenta ao machismo, atenção que já a livrou de muitas ciladas, mas não a impediu de vivenciar uma relação abusiva anterior, pode não ser saudável se alimentada cegamente, “sobretudo para o psicológico de cada pessoa e até para as nossas lutas”, como destaca Zoe. Não

considerava, ela, uma questão de certo ou errado o fato de estar alerta mas, ao conversar com o parceiro sobre o assunto, ouviu dele, que talvez estivesse cometendo o erro de generalizar rótulos, atitudes e pessoas e ainda, teve a sugestão de repensar a sua posição. Zoe, então, reconhecia que ao se aproximar cada vez mais do feminismo alimentava medos, medo de homem, de andar na rua, medo de relacionamento e junto a isso pesava o fato de ter vivenciado em sua última relação, uma situação de violência. Ao reconhecer suas marcas e tentar trabalhar a ressignificação de suas ideias, pois como descreve, tenta fixar na mente que não é a mesma pessoa, que este relacionamento não apresenta indícios que possam fundamentar seus medos, que estar atenta é necessário, mas que é igualmente necessário buscar um equilíbrio para que essa atenção não seja um mal para si. Compartilha sua história no grupo com a pretensão de deixar um “conselho/recado” para as pessoas que o compõem: *“Estar atenta não é deixar de viver. Vivam. Fiquem ligadas. Se amem. Mas vivam!”*.

I7- Iara, tem 20 anos e expõe sua atual relação de namoro, existente há 7 meses, que julgava ser o relacionamento mais saudável que ela já havia vivenciado, até então. Entretanto, nos últimos tempos as coisas mudaram, de uma forma repentina, relata ela, e direcionaram para um rumo de relação, cercada de conflitos, que Iara afirma não estar satisfeita. Ela menciona que o namorado passou a ter uma conduta de cobranças do que ele julga ora como obrigações da parte dela (dormir com ele sempre que ele quiser, por exemplo), ora como zelo, ao pedir para que ela evitasse sair com a irmã dele e como algumas amigas. Iara se impôs contrária e, a partir daí, as brigas passaram a ser frequentes. Iara compartilha sua vivência com o grupo em busca de um direcionamento, e deixa a pergunta: o que eu faço diante da situação? Além disso, ela não cogita o término como opção, pois ele, é muito importante para ela e gosta muito dele. Questiona então se alguém já vivenciou uma situação semelhante e fica na expectativa de palavras de conforto e identificação de outras pessoas com o seu caso.

I8- Mia tem 20 anos, inferido pelo recorte temporal de sua narrativa, discorre sobre o pior relacionamento que ela julga já ter passado e revela que até hoje se culpa por isso ter acontecido. Mia relata que se apaixonou pelo professor, o mais bonito da escola e desejado por todas e todos. Porém, o que pensava ser só desejo que nunca sairia de seus sonhos, se tornara real. Tudo começou quando o professor passou a dar sinais de que tinha interesse nela e, então, Mia conta que isso mexeu com ela. Logo ela, que nunca sequer se atrevera a olhar para ele com intenção, como era comum por todos da escola, e julgava

que ele, um homem tão inteligente e charmoso, jamais se interessaria por ela. Além disso, ele tinha o dobro de sua idade, era casado, tinha um filho e ainda era religioso. Mia nunca cogitou que algo aconteceria, mas, aí o professor avançou nos sinais e a beijou no meio da escola e, de repente, o mundo desabava para Mia. Sentia-se em um turbilhão de emoções, e sobretudo, sentia-se desejada e amada por ele, aquele professor que ela julgava tão inacessível, foi capaz de se arriscar e beijá-la dentro da própria escola, “isso era sem dúvidas uma grande prova de amor”, afirmava Mia. Ela descreve que na época do ocorrido desfalecia só de pensar que era amada por ele. Uma confusão de pensamentos a tomava, ao passo que considerava muito errado esse envolvimento, também lhe parecia injusto descartar alguém que finalmente a amava, abrir mão disso por outra pessoa que ela nem conhecia (a esposa dele), sobretudo, por acreditar veementemente quando ele lhe falava que o casamento era uma relação já esgotada e era somente pelo filho que a relação se mantinha, mas nada que alguém especial como a Mia “não o encorajasse para romper com o seu casamento fadado ao fracasso”, dizia ele. E assim eles iniciaram uma relação de “namoro”. Foi com ele que ela iniciou sua vida sexual, afinal, “seria uma prova de amor, se entregar para ele”, relata Mia, que carregava com ela a certeza que não seria apenas uma aventura, acreditava que ela era, sim, uma pessoa muito especial, como ele dizia. Paulatinamente, o relacionamento que parecia sonho se transformava em pesadelo. As promessas não deixavam de ser promessas, as cobranças eram frequentes, as brigas, as exigências, afinal era a Mia que devia fazer por merecer que ele arriscasse sua “vida” por ela. Havia muito ciúmes da parte dele, conta Mia, que traduzia o ciúme como sinal do amor que ele dizia sentir por ela. E assim Mia foi se isolando, pois vivia uma relação clandestina em que era pressionada para que ninguém sequer cogitasse que tal envolvimento existia, “não era o momento”, “quando ele se separasse aí, sim tudo, ficaria exposto”, acreditava ela. Antes disso, cabia à Mia preservar a relação deles. E o tempo passou e nada mudava, Mia concluiu o ensino médio, saiu da escola, as coisas estavam meio estranhas nesta época, segundo ela, mas não cogitava que seria o fim da relação. Já era muito tempo de espera por um relacionamento que pudesse ser público. Contudo os sinais de distanciamento ficavam mais claros, as ligações não eram atendidas, nenhuma mensagem era retornada, nas redes sociais Mia havia sido bloqueada. Ainda assim, Mia insistiu e foi até a escola algumas vezes na tentativa de encontrar com ele, pessoalmente. Nas primeiras visitas as desculpas de que o tempo não o favorecia e os pedidos de perdão eram o *script*: “depois a gente conversa e se acerta”. Até que as visitas passaram a ser barradas. Mia estava atônita, não entendia o que poderia ter feito para afastá-lo, achava

que era sua culpa. Até que soube que ele havia engravidado outra menina, também bem mais nova que ele e que se configurava em mais uma relação extraconjugal. O mundo de Mia desabara, ela caiu em depressão por um período e, só depois de anos, teve coragem de contar essa história. E, é no grupo, o primeiro local que Mia compartilha sua história, além da terapia, depois de mais de 3 anos do acontecimento, Mia vê na ferramenta anônima a possibilidade de desabafar e dividir com outras meninas sua história com intuito principal de alertá-las, por meio de seu desabafo, para quem sabe servir de exemplo e impedir relações abusivas futuras.

I9- *Rute*, 19 anos, expõe que nos últimos tempos de sua vida sofre com crises de ansiedade, que aumentam cada vez mais. Ela aponta, como decorrência, o atual relacionamento que vive, que não é considerado algo sério da parte dele, apesar deles estarem se relacionando há seis meses e de ambos conhecerem as famílias e frequentarem a casa um do outro. Pelo relacionamento não reconhecido que desejara, Rute indaga ao grupo a respeito de sua beleza, seu jeito de ser, se é interessante ou não, se deve se manter nessa relação. Além dessas questões em que duvida de si e de seu próprio potencial, revela-se com baixa auto-estima e com medo de ficar sozinha e ser vítima da própria carência. Reforça em seu relato para o grupo que: “eu só quero alguém que tenha empatia por minha história, e entenda que é muito fácil falar, difícil é tomar a atitude, principalmente quando falta autoestima”.

I10- *Gil* é uma jovem feminista que se encontra de “mãos atadas” ao acompanhar o relacionamento de sua melhor amiga, *Júlia*, que se encontra imersa em uma relação totalmente abusiva, conforme Gil observa. Júlia tem 22 anos e está há mais de 2 anos vivendo esse relacionamento, que por ela é considerado um namoro, mas pelo parceiro dela não. Gil relata que ele já justificou várias vezes, na frente dela, porque a relação dos dois não é um namoro, ele diz que por Júlia ser muito safada e já ter se relacionado com 7 caras sexualmente ele não consegue ter base para “*confiar verdadeiramente nela*”. Não obstante, ele enreda esse argumento a outros vários, de forma que Júlia sinta-se e assumase culpada e não merecedora de tal confiança. Gil relata que apesar de sempre alertar a Júlia, falar diretamente para ela que essa relação é uma cilada, Júlia demonstra que já aceitou o seu papel de culpada na relação e se diz disposta a continuar tentando ganhar a confiança dele. Além disso, mesmo a família dela (da Júlia) não simpatizando com esse rapaz, é uma família bem conservadora e reforça que prefere ver Júlia com um namoro com problemas, a estar sozinha e “mal falada”, afinal ela já tem idade para pensar em

constituir sua própria família e os problemas fazem parte de toda relação. Em suma, Júlia não tem o apoio da família para tentar se desvencilhar dessa relação e a única amiga feminista que tenta fazer com que ela reaja e saia dessa é Gil. Por isso, Gil resolve compartilhar essa história no grupo, na esperança de ter ajuda e conselhos para novas tentativas de fazer a amiga abrir os olhos e sair desse relacionamento que a aprisiona psicologicamente.

I11- *Dara*, estima-se que tenha entre 18-19 anos por inferências temporais de seu relato, expõe que está vivendo o início de um relacionamento hetero, com um garoto legal e que tem feito muito bem a ela. Porém, Dara diz se sentir incomodada com as memórias de seus dois últimos relacionamentos, em que em um ela vivenciou o abandono do parceiro em um momento difícil de sua vida e ainda sentia-se culpada por estragar a relação, pois ele argumentou que a culpa era dela o fato da relação ter se tornado um fardo. O outro relacionamento ela também vivenciara o término da parte dele, pois não foi correspondida quando resolveu se declarar e o pedir em namoro, visto que ele não queria algo sério. Dara diz querer contar sobre os relacionamentos anteriores para que possam entender como a ideia de relacionamento é marcada na mente dela com experiências negativas. Ela também expõe que já teve depressão e sofre crises de ansiedade. E é pela ansiedade que ela recorre ao grupo, pois embora o relacionamento atual esteja fluindo bem, o medo e as marcas de um ser que pode ser descartado, de uma relação sem amor, do risco de ser, a qualquer momento, abandonada a acompanham e ela, até agora não consegue romper com esses medos que a tomam. Por achar que muitas vão se identificar com o que ela está passando ela espera receber do grupo um retorno, um consolo, algo ou alguma experiência que a ajudem a acreditar que a relação pode dar certo e que ela possa se libertar desses medos.

I12- *Jana*, tem 23 anos e busca a ferramenta de desabafo anônimo para poder se expressar, através do anonimato. Julga-se ridícula, tola, hipócrita e imatura por estar imersa em uma relação de dependência emocional, o qual a cada dia diz se afogar mais. Não consegue sequer pedir ajuda as pessoas próximas, pois tem medo, dos julgamentos, de não a levarem a sério, pois a enxergam como mulher forte, todxs a conhecem por ser envolvida nas pautas de lutas feministas e, geralmente, é a amiga-ouvido que buscam sempre que querem um conselho e sobretudo, reconhecer e ajudar as amigas a se livrar de abusos machistas. Jana se vê enredada nessa face externa de mulher forte, enquanto que por dentro se encontra destruída. Assume não ter coragem de se expor e tem vergonha

de dizer que, apesar de saber que vivencia uma relação abusiva, não tem forças para romper com o atual relacionamento. Recorre ao grupo simplesmente para desabafar e também fazer algumas reflexões sobre: o que seria o amor?; porque seríamos tão cegas a ponto de agir irracionalmente nas relações? Porque insistimos na ideia de precisamos de alguém para nos completar? Porque insistimos em plenitude? Enfim, Jana diz que não sabe o que fazer de sua vida, sente-se totalmente confusa e perdida, quer e reconhece que precisa honrar isso que ela diz que as pessoas acham dela, essa mulher dona de si, ao passo que também reconhece-se tão fraca e presa num relacionamento que, no fundo, sabe que não lhe faz bem, mas não consegue pôr um fim. Conclui seu relato afirmando que se odeia no atual momento.

I13- *Maria*, tem pouco mais de 30 anos como descreve em seu relato e vem compartilhar a vivência de seu primeiro relacionamento homossexual a longo prazo bem como, sua primeira relação iniciada através de um aplicativo e também, sua primeira relação com uma diferença de idade considerável, segundo ela. Sua namorada, *Lia*, tem 22 anos, sendo 10 anos mais nova que ela. O início foi pragmático, se conheceram e desde então não se desgrudavam. Foi uma sintonia imediata diante de tantas coisas em comum, como o fato de ambas serem feministas, como conta Maria. Contudo, antes de engrenarem em um relacionamento sério, Maria a chamou para uma conversa sincera em que expôs a sua situação: Maria, tinha depressão e estava recém-chegada em Aracaju, ainda não havia se estabilizado e sua situação financeira não estava em sua melhor época. Julgava necessário deixar Lia ciente de sua situação para que ela pudesse escolher entre ficar ou ir embora. Lia aproveitou o momento e também expôs que tinha crises de ansiedade e que recentemente o pai havia falecido. Elas então assumiram o relacionamento sério, como descreve Maria: “se abraçaram em suas dores e seguiram em frente”. E assim no início Maria vivenciou a relação “perfeita”, um namoro que julgava sadio, havia companheirismo, cumplicidade, sem cobranças e com muito tesão. Se via com Lia para toda a vida, dia a dia, lado a lado. Porém, os dias começaram a ficar monótonos, conforme descreve, rotina havia chegado à relação das duas. Maria conta que não sabe quando exatamente a relação que julgava perfeita passou a ser uma relação tediosa, mas foi daí que a parceira começou uma mudança de comportamento jamais prevista. As desculpas começaram a se fazer presentes e frequentes, na contramão, iam as conversas e os momentos que partilhavam juntas, a cada dia ficavam mais raros. A insegurança logo se instaurou, as brigas, conflitos, acusações e humilhações passaram a fazer parte da

dinâmica do relacionamento delas. Até que Maria sentiu que estava a vivenciar uma relação abusiva e se impôs, propondo uma mudança de conduta ou o término da relação. Por um momento curto, Maria descreve que Lia tentou retomar a relação e, afirmava que tinha medo de perdê-la. Então, Maria manteve a sua postura de chamar a atenção dela toda vez que uma situação excedesse o limite que julgava sadio. Maria conta que acreditava que, a partir daí, a relação voltaria a seus bons tempos, mas não tardou Lia começou a demonstrar-se mais agressiva, as brigas voltavam a ser frequentes e intensas, o ápice, segundo Maria, foi quando a Lia a traiu com outra pessoa em uma festa e, terminou o relacionamento que havia entre elas por telefone. Maria decidiu, então, que não a procuraria mais. Desde então, ela sofre, chora todo dia a cada notícia de que Lia está por aí, “curtindo todas”. Maria declara que apesar de tudo tinha um sentimento de que queria Lia de volta, não sabe explicar o porquê e nem consegue deixar de pensar nela. Busca o grupo como opção para desabafar, afirma que o sentimento dói muito e por isso sente a necessidade de externar e encontra, na ferramenta de desabafo anônimo, essa oportunidade. Espera também, ao compartilhar sua vivência, se livrar de pensamentos suicidas que a tomam no momento.

II4- *Bia*, tem 21 anos e compartilha a experiência de ter utilizado o *Tinder*, um aplicativo de relacionamentos, para conhecer alguém. Ela conta que conheceu algumas pessoas legais, mas nada que fosse para frente, principalmente quando falava que não queria nada sério ou quando não, necessariamente, fosse “chegar aos finalmente” (ter relações sexuais) com a pessoa, logo o papo esfriava, o interesse desaparecia. Até aí, ela julgava tudo bem, era bem o que escutara falar do aplicativo. Porém, as coisas soaram estranhas quando um dos caras que ela conheceu pelo app começou a mandar mensagens todos os dias e com teor de cobrança, ele queria uma saída com ela. Bia sentiu-se pressionada, mas mesmo assim combinou de sair com ele em um determinado dia, porém, precisou desmarcar por motivos pessoais. Desde então, o cara passou a mandar mensagens a todo momento para ela, em algumas mensagens Bia sentia-se ameaçada, quando ele dizia que ia procurar por ela e não iria desistir até ela sair com ele. Bia tomou a iniciativa de bloqueá-lo em todas as redes em que eles tinham contato, mas segue receosa e aproveitou a ferramenta do grupo para dividir a situação, a tensão e o medo, pois Bia ressalta que como a cidade é pequena não sabe do que ele pode ser capaz de fazer.

I15- *Lola*, 24 anos, jovem que utiliza a ferramenta do grupo para expor uma questão que a inquieta: a diferença de idade no relacionamento já configura uma relação abusiva? Essa inquietação é devido, principalmente, ao fato de ter conhecido alguém mais velho e estar se relacionando pela primeira com homens mais velhos. A diferença citada é de 20 anos, e ela julga, a princípio que, talvez por vivenciarem fases de vidas diferentes, possam a vir a enfrentar conflitos. Ela também relata que há uma sintonia entre eles, além de apresentarem visões de mundo em comum. Lola diz ter medo de dar um passo errado e afundar em uma relação abusiva e busca o grupo para lançar essa questão, na expectativa de retorno e de um debate que possa ajudá-la a olhar para a situação e decidir como proceder.

O desvelar das ordens discursivas

Voltemos as questões que guiam esta caminhada: Quais são as redes discursivas a respeito da violência de gênero vivenciada em relações afetivas-sexuais estabelecidas por jovens e compartilhadas em novos espaços de fala? Quais são as condições que permitem a circulação desses discursos? Quais os ordenamentos em que esses discursos operam? É, pois, com a pretensão de abrir possibilidades de compreensão dos acontecimentos que perpassam essas questões, tendo em vista as tramas de poder e os marcadores sociais que atravessam e constituem os sujeitos, que nos implicamos a dar visibilidade/destacar a materialidade dos discursos que constituem a forma de agir, de pensar e de produzir verdades e condutas.

Para tal, a seguir apresentamos os ordenamentos discursivos que emergiram entre as dizibilidades e visibilidades dispostas nas narrativas compartilhadas (**em negrito**) e suas ramificações (sublinhadas), recursos gráficos utilizados para facilitar a identificação.

Na primeira série discursiva intitulada “**O dizer de si e dos outros**”: **as redes discursivas que tecem os sujeitos envolvidos em relações abusivas**, abordamos como as mulheres relatam suas vivências a respeito do que percebem de si e dos outros em relação ao desenvolvimento do relacionamento afetivo-sexual, bem como exploramos as expectativas vislumbradas para a dinâmica relacional, não obstante, desvelando os significados por elas imputados aos modos de ser e estar em suas relações de intimidade. As unidades de significado que compõem essas posições discursivas foram registradas nos relatos de todas as jovens participantes.

Desta série aflora uma ramificação:

O dizer do relacionamento abusivo- – *modus operandi* das relações intimidade,
nos relatos das jovens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 15;

Em sequência, os dizeres expõem as ordens discursivas da série **“E pela minha lei, a gente era obrigado a ser feliz” – Sobre as hegemonias, idealizações, frustrações e medos**, em que refletimos como as jovens (re)produzem e anseiam modelos idealizados de relacionamentos amorosos, pautados/embasados/desenrolados na lógica patriarcal hegemônica normatizada em nossa sociedade, sobrelevando suas vivências frustradas e desvelando as expectativas e medos regados pela ordem complementar e dicotômica do pensamento social ocidental, que dissemina a noção de felicidade e plenitude imbricada ao desenvolvimento dos relacionamentos afetivo-sexuais. Os enunciados significantes que compõem essas posições discursivas foram identificados nos relatos de todas as jovens participantes, exceto na internauta 14.

Quatro ramificações surgiram dessa série, são elas:

“Ele é homem” – o discurso legitimador da masculinidade “que tudo pode”, nos relatos das jovens 1, 2, 5, 7, 8, 10 e 14;

“Ela é mulher” - o discurso como normalizador da subalternidade feminina, nos relatos das jovens 1, 6, 8, 10 e 13;

“Sou mulher” – a incorporação da lógica social e a autoregulação, nos relatos das jovens 1, 2, 7, 8, 9, 10 e 12;

Heteronecessidade presente – as influências hegemônicas numa relação homossexual, no relato da jovem 13.

Por fim, destacamos na série **“Agora eu era a louca a perguntar: o que é que a vida vai fazer de mim?” – tecendo a rede pela/na rede** os enredamentos que levaram as jovens a compartilhar suas vivências no grupo do *Facebook*, bem como, das expectativas anunciadas que intercalam o passado e o presente na construção de um futuro, no que tange o desenvolvimento das relações de intimidade, e também, do espaço em que sua fala fora possibilitada. Os enunciados significantes que compõem essas posições discursivas foram identificados nos relatos de todas as jovens participantes.

Em continuidade, apresentamos no próximo capítulo a síntese da análise discursiva aqui anunciada.

CAPÍTULO IV

Espaços de posicionamentos – o materializar das ordens discursivas

Neste capítulo, apresentamos as ordens discursivas sobrelevadas nas narrativas compartilhadas pelas jovens mulheres por meio da rede de desabafo do grupo Feminismo e Política – Sergipe, no *Facebook*. A partir do lugar de fala comum – sujeitos declarantes de situações de abusos em relacionamentos afetivo-sexuais – desvelam-se os significados, as vivências, as expectativas, o (re)conhecimento acerca da violência de gênero e do desenvolvimento das relações de intimidade, passadas, presentes e futuras.

Assim, elaboramos a síntese discursiva dessas narrativas, a partir da análise em conjunto, discriminando as convergências discursivas partilhadas, temos como eixo norteador a natureza-normalidade-norma-ordem discursiva, para tecer apontamentos acerca dos enunciados apresentados. Quando se fez necessário, destacamos alguns enunciados de forma individualizada, por divergências consideradas relevantes para situar os modos anunciados por meio da análise genealógica dos relatos de cada sujeito. Ao longo do texto, para possibilitar a visualização dos discursos mencionados, expomos alguns excertos das narrativas compartilhadas. Contudo, vale ressaltar que não serão expostos os relatos de todas as participantes, tendo em vista as convergências teóricas em que eles implicam-se, sendo assim mencionados apenas os trechos que contemplam o sentido e explicitam as reflexões desveladas.

É válido lembrar que encontramos-nos em um mundo denominado contemporâneo²¹ e é em torno deste momento histórico que esta análise se realiza, sedimentada no campo dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, em sua vertente pós-estruturalista, sobretudo inspirada nos pensamentos foucaultianos. Logo, nossa linha de argumento tem por base a cultura, que julgamos ser elemento central na organização do mundo contemporâneo, nas relações estabelecidas entre os diferentes povos e também nos sistemas econômicos e políticos (HALL, 1997). E, nesse ínterim, Foucault contribui de forma inestimável para a novas formas de abordagem da discursividade, para a ativação de saberes “libertos da sujeição” (sujeição moral, capital etc.), o que contribui

²¹ Utilizamos o termo Contemporâneo como sinônimo de Pós-moderno. Há uma série de termos para definir o momento atual em que vivemos. Hipermmodernidade, Pós-modernidade, Modernidade Avançada são algumas denominações possíveis. Alfredo Veiga-Neto sugere a adoção do termo Contemporâneo visando minimizar a ideia de evolução, de que o momento atual seria melhor do que o antecessor, ideia que parece ser transmitida ao se utilizar as nomenclaturas com o termo “pós” (VEIGA-NETO, 2010).

para a ampliação do leque de possibilidades e perspectivas de análise do poder na sociedade, especialmente no contexto das relações de intimidade (RAMOS, 2010).

É central para nós também analisar as relações de poder que, não são únicas ou opressoras, mas que produzem efeitos nos modos como são constituídas e conduzidas as questões relacionadas aos modos de existir no mundo e as relações sociais. Nesse aspecto, as redes sociais digitais, dentro do campo da internet anunciam transformações e deslocamentos que parecem produzir novas possibilidades de emergência no que diz respeito a modos de subjetivação e de relação entre sujeitos, inserindo-se e influenciando, rapidamente, no cotidiano (NUSSBAUMER, 2008). É, pois, nessas inserções que esse espaço destaca-se por possibilitar um novo lugar de fala, auferir voz a quem outrora ocupava o lugar da reserva, do silêncio e da invisibilidade. Materializa-se, assim, o deslocamento e ascensão desses sujeitos, para quem o espaço virtual confere disponibilidade de existência, de partilha junto a possibilidades de dizer sobre si, sobre os outros, sobre as esferas sociais que lhes cercam.

Além disso, as ferramentas possibilitadas pela interface do grupo no *facebook* (anonimato, comentários) produzem efeito de território seguro para o insurgir das vozes, pois, é o anonimato que instaura a permissividade de fala observada, sem nomes, mas com endereçamentos para além do dizer de si, ao posicionarem-se. E assim configura-se esse novo espaço, espaço de fala, de voz, de compartilhamento, e sobretudo, espaços de posicionamentos e de subjetivações.

Destarte, ao olharmos atentamente para os enunciados das vozes que se posicionam neste espaço, destacamos os discursos que ali se apresentam e indicam sentidos, ordens e desenvolvimento das subjetividades. incorporadas acerca das maneiras de ser/estar nas relações afetivo-sexuais. Além disso, também nos expõem demandas que urgem por estratégias de desfamiliarização das relações de poder que articulam os mais variados jogos de força no âmbito relacional.

“O dizer de si e dos outros”: as redes discursivas que tecem os sujeitos envolvidos em relações abusivas

Para os sujeitos contemporâneos, envoltos por um bombardeamento de informações em diversas escalas e graus de aprofundamento, que informam sobre o mundo, atualizam sobre os contornos, constituem saberes e ditam formas para ser, a fala

sobre si é cada vez mais tolhida, ao passo que são incorporados cada vez mais, discursos sobre o que anunciam deles. Em tempos de prescrição, pouco sobra para a narração. Há dizeres por todos os lados, que anunciam, convencem, “servem bem” à nossa necessidade, produzem os modos de lidar com os acontecimentos ao redor, mas não são abrangentes e suficientes para delimitar o conjunto de realidades, a ponto de substituir as vozes possíveis.

Se direcionarmos nossas lentes para os conflitos, a narração em primeira pessoa figura-se em posição secundária, enquanto as prescrições dominam o território dos dizeres sobre o que, afinal, denominamos como conflitos. De certo modo, antes mesmo de vivenciá-los já os temos anunciados, em uma linearidade que insiste em querer dar conta dos modos de viver, dispostos na atualidade, pois bem, dizem: “não há céu azul sem tempestade”, “flores sem espinhos”, “conquistas sem derrotas”, “paz sem guerra”, “relacionamento sem briga” – eis aí a perigosa naturalização prescrita em diferentes discursos e contextos, amplamente (re) produzida no meio social.

A par dessas noções, nos lançamos na contramão de modo a pensar e visibilizar as não linearidades que atravessam a nossa vida. Esse embate constitui a conjuntura desta série, uma vez que trata de discursos hegemônicos e contra- hegemônicos. Na análise dos modos de operação das redes discursivas das jovens que se reconhecem em situação de violência, atual ou passada, podemos encontrar uma possível tendência à nomeação de suas fraquezas, delineamento de seus limites e, às vezes, esboço de estratégias, como podemos identificar nos exemplos abaixo:

I2 - Aída: *Ninguém sabia o que aconteceu naquela cabana, só eu e ele... depois de um ano e meio, comecei a falar sobre, nunca contei detalhes, não queria lembrar do episódio, mas conseguir falar sobre. Durante os anos, eu sentia desejo pelos homens, queria sexo, queria me sentir confortável, mas não conseguia, mesmo querendo muito. (grifos nossos).*

I5 - Jude: *eu estou a apatia em pessoa com relação a tudo na vida, trabalho, família, ele... mas é só pensar em mim mesma que eu choro: concluí que eu preciso aprender a me amar antes de amar outro, mas ele quer permanecer do meu lado enquanto eu tento resolver isso. (grifos nossos).*

I12- Jana: *Eu sou tão tola. Sou tão hipócrita. Aos 23 anos me sinto tão imatura. Todxs me reconhecem pela minha luta feminista. Todas as minhas amigas me procuram quando terminam relacionamentos ou precisam de conselhos pois veem em mim uma mulher forte que sabe reconhecer os abusos machistas que nós sofremos e não abaixa a cabeça para eles. Acontece que agora eu me vejo totalmente submersa*

nesse mar de dependência emocional. Eu não consigo sair (grifos nossos).

Nos dizeres de si, Aída, Jude e Jana revelam o quanto suas fragilidades estão interligadas a outros indivíduos, sejam os que as cercam em seu meio social, a família, o trabalho e/ou até mesmo os parceiro/ex-parceiros, o reconhecimento de si, a assimilação da situação. O caracterizar de seus limites desvela-se ancorado ao referencial do outro, do externo, da necessidade da diferença do eu para verificação do que se toma nota como figuração do estado de si diante da situação e, nesta passagem de ordenamentos internos para ordem da razão, é preciso sobretudo recorrer às linhas externas que as constituíram. Para Foucault, “as intensidades primeiras que me motivaram permaneciam do lado de fora” (FOUCAULT, 2003, P. 204), e é do lado de fora que elas ganham materialidade.

Ao conferir materialidade a suas intensidades, por meio dos ditos de si, passamos à possibilidade de construir estratégias para o que se apresenta como necessário para o viver. Todavia, não há uma linearidade, nem tampouco temporalidade fixa, para que esta materialidade seja gramaticalizada e resignificada. É subjetiva a prática de dizer de si, neste processo, de tecer indícios para a procedência de sentidos à experiência circunscrita. Aída, por exemplo, primeiro destaca a noção do “saber para dizer” pertencente à experiência e a quem dela fez parte, rompendo com quaisquer prescrições que possam ser feitas a respeito, pois são insuficientes para narrar a realidade. Ela segue destacando que, uma vez posicionada no lugar de quem vivenciou – “só eu e ele” - dita suas restrições para o falar sobre a situação abusiva, ao passo que também sinaliza a materialidade da experiência conquistada - “conseguir falar sobre”. Enquanto Jude expressa suas reflexões a respeito de si como fundamento para a resolução – “concluí que eu preciso aprender a me amar antes de amar outro” - e, neste reconhecer, já configura-se a estratégia para a emergência de novas narrativas para sua história. Em paralelo, Jana dilacera-se ao julgar-se incapaz. O dizer de si é para Jana uma contradição do ser, capaz de diagnosticar, anunciar e enfrentar problemas alheios, entretanto, inerte à situação em que se diz inserida – “Eu não consigo sair” - se faz assim aprisionada no emaranhado de representações externas de si.

Outrossim, é importante destacar o desejo de findar a situação abusiva, como modalidade da materialidade alcançada na prática de dizer de si, em que ela torna-se limítrofe no processo de autoreconhecimento, como destaca Branco (2015). Por um lado, ela desvela as estratégias a serem traçadas para tal, por outro, revela o jogo de forças e estruturas que a envolvem, não sendo exclusivo do domínio individual a mudança

almejada. Isso fica claro na fala de Aída, que afirma seu desejo de ressignificar as relações após a experiência do abuso (na esfera individual), mas não o alcança, ainda, pelo jogo de forças em que está envolvida (e aqui inclui-se, principalmente, a cultura que reforça a posição de repressão). Ou ainda, quando Jude delineia estratégias para novas formas de estar (resgate do amor próprio), mas tem interferências diretas em sua rede de inserção (inclusive do companheiro abusivo).

Nesse processo, torna-se imprescindível considerar de que lugar o sujeito fala, pois, só assim podemos observar o quanto o lugar do qual as jovens mulheres proferem seus discursos e tecem suas narrativas acerca das temáticas mencionadas ganha expressão, notadamente no significado que passam a atribuir às situações de violência vivenciadas, às marcas presentes e expectativas em relação a novos projetos de vida e, sobretudo, dos desafios a serem enfrentados. É, portanto, a reafirmação do acoplamento histórico do qual nos constituímos e fazemos parte, que podemos entender, a grosso modo, como circunstâncias de vida, presentes e circunscritas na vivência de todo o sujeito. Conforme Foucault explicita:

em todas as épocas, a maneira pela qual as pessoas refletem, escrevem, pensam, avaliam (até mesmo na rua, nas conversas e nos textos mais banais), inclusive no modo pelo qual as pessoas experimentam as coisas, pelo qual sua sensibilidade reage, toda a sua conduta está comandada por uma estrutura teórica, por um sistema, que muda com as idades e sociedades – mas que está presente em todos os períodos e me todas as sociedades” (FOUCAULT, 1994, p. 515).

Somado à estrutura teórica que rege nossas vidas, há que se ressaltar também a importância da experiência no processo de construção e autoreconhecimento, quanto à prática de dizer de si. O conceito de experiência ganha expressão para a própria formação do sujeito, principalmente no feminismo, que passa a valorizar o “pessoal” como expressão do “político”, relacionando sociabilidade e subjetividade e possibilitando voz e visibilidade às mulheres. De tal modo, embora a experiência não reflita “de maneira transparente uma realidade pré-determinada”, apresenta-se, no entanto, como uma “construção cultural” (BRAH, 2006, p. 359). Assim, opera a dinâmica da construção cultural reconhecida e assumida por cada sujeito, imbricadas em noções fundamentadas na história e nas experiências que carrega em si. Vejamos o excerto a seguir:

18 - Mia: *até hoje sigo me culpando por tudo que aconteceu. Pensando que cabia só a mim evitar e cortar desde o início. Não podia resistir a uma pessoa que eu admirava tanto e jamais imaginaria que olharia pra mim. Me apaixonei por um professor, mas não qualquer um: o mais querido da escola. Àquele que todas as meninas (e alguns meninos) queriam, davam em cima e eu nunca me atrevi a olhar. Como alguém*

tão inteligente e “charmoso” iria se interessar por alguém como eu? Até que ele começou a dar sinais que sim e desde esse momento passou a mexer com todo o meu psicológico. Uma pessoa casada com filhos. O dobro da minha idade. Religiosa, de certa forma. Me beijou no meio do colégio. “Arriscando toda a sua vida por um beijo, ele deveria me amar muito”. (grifos nossos).

Ao destacar novamente o dizer de si como prática que vem a conferir a materialidade da vivência e a dependência do outrem em sua autoconstrução, Mia nos chama a atenção para os marcadores que conferem ao outro envolvido uma posição de valorização, que também é legitimada por intensidades externas, conferidas pela observação de práticas – “todas [...] davam em cima e eu nunca me atrevi a olhar” - que validam este sujeito em posição de destaque. Há também outros marcadores sociais que caracterizam o parceiro quase como inalcançável. A idade, a religião, o estado civil, inteligência e charme o constituem e o marcam além da posição de admiração, um sujeito de desejo, mas de realidade, em teoria, distante. Ao passo que, ao caracterizar a si mesma, Mia destina-se a posição de subalternidade – “iria se interessar por alguém como eu?” – ao sobrelevar as características do outro em sua experiência, delegando a ela apenas reações aos sinais pelo outro emanado, que além de unilaterais, em princípio, tinham em sua realização caráter de verdade.

Em vista disso, retomemos a Brah (2006, p. 360) que nos descreve que: “experiência é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos realidade”. São, pois, a ela incumbidas nossas noções de realidade, contudo, cabe ressaltar a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a verdade, mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado. Isso fica evidente nos dizeres de Mia, ao significar o “amor” em suas intensidades, ao se ver enredada nas estratégias do outro – “arriscando toda a sua vida por um beijo, ele deveria me amar muito” - que desvela os significados imbricados em práticas legitimadas e também idealizadas no emaranhar das linhas que tecem a dinâmica da “conquista relacional” e estabelecem, em diversos espectros, modos de operar quando há interesse em estabelecer uma relação afetiva-sexual. É, pois, sobre esses modos de operar prescritos a dinâmica relacional que vamos nos ater na próxima seção.

O dizer do relacionamento abusivo – *modus operandi* das relações intimidade

Como já foi demarcado, vivemos em um emaranhado de proliferação discursiva dos modos de existência nos tempos presentes. Não obstante, o campo dos relacionamentos de intimidade também são territórios atravessados pelos discursos circulantes, sendo um lugar de produção de verdades, como Hennigen e Guareschi (2006) apontam, onde há circulação de ideias, valores, normas, posturas, propondo modos de conduzir as condutas dos sujeitos. (HENNIGEN; GUARESCHI, 2006).

Todavia, antes de pensar nas redes discursivas que viabilizam o funcionamento modos de se conduzir e estar no relacionamento em si, parece-nos pertinente e de caráter antecedente discorrer sobre as predisposições que validam o estabelecer ou não da relação, que também são produzidas e, por vezes, idealizadas no meio social, dispondo de subjetividades. Assim, todxs dispomos de critérios geralmente elencados por lógicas subjetivas que nivelam em prioridades o que vem a ser considerado como necessário para o desenvolver de uma relação afetiva-sexual, mas que encontram respaldo no julgamento social. Algumas exemplificações são apresentadas nas narrativas a seguir:

113 – Maria: Era o relacionamento perfeito: ela e eu feministas, num namoro totalmente sadio e de um companheirismo, cumplicidade e tesão que me fazia sonhar com aquela mulher acordando todos os dias ao meu lado. Eu nunca impliquei por ela sair sozinha com os amigos, fazer as coisas dela sem mim ou qualquer coisa do tipo. Aparentemente ela também não se importava. Estávamos juntas com um único propósito: amor. Nos divertíamos muito juntas. Sério, nós éramos o casal mais bonito que essa cidade já viu (grifos nossos).

16 – Zoe: Mas é um medo sem fundamento porque nada aconteceu neste relacionamento que pudesse levar a uma situação estúpida. Pelo contrário, há muito diálogo entre nós (grifos nossos).

Percebemos aqui as atribuições feitas ao relacionamento, que confere validade para o seu desenvolvimento. Ao relatar seu namoro, Maria é enfática ao creditar perfeição como descritor de sua relação, uma vez que os critérios necessários para o seu envolvimento no relacionamento como o companheirismo, a cumplicidade, tesão e confiança se fazem presentes. Zoe, de forma mais objetiva avalia positivamente o seu atual relacionamento ao também descrevê-lo como saudável, estado que por ela é validado pela presença do diálogo. Embora esteja alerta a situações estúpidas que podem acontecer no interior de sua relação, como outrora tivera acontecido, Zoe respalda-se ao declarar que trata-se de um medo sem fundamento e reitera o diálogo como ferramenta importante para se evitar situações não desejáveis.

Vejam, é notável que o esperado para o desenvolvimento da relação centra-se em características que tendem a possibilitar uma vivência harmoniosa. Flake (2013) assinala que a tendência predominante quanto ao estabelecimento de relacionamentos afetivo-sexuais é manter relações de intimidade com pessoas que compartilham de mesma rotina, atividades, gostos, entre outros fatores, que revelam mais possibilidades de sucesso ao relacionamento. Outrossim, Maria também sinaliza que o fato de não haver implicâncias quanto ao desenvolvimento de atividades individuais é um ponto importante como indicador do bem-estar do relacionamento. Tal característica desvela a necessidade em preservar a individualidade e da concessão de espaços para que ambos envolvidos possam exercer atividades que são externas a relação. Ademais, há o destacar do amor como propósito que mantém o relacionamento nos tempos atuais.

A vista disso, Féres-Carneiro (1998, 2003) sublinha que um novo ideal de relacionamento vai-se constituindo aos poucos no Ocidente, em que se impõe aos pares que se amem ou que pareçam se amar, e que tenham expectativas a respeito do amor. Assim, o amor é atualmente visto como fundamental para um relacionamento afetivo-sexual satisfatório, sendo considerado condição primordial para que estes ocorram. Todavia, o amor sozinho não sustenta a relação. Quando saímos da esfera das expectativas e nos voltamos à dinâmica do relacionamento que se instaura por meio da convivência, emerge novas pautas e características que não são exclusivamente positivas como as elencadas no início da relação. Nos deparamos então com as cobranças e os dilemas do partilhar a vida.

13 - Leia: um namoro sorrateiro, que mais me colocava em uma crise existencial do que me fazer gozar e me deixar feliz. Por muito tempo acreditava quando ele dizia ser o único cara decente que eu arrumei, e outras muitas vezes vivia me dizendo que eu não era ninguém (grifos nossos).

17 - Iara: ele brigou comigo como se eu tivesse obrigação de dormir na casa dele. Eu me impus e disse que não era assim, que eu não tinha obrigação de nada, mas me magoa muito ele fazer isso. Fica frio quando não tem o que quer. (grifos nossos).

Ao direcionarmos nosso olhar para o momento em que alguns conflitos se fazem presente no relacionamento, percebam, nos deslocamos do namoro perfeição ao namoro sorrateiro. O território da relação passa a ser ocupado pelas cobranças e com elas, as revogações dos elementos que validam o bem-estar da relação também são evocados, mas agora seriam eles instrumentos de comparação como forma da avaliação do atual estado do relacionamento. A ausência de critérios predispostos anteriormente é então diagnóstica

do descompasso em que a relação caminha reposicionando algumas práticas, como Leia destaca, a crise passa a ocupar o lugar da felicidade. As obrigações também surgem para reivindicar espaço, e aí além dos conflitos aparecem novas práticas na dinâmica da relação como uma forma de réplica a resistência do dito “direito” reivindicado, como expõe Iara – “*Fica frio quando não tem o que quer*” evidenciando assim o desestabilizar dos relacionamentos mediante os conflitos vivenciados.

Ao refletir acerca da constituição e da manutenção das relações amorosas contemporâneas, Jablonski (1998) aventa que elas são muito influenciadas pelos valores do individualismo, o que podemos notar nas narrativas de Leia e Iara, que centram em si quando na descrição da situação – “*me fazer gozar e me deixar feliz*”; “*Eu me impus, [...] eu não tinha obrigação de nada*” – o que reflete o modo que elas se veem inseridas e posicionadas no relacionamento. Féres-Carneiro (1998) reforça que os ideais contemporâneos de relação afetivo-sexual enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada indivíduo do que os laços de dependência entre eles. Por outro lado, constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, de uma identidade relacional. A autora salienta que, se por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos pares, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a parceria estabelecida, a realidade comum do casal, os desejos e projetos em comum.

Harvey (1992) pontua que o individualismo que vem crescendo a cada dia foi alimentado pela retórica coletivista dos movimentos sociais dos anos de 1960. A partir de então, a identidade pessoal foi se tornando fluida, interminavelmente aberta, em decorrência de inúmeras mudanças na qualidade de vida urbana a partir da década de 1970, acabando por modificar os relacionamentos amorosos. Petrini (2005) acrescenta que isso estaria acontecendo na cultura contemporânea devido a uma mentalidade dominada pelo cálculo das conveniências, que reduz o espaço da gratuidade. O autor argumenta que o individualismo chegou a tal ponto que as pessoas só prezam a realização de sua liberdade e o prazer pessoal, banalizando o significado das coisas, superficializando as relações, seguindo uma lógica do mercado capitalista em que se avalia os custos e benefícios da relação. Desta forma, tudo que constituir um custo ou empecilho, ou for desprazeroso, é descartado.

Para Bauman (2004) duas marcas centrais podem ser prescritas as relações contemporâneas: a “fluidez”, concebida diante da exacerbação da individualidade e a

“fixação”, regida pela lógica capitalista de consumo e propriedade. Elas medeiam, cada uma a seu modo, a fronteira entre liberdade e insegurança, por um lado, e segurança e dependência, por outro. E são esses extremos, tal como aponta o autor, que permeiam os relacionamentos, responsáveis pela ambivalência que caracteriza o amor na atualidade. Ao caminhar em prol da percepção das redes discursivas que capturam esses extremos no contexto do relacionamento, a fixação conforme descrita por Bauman (2004) nos exige atenção especial, pois por prezar pela segurança institui a dependência e autoriza algumas práticas a fim da garantia da relação. Tomemos a exemplo o excerto abaixo:

18 – Mia: Ele adorava me colocar num pedestal e depois me empurrar lá de cima. Eu era linda, inteligente, carinhosa, melhor cheiro do mundo que grudava horas nele. Ele me ligava do nada para falar o quanto me amava. Ele me mandava textos com poemas. Mas eu era proibida de mandar mensagens. Ele não queria jamais que alguém pudesse ver. Ele apagava minhas mensagens também. Ele não confiava que eu apagaria. [...] Então eu pedia perdão. Eu nunca fui orgulhosa, sempre assumi meus erros.[...] O ciúme ainda estava presente, ele devia me amar muito. [...] Eu só não percebia o peso nas costas de tudo que eu assumia. Um peso que não era eu que deveria carregar. (grifos nossos)

E aqui se faz clara a ambivalência que caracteriza as relações contemporâneas – “Ele adorava me colocar num pedestal e depois me empurrar lá de cima” – o ser que eleva pode ser o mesmo que derruba. Ao narrar detalhes do relacionamento que vivenciara, Mia descortina as práticas que se fazem presente no interior da relação a fim de revogar a segurança que lhe é preconizada. Tais práticas evidenciam como as relações de poder são estabelecidas e se materializam no âmbito do relacionamento, dispondo de algumas estratégias para o exercício de sua função. Nesse aspecto, Foucault (1998) nos chama atenção para o fato que o poder mascara uma parte importante de si mesmo – seu poder produtivo – para ser tolerado, aceito, como podemos vislumbrar claramente no enunciado exposto por Mia, que em diversas vezes estando diante de uma situação de notória submissão, aceita.

Convém ressaltar que Foucault (1998) compreende o poder como correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização. Forças que encontram apoio entre si, formam cadeias ou contradições e se cristalizam nos aparelhos estatais e na formulação da lei. Em síntese:

Se o poder tivesse apenas a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a

nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (FOUCAULT, 1998, P.148)

Nesse sentido, Hannah Arendt (2001) acrescenta que o fenômeno fundamental desse poder não consiste no investimento na vontade própria para os próprios fins, mas na formação de uma vontade comum. Assim, a noção de segurança no relacionamento é produzida de modo que seja uma vontade compartilhada quando pleiteada, e de tal modo seja uma condição a ser garantida pelos sujeitos que a assumem por meio de suas práticas, seja na posição de dominação, seja na posição de submissão; relação que Mia nos faz visualizar ao partilhar sua vivência.

É preciso também destacar as estratégias que compõem essas relações de poder. Falamos da disciplina e do controle que se fazem presente por meio das práticas discursivas normalizadas no ideário social, vide relato de Mia, em que segundo indica Foucault (1998) consiste na criação de aparelhos de poder/saber e de múltiplos domínios de conhecimento, com um discurso alheio ao da “lei” e da “regra”. Sua regra não é a regra jurídica, mas a regra “natural”, a norma, a normatização que é, para ele, domínio das ciências humanas. Ele explicita:

Controle não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo.(...) Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (FOUCAULT, 1998, p. 118).

É esse trabalhar detalhadamente que devemos atentar, pois não se trata de um domínio dado “naturalmente”, mas de investimentos ininterruptos que são realizados ao longo da história e produz de forma diligente os regimes de verdades. A noção de “regimes de verdade” de Foucault (1980) evoca visões de “verdade”, usadas de forma que controlam e regulam. Foucault (1985, p.133) sinaliza quanto ao termo “a verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam, e a efeitos de poder que ela produz e que a reproduzem.

Nessa lógica de pensamento, retomamos ao enunciado apresentado por Mia e destacamos o apontar do ciúme, como elemento que baliza a validação do amor no relacionamento - “*O ciúme ainda estava presente, ele devia me amar muito*”. Tal lógica que se insere no contexto é, pois, um exemplo de como a noção de verdade funciona ao se tratar de ciúme no campo dos relacionamentos afetivo-sexuais. Temos, no evocar

despertado pela presença do ciúme a reiteração dos regimes de verdade produzido acerca desse elemento. Por um lado, evoca-se a crença no amor romântico e suas implicações, por outro a legitimação de práticas assumidas para a manutenção e preservação desse relacionamento idealizado. E assim os regimes de verdade operam no âmbito relacional de intimidade, fortalecendo as relações de poder que o circunscreve.

Ademais, cabe mencionar que, considerando que a violência de gênero nas relações de intimidade tem suas raízes em questões culturais e estruturais presentes em nossa sociedade, o ciúme – que também tem sua origem relacionada à cultura e à estrutura de nossa sociedade, é corriqueiramente apontado pelas pesquisas e estatísticas que abordam essa temática, evidenciando seu desdobramento enquanto prática de controle (BRASIL, 2015). O que reforça a urgência de pensarmos em novas formas de produção de regimes de verdade acerca da naturalização e legitimação do ciúme nas relações, que urge por ressignificações.

Por falar nas pesquisas que abordam o campo dos relacionamentos e possibilitam a discussão e o tensionamento das verdades circulantes acerca da temática, sobretudo ao tratar das violências presentes no contexto, nos parece viável ratificar a relevância da produção e divulgação dessas reflexões, ao visualizar alguns efeitos que por elas podem ser gerados, como o excerto a seguir expõe:

***115 - Lola:** vocês acham que diferença entre idade já configura um relacionamento abusivo? Nunca me relacionei com homens mais velhos. Recentemente conheci um que me fez pensar na possibilidade e estou começando a pensar nessas questões. Mesmo que eu tenha 24 anos, se relacionar com alguém 20 anos mais velho é ter que enfrentar fases diferentes. Ele provavelmente já passou por situações que eu não e fico pensando até que ponto pode pesar negativamente. Nos damos bem, temos sintonia e visões de mundo comuns. Tenho medo de dar um passo errado e entrar em um relacionamento abusivo. (grifos nossos).*

A indagação apresentada por Lola traduz, para nós, alguns dos efeitos que a visibilidade proporcionada pela produção de saberes a respeito e a ampla circulação de informações – ainda que limitada àqueles que podem ter acesso a essas formas de divulgação – fazem insurgir, sendo assim preventivo, ao antecipar certas preocupações. O que se desvela na problematização levantada por Lola é que o falar sobre, o disputar de espaços para produção de saberes múltiplos que apresentem novas formas de pensar, ser e estar provocam sim deslocamentos quanto a visão naturalizada de relacionamento, o reportando enquanto uma construção a ser empenhada por todxs os/as envolvidosxs. Longe de ser a solução para o fim dos conflitos e problemas que atravessam este âmbito, mas é

a reiteração de um caminho que devemos continuar a investir. É uma feliz indagação que nos alimenta de esperança para continuar a provocar tensionamentos neste campo.

E quanto a indagação, recorremos a Bauman (2004) pois é inviável atribuir uma resposta única ou pertencente as variações entre um sim ou não. Como Bauman (2004) descreve, no cenário contemporâneo não temos nenhuma garantia de relações duradouras, pois o medo de compromissos mais sérios tornou tudo provisório, descartável, instantâneo e fácil de ser substituído. Contudo, há predisposições que levam os indivíduos a pleitearem a estabilidade de uma relação afetiva-sexual, como a sintonia e visões de mundo comuns mencionadas por Lola, e assim, investirem no processo gradual que consiste a construção da relação. Enfim, ressaltamos que não há como conceber uma resposta, e sim dispor de constante atenção e avaliação que venham a determinar o investimento no relacionamento, bem como a validade de sua manutenção, embasados em uma postura ética.

Bem, face ao contemporâneo, alguns estudiosos enfatizam que vivemos hoje um tempo em que se impõe a gestão da informação, em que as distâncias se reduzem, a visão do mundo é global, ao passo que se perde o contato com a história e em que não há projetos, isto é, vive-se o presente de forma fragmentada, sem um sentido claro ou um planejamento a longo prazo. Realçam que não há perspectiva de compromisso, já que não há futuro: a estabilidade de um casal, por exemplo, mantém-se apenas enquanto se mantiver a satisfação com a relação (VAITSMAN, 1994; JABLONSKI, 1998; PETRINI, 2005). Voltando-se para estabilidade do relacionamento e a satisfação entre os pares, acreditamos ser nas relações de saber-poder que reside as bases que subsidiam a manutenção da relação. E aí, novamente, evoca-se o processo de autoreconhecimento de si e dos outros e, no caso da relação afetivo-sexual, do nós que ela tende a constituir, como explanado no início deste capítulo, pois é por meio dessa dinâmica de autoreconhecimento que a satisfação é concebível diante dos acontecimentos que circunscreve a relação vivenciada. Nesse processo, põe-se em xeque as práticas incorporadas no relacionamento, de modo a detectar se essas ainda lhe são pertinentes, visto o contexto em que se insere. Os excertos a seguir exemplificam:

***II – Dilma:** [...] aos poucos fui me livrando dos sentimentos de culpa, responsabilidade e auto punição, e por fim, em fev/março de 2016 decidi terminar esse relacionamento. O problema é que essa ex namoradx não reagiu da melhor forma.. elx começou a me perseguir virtualmente, a me ofender, me diminuir, e principalmente a fazer ameaças de suicídio. Minha reação também não foi das melhores: tive*

depressão, fiquei traumatizada e fiquei meses e meses enclausurada em casa com medo de "viver" por causa dessas ameaças suicidas, eu achava que qualquer passo que eu desse, eu iria tirar a própria vida (grifos nossos).

I4 - Ema: Eu tinha esperanças de voltar, sabe? Então aceitei, e tava tudo indo bem de novo. Até que um dia ele praticamente me humilhou por um motivo bem banal e machista (conversar com o amigo dele por whatsapp). Daí chegou num ponto que eu simplesmente ignorei e me afastei (grifos nossos).

III – Dara: [...] era muito tonta ainda e tava num momento bem ruim da minha vida, pesado, muitos problemas e um começo de uma depressão que veio piorar depois do fim desse relacionamento, quando o dito cujo terminou comigo com a justificativa de que eu tinha problemas demais e que ele não tava afim de aguentar tudo aquilo. Disse que se eu continuasse desse jeito homem nenhum gostaria de ficar do meu lado. Me sentia um lixo humano, me culpava por fazer da convivência um peso e estragar o nosso relacionamento, pensava que no fundo, ele tinha razão, afinal eu precisava tratar de meus problemas antes. [...] Pois é, não foi fácil. Mas entendi e com o tempo percebi que não era eu o lixo da relação em si (grifos nossos).

Aqui percebemos a sumária importância da reflexão sobre o desenvolvimento do relacionamento, no avaliar de sua dinâmica, a fim de visualizar o quão válido é permanecer. Daí advém o (re)conhecer da necessidade da ruptura, pois as relações de poder ali instauradas já não se sustentam, não mais operam em concessão como lhe é necessário e desvela, assim, a falácia da relação. Os relatos nos apresentam esse processo de autoreconhecimento do esgotamento da relação, em que algumas práticas são sinalizadoras de que já não se deseja ocupar determinada posição de sujeição para que o relacionamento siga adiante. É importante ressaltar que assumir o rompimento dessas relações de poder não se trata de um processo linear, e principalmente nesse contexto, fácil e indolor, como desvela as narrativas apresentadas, é um processo difícil, que deixa suas marcas e tem sua temporalidade de assimilação, e ainda, por vezes, ainda recorre a ajuda externa. Outrossim, assim como as relações de poder não ocorrem sem que haja um mínimo de sujeição de ambas as partes, o rompimento dessas relações, que é preconizado por uma das partes, também não está imune as tentativas de conservação da outra parte, o que faz insurgir as práticas unilaterais entre os sujeitos envolvidos e reforça a dificuldade de se desvencilhar desses jogos de forças que constitui o relacionamento que chega a esse nível.

Cabe ressaltar, ainda que pareça maçante, a impossibilidade desse processo ocorrer sem a vontade do sujeito em voltar-se a si e assim produzir o autoreconhecimento, para talvez se pôr em deslocamento. E aqui enfatizamos o talvez porque é preciso pontuar

que os saberes são produzidos e concebidos na cultura. A vista disso, retomemos a questão dos regimes de verdade que são produzidos e mantidos também na e pela cultura. Assim, nesse emaranhando de fatores interligados não podemos perder de vista a necessidade de verdades que escapam as normalizações tenham espaço e circulação, bem como das forças que nem sempre conseguem ser rompidas pelos sujeitos em submissão. Podemos tomar o relato de Dara como exemplo, que nos conta que só veio a reconhecer que não era ela o problema da relação depois do término, que neste caso não foi por ela preconizado, uma vez que ela na época concebia a sua posição de culpa no desandar da relação. E aqui podemos observar que a redução do outro por vezes se torna uma ferramenta muito poderosa para o governo, pois conforme Fabris e Klein (2013) assinala, ela subjetiva para regular, vigiar e, na sequência, normalizar. Ou seja, ela produz saberes que a reconhecem como legítima e se torna estratégia potencial para a normatização, potencializando a capacidade de as forças de dominação exercer o controle sobre o outro, o vedando de outras percepções, prática que desvela-se frequente no interior de muito relacionamentos afetivo-sexuais. O que nos leva a pensar nas hegemonias sociais que permeiam essas relações, pauta que nos dedicamos na seção a seguir.

“E pela minha lei, a gente era obrigado a ser feliz” ²²– Sobre as hegemonias, idealizações, frustrações e medos

Ao desvelar os *modus operandi* que constitui as relações, nos deparamos com ideologias reiteradas através das práticas discursivas narradas pelas jovens desta pesquisa, em que podemos identificar uma possível tendência à figuração de estratégias de unificação e legitimação, que faz valer a premissa que nas relações amorosas desenvolvidas somos obrigados a ser feliz. Tal premissa circula no ideário social e acaba por produzir cobranças, regulações, expectativas, frustrações, medos e reflexões que deem conta de abarcar essa ‘verdade’, como podemos identificar nos exemplos abaixo:

I3 – Leia: Será que sou cega demais? Tipo, eu já me machuquei muito em quesito: amar sozinha, e mesmo assim, eu gosto de tentar, eu ainda pretendo voltar a namorar, eu gosto de ter alguém do meu lado e ver essa negatividade do lado oposto me deixa tão pra baixo... Estou muito confusa (grifos nossos).

²² Trecho retirado da música João e Maria, autoria de Chico Buarque e Sivuca, 1977.

112 - Jana: O que caralho é o amor? É isso? É a gente se ver cega, agir irracionalmente? Sofrer e mesmo assim escolher continuar sofrendo? Achar que a pessoa te completa, que vocês formam o casal perfeito e indestrutível e é só nessa relação que você alcança a paz, a plenitude? Eu não sei o que to fazendo da minha vida. Eu preciso de vida (grifos nossos).

110 – Gil e Júlia: Pra piorar, apesar da família dela não apoiá-lo, é extremamente patriarcal, então a criação dela foi pra ser bela, recatada e do lar. Além disso, mesmo a família dela não simpatizando com esse rapaz, é uma família bem conservadora e reforça que prefere ver a Júlia com um namoro com problemas á estar sozinha e “mal falada”, afinal ela já tem idade para pensar em constituir sua própria família (grifos nossos).

É notável os efeitos que tal verdade, uma vez assumida, pode exercer na vida e nas projeções realizadas pelos sujeitos. Leia, Jana, Gil e Júlia, expõem suas aflições orientadas e alimentadas pelo ideário social, que reforçam suas verdades e corroboram com a produção de subjetividades arraigadas em valores equívocos, que tendem a levar a mazelas emocionais e sociais. E mais uma vez o processo de autoreconhecimento merece destaque, pois é só por meio dele que Leia, Jana e Gil, ao reparar na relação da amiga Júlia sinais que evocam por atenção, deslocam tal verdade para territórios dúbios e em tempos que os valores conservadores recrudescem a todo vapor, ousam problematizar.

Para Vaitsman (2003) o contínuo ciclo de formação e transformação gera angústia, pela necessidade humana de escolher e de se construir, seja nas relações afetivo-sexuais, na família, na arte, nos valores e nos costumes, na produção de bens de consumo e na cultura contemporânea de forma geral. Cabe mencionar o quanto as instâncias sociais são influentes na produção e manutenção de verdades que lhe são funcionais. Especialmente no caso da Júlia citado por Gil, é evidente o papel da família enquanto instância social que regula, em certa medida, a posição de sujeição atribuída a Júlia, como mulher em idade de “perpetuar” a instituição familiar. A vista disso Singly (2000) assinala, pais marcados pela cultura patriarcal refletem este modelo de criação e mantém essa lógica pelo controle, vigilância e regulação (SINGLY, 2000).

É, pois, a convergência de interesses dessas instâncias sociais que produzem as hegemonias e as normatizam em nosso processo de constituição enquanto sujeitos. Foucault (2010, p.208) que se dedicou veementemente a “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos são tomados sujeitos” nos descreve que temos de lidar com “três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos”, são eles: os modos de investigação dos discursos baseados nas disciplinas que objetivam os seres humanos sob formas diversas e específicas; a

objetivação do sujeito através do que ele chama de “práticas de divisão” (louco/são, doente/sadio); e a forma pela qual os seres humanos transformam a si próprios em sujeitos, especialmente no domínio da sexualidade.

Assim, Foucault explicita esses três temas em termos de uma nova economia de relações de poder. Ele toma uma série de oposições denominadas “práticas de divisão” como ponto de partida e tenta ver o que precisamente elas têm em comum. Para ele existem três tipos de luta: contra formas de dominação – étnica, social, religiosa –; contra formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; contra aquilo que prende o indivíduo a si próprio e, dessa forma, submete-o a outros – lutas contra a sujeição, contra formas de subjetividade e submissão – (FOUCAULT, 2010, p. 212).

É no intento de entendermos e desvelarmos como essas práticas de divisão, sobretudo as lutas contra as formas de dominação e contra o que prende o indivíduo a si próprio e submete-o a outros, que seguimos a explorar as redes discursivas aqui apresentadas, a partir das práticas que reiteram as hegemonias sociais que nos saltam os olhos. Convém destacar que compreendemos que a hegemonia, segundo Gramsci (1988), se dá em uma relação de consentimento entre o grupo hegemônico e seus subordinados. De tal modo, destacamos as seguintes subseções.

“Ele é homem” – o discurso legitimador da masculinidade “que tudo pode”

Emerge aqui a necessidade de falar das masculinidades, ou melhor, do molde do “macho-alfa” hegemônico e seus privilégios arraigados, inclusive no âmbito relacional afetivo-sexual. A prerrogativa de pertencer ao gênero masculino é discriminada de forma recorrente nas narrativas, numa articulação direta com certas condutas e formas de estar no relacionamento que são atribuídas aos moldes do “ser” homem em nossa sociedade, que reitera a cultura patriarcal e machista que estamos inseridos, fazendo válida (e legítima) a máxima: “a eles, as desculpas, a elas, a culpa”. Tal dinâmica é facilmente observada nos excertos destacados:

114 - Bia: Disse que eu não posso desmarcar e ficar sem querer cumprir a saída, pois ele é homem e não pode ser dispensado assim. (grifos nossos).

17 - Iara: *e ele disse que era pra ir pra sair durante o dia e tal, e não a noite... Depois ainda veio falar de outros amigos meus, disse que só ele me bastava, que não entendia pq ainda eu ia atrás desses que eu digo*

ser meus amigos?? Além disso, ele viajou pra SP e curtiu todas lá, até dormiu com outra pessoa, mas chega perto de mim cheio de moralismo e Mimimi. (grifos nossos).

18 – Mia: *“Um homem mais velho tem suas necessidades, você sabe disso ne?”. Ele sequer acreditava que eu era virgem. Ele odiava meu ex e por essas coisas, ele me fazia acreditar que eu era uma traidora, mesmo não fazendo nada. Me convencia de que eu estava arriscando algo com quem me amava de verdade e me merecia para ficar me arrastando por alguém que não me quer. “Ele era homem de verdade para me tratar como mulher.” Ele dizia que mesmo passando tantos anos achando que “já estava bom de ter filhos”, agora ele pensava diferente. Não poderia passar uma vida sem ter mais um com quem ele amava. (grifos nossos).*

Os ordenamentos discursivos, que aparecem como legitimadores da masculinidade hegemônica, centram-se na constituição do masculino e reiteram outros marcadores que acentuam os privilégios já instaurados, por exemplo, a idade e a configuração do “ser mais velho”, como potencializadores das necessidades fisiológicas e/ou simbólicas imediatas, que reforçam nas narrativas, a “natureza” normalizadora da masculinidade, do homem “de verdade”. Para Connell (1987), essa é a inserção do patriarcado. Uma sociedade mais ciente de sua existência e nocividade deve, portanto, ocorrer de maneira diluída e aparentemente inócua. Nessa linha de pensamento, Connell (1987) traz a ideia de masculinidade hegemônica, que consiste no estabelecimento de um padrão de masculinidade a ser alcançado (o qual é reiterado discursivamente pelas mulheres) e funciona como pacto entre os homens. Para a autora, a “faceta pública da masculinidade hegemônica não necessariamente é o que os homens poderosos são, mas sim o que sustenta seu poder e o que grande parte dos homens é motivada a apoiar” (CONNELL, 1987, p. 185).

É a recorrência aos instintos masculinos, prescritos em práticas e pensamentos, que tem em sua “origem” a própria justificativa - “*ele é homem*” - para os meios e fins pleiteados pelos que se dizem “machos”. É ao reiterar práticas normalizadas que se constitui a masculinidade hegemônica, como expõem estes discursos. Os enunciados aqui expressos constituem as linhas discursivas que legitimam o outro, que não pode ser dispensado, pois é homem e, portanto, que dita com quem se pode estar, que pode trair sem ser questionado, que tem suas necessidades que precisam ser saciadas, afinal ele é “homem de verdade”. Tais noções que, a princípio, aparentam-se tão inconcebíveis – para nós – ao impor regimes, consistem e se fazem operar no que Foucault (1980) aventa como “política geral” de verdade:

isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (FOUCAULT, 1980, p.131).

Desse modo, o estabelecimento das relações de poder se dá por meio da veiculação reforçada da imagem daquilo que deve ser visto como objetivo a ser alcançado por todos os homens – como financeiramente bem-sucedido, de determinada aparência física, possuidor de determinados bens, heterossexual e provedor da família. Esses ideais, no entanto, não significam que a masculinidade hegemônica seja um único ponto fixo de referência a todos os homens e que seja buscada por todos eles – ao contrário, essa perspectiva foge a universalismos. Connell e Messerschmidt (2005) observam que homens podem variar em suas abordagens de masculinidade de acordo com seus desejos e objetivos, e inclusive se distanciar da masculinidade hegemônica para determinados fins. A masculinidade seria, dessa forma, “não um tipo de homem, mas uma forma como homens se posicionam por meio de práticas discursivas” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 841), o que concorda com a ideia de que a hegemonia não é uma dominância total que apague todas as outras alternativas, já que uma hegemonia só existe quando há uma subordinação consentida (CONNELL, 1987), como desvelam os relatos de Bia, Iara e Mia.

Posto isso, é necessário pontuar que a hegemonia como prática de posicionamento discursivo não garante por si só ou impõe de forma arbitrária uma relação em que há concessão da subordinação da outra parte, caracterizando-a na esfera das relações de poder com eficácia. A própria hegemonia está fadada ao fracasso, por resistências inerentes a sua dinâmica, como enfatiza Foucault (1994), ao sublinhar que em toda relação de poder há resistências. E é aí que tendem a surgir os conflitos, quando na relação, a princípio bilateral, a resistência não é aceita e o posicionamento hegemônico não se altera, recorrendo à violência para que tal prática discursiva uma vez fracassada, passe a operar de modo unilateral, e assim, se mantenha em posição de superioridade inalterada/reiterada. Esta instauração da violência no âmbito do relacionamento, quando a subordinação prevista não é consentida, é referida na vivência de Aída.

***12-Aida:** foram os piores minutos da minha vida. Ele mordida minhas costas, me enforcava, penetrava na minha vagina, no meu anus, na minha boca, gozou dentro de mim, na minha cara, nos meus seios, na minha barriga, e tudo isso comigo pedindo pra ele parar [...] Me pediu perdão [...] era homem, que não controlou suas vontades, que nunca mais iria fazer isso de novo (grifos nossos).*

É terrivelmente cruel este modo de controle normalizado, vinculado à prática masculina, como descreve Aída, deixa como marca “*os piores minutos da vida*”, na vida de quem a vivencia. Alemany (2009, p. 271) ressalta esta prática como a forma mais radical dos recursos para a garantia do mando e controle masculino, caracterizando as violências, como “atos que, por meio de ameaça, coação ou força, infligem – neste caso, e geralmente, às mulheres – na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e, sobretudo, na sua subjetividade”.

De modo terrível também atua nossa cultura, que ainda institui, reproduz e normatiza a ideia de que os homens sentem mais desejo que as mulheres, que os homens têm mais dificuldades em controlar seus impulsos sexuais, ideias que subsidiam construções identitárias que justificam alguns comportamentos e culpabilizam outros: “homem que é homem está sempre em prontidão, seja para brigar e competir, seja para ter relação sexual com quem se apresente” (SILVEIRA, 1999, p. 68). É essa lógica que reforça e legitima a sexualidade masculina, conforme descreve Grossi (2004, p. 9), como “sexualidade predadora masculina”, a qual seria o ponto nodal da constituição do gênero masculino. Uma sexualidade masculina apoiada na representação de que as mulheres devem ser consumidas, o que se evidencia, sobretudo, em revistas pornográficas, que transformariam as mulheres em mulheres de papel. Assim, a masculinidade desenvolve-se estreitamente ligada à virilidade. Afinal, *homem que é homem é viril*, assertiva reconhecida como prerrogativa dada e incorporada, como nos diz Aída – “*era homem, que não controlou suas vontades*” – sendo útil, nessa perspectiva, como justificativa e redenção, por meio do apelo à natureza, ao instinto masculino.

Em que pese a cultura, Bourdieu (1999) acrescenta que o comportamento violento do homem se dá para fins de manutenção de questões relativas à sua honra que, para o autor, configura um valor tão inculcado e reproduzido socialmente que se torna um “hábito”. Dessa maneira, a violência é uma prova da masculinidade do homem para outros homens, uma reafirmação social para se tornar um “verdadeiro homem”. Todavia, esse exercício da sexualidade e o decorrente posicionamento incorporado pela cultura não é um imperativo que acaba por fazer de todos os homens seus reféns. É, pois, um assumir de posição, ser/torna-se sujeito uma ação que decorre de relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres (MENEGBEL et al., 2011).

Neste aspecto, Giacomini (2011) ressalta que mulheres e homens fazem parte da cultura e são subjetivados pelas e nas práticas sociais que ali se estabelecem. Cabe a cada

sujeito, independentemente de seu gênero, aceitar ou não essas significações hegemônicas que circulam na cultura para si. Como a autora reforça, não se trata de uma liberdade total de escolha, mas de uma relativa liberdade que está associada às relações de saber-poder. Se acatamos a representação de que os homens estão sempre disponíveis para uma relação sexual e, diante de uma situação estimulante, não conseguem “*se segurar*”, “*são fracos*”, a atitude de homens como a descrita por Aída encontra justificativa plausível.

Enquanto a cultura seguir reiterando a dominação masculina, casos de estupro, de assédio sexual, seguirão ocupando, conforme Bourdieu e Wacquant (2010, p. 272) o “falso reconhecimento” de tal aspecto da violência, que é simbólica, visto que não se ignora o fato, mas ele é percebido como algo pré-determinado, pois ao nascer em dado mundo social, uma variedade de axiomas e postulados são automaticamente aceitos. São persuasões que trabalham às escondidas, dentro da dita normalidade e, são mantidas em seu nome. E aí consiste, segundo os autores, a dominação de gênero, que é a forma paradigmática de dominação simbólica.

Para Bourdieu (1999, p.7-8) tal dominação é “violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. A violência simbólica refere-se a mecanismos sutis de dominação e exclusão social utilizados por indivíduos, grupos e/ou instituições. Quando modelos hegemônicos de gênero são padronizados e mecanicamente associados para pensarmos “ser homem” e “ser mulher”, excluindo-se a possibilidade de as características se intercambiarem, a violência simbólica pode ser instaurada (GOMES, 2011). Assim, há um montante de violência implícita na palavra gênero pois, implica a tentativa cultural de impor como homens e mulheres devem ser, comportar-se, pensar, amar, desejar, trabalhar, desempenhar papéis (STREY, 2007).

Assim, é preciso visibilizar a violência de gênero, socialmente construída, como uma das formas tradicionais e estruturais de violência na história da humanidade, que persiste até a atualidade, sendo simultaneamente uma forma de afirmar e justificar a posição inferior do feminino, tornando mulheres “sujeitos preferenciais e crônicas da força física ou da violação sexual” (MACHADO, 2010, p. 62). Em uma pesquisa sobre violência e gênero nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes desenvolvida por Gomes (2011), foi apontada a urgência por um aprofundamento dos conhecimentos sobre esse fenômeno a partir do enfoque das relações de gênero. Esse modelo explicativo dá

conta de uma visão macrosocial, cultural e crítica, partindo do pressuposto de que as relações afetivo-sexuais entre jovens se inserem em contextos que, influenciados por certos modelos hegemônicos de gênero, podem produzir violência e/ou contribuir para a invisibilidade da violência (GOMES, 2011).

Castro (2009) salienta que a violência de gênero não se encerra no indivíduo que cometeu ou sofreu uma agressão, mas surge como uma prática complexa que envolve a socialização e subjetivação de homens e mulheres. Uma vez inseridos nesses padrões culturais, os relacionamentos afetivos e sexuais entre jovens assentam-se como um espaço privilegiado e necessário para a problematização das convenções dos papéis de gênero. As narrativas aqui apresentadas enunciam os padrões hegemônicos de masculinidade e as relações assimétricas de poder, as quais possibilitam a emergência da violência de gênero.

“Ela é mulher” - o discurso como normalizador da subalternidade feminina

A necessidade da problematização dos papéis de gênero não se esgota, tampouco pode se limitar, ao questionar a produção de masculinidades hegemônicas. É igualmente urgente a promoção da desfamiliarização dos moldes de feminilidades, aclamados no ideal social, que também tendem a ocupar a posição danosa de hegemonia. Não obstante, também são evocados e legitimados no cerne das relações afetivo-sexuais. Vejamos os excertos em destaque.

12 - Aída: *Engravidei, fui chamada de vadia, vagabundos, amigos se afastaram de mim, puta, safada, quem engravida aos 14 anos de idade? (grifos nossos).*

110 - Gil e Júlia: *Ele diz que ela é muito safada e não consegue confiar nela. Ele joga isso na cara dela constantemente, afinal ela transou com 7 caras durante os 22 anos de vida e isso é um absurdo pra ele. É um número muito alto pra uma mulher (palavras que saíram da boca dele). (grifos nossos).*

18 - Mia: *Ele debochava da esposa. Mandando mensagens de madrugada para mim e dizendo que ela não tinha que tá olhando nem desconfiar de nada. Dizendo a ela que um dia iria larga-la – ele me dizia isso e eu ficava assustada, como poderia tratar alguém assim? Mas ele falava que eu deveria me sentir especial, que ela era louca. Assim como eu também viria a ser. Ele passava horas falando mal dela. De como ela era ciumenta, exagerada, bruta. Assim como eu também viria a ser. [...]Se eu não fosse tão “mal falada”[...]“Se alguém descobrir é pior para você, por isso me importo tanto. Não quero você nas fofocas.” Ele se importava muito comigo, devia me amar muito. (grifos nossos).*

A referência a um modelo feminino taxado e subjugado se faz presente na vivência das jovens que aqui compartilham suas histórias e na realidade de tantas outras, pois evidenciam o reflexo das ordens prescritivas que operam no nosso cenário social: engravidou na adolescência? – Grita a sociedade: Condenada! E a sentença é clara, “se permitiu ser puta, agora tem que ser tratada como tal.”; Tem uma vida sexual “muito” ativa? – Grita a sociedade: Condenada! E a sentença é implacável: “como assim ela não esperou o casamento? Que absurdo, não sou o único parceiro sexual de sua vida? Não és digna de confiança!”; e, seguimos no julgamento social, agora se aproxima uma louca, exagerada, ciumenta. Como pode perder o equilíbrio, mulher? Condenada! E a sentença está suspensa, sujeita à transferência, pois tem “outra” logo ali, que eu devo “guardar e zelar” para que continue do lado “certo” da força, nesta linha tênue que separa as mulheres de desejo e as loucas, afinal eu me importo e ela bem sabe, reconhece o meu amor”. Poderia ser apenas uma crônica casual de tempos passados, protagonizada por sujeitos também do passado. Mas não! É tão presente, real e frequente quanto os golpes diários que o Brasil sofre. Tais prescrições permeiam todas as esferas do nosso cotidiano, em casa, na rua, no trabalho, no lazer, a todo momento, bem sabemos dos modos de ser e estar que nos são ofertados, como mulheres, a assumir em nossas práticas.

De modo imperativo, a cultura posiciona as mulheres em um espectro de expectativas sociais, por estrutura secundário, em que a força motriz do deslocamento dever-se-á a sua conduta, segundo o julgamento do outro, que regula e controla o nível de sua “mobilidade” e credibilidade, a partir dos ideais hegemônicos de feminilidade. Tais ideais são pautados nas prerrogativas dicotômica e antagônica do modelo primário de hegemonia ocidental: homem, branco, magro, sem deficiências, jovem, heterossexual, culto. E é à sombra deste homem hegemônico que vem sendo construída, ao longo dos milênios, a idealização da mulher hegemônica. Por isso, torna-se inconcebível problematizar a feminilidade sem tocar na masculinidade e a recíproca também é necessária, pois, independentemente da posição da masculinidade dentro de suas respectivas redes, a subordinação do feminino é posta como característica fixa (GIACOMINI, 2011).

De acordo com Apfelbaum (2009), essa dominação ocorre por meio da naturalização do caráter relacional dos gêneros sociais, legitimando a superioridade do homem sobre a mulher, ao estabelecer papéis sociais específicos a cada gênero. A não concordância com essa estrutura social, configura uma resistência que deve ser diminuída.

Para explicar essa subordinação naturalizada, Connell (1987) descreve uma outra rede de conexões, análoga à masculinidade hegemônica, mas referente às mulheres – a chamada feminilidade enfatizada, que consiste nos padrões de feminilidade que sejam mais complacentes com os desejos e interesses dos homens.

A preocupação com a virtude da mulher de boa reputação (ou, no mínimo, com uma reputação que não pode ser questionada) é exaltada nas práticas discursivas, principalmente no âmbito do relacionamento afetivo-sexual, como desvelam as narrativas. Figueiredo (2000) argumenta ser um reflexo do patriarcado, que define a castidade da mulher como uma característica a ser exaltada, vide especificamente a vivência da Júlia, ao ser posicionada como safada, e por efeito, lhe é atribuída a desconfiança de seu parceiro. No caso, tal julgamento se encontra “autorizado” no cerne social, uma vez que no modelo da esposa/namorada/parceira reproduzido e normalizado, coabita a ideia de que uma boa e submissa companheira resguarda-se e, sobretudo, mantém a exclusividade sexual dentro da relação afetivo-sexual.

Soares (2012) sinaliza que para entender os estereótipos de gênero que influenciam o modo como os casais se relacionam, é necessária a compreensão de aspectos hierárquicos e complementares que paradoxalmente se combinam em dinâmicas que mantêm a desigualdade entre os gêneros, marcados pelo tempo e na história. Não obstante, os valores que estão enraizados na sociedade ocidental, quando nos referimos a gênero, induzem uma série de condutas esperadas, enrijecendo o andamento e transformação das relações de gênero. Tais processos envolvem “estratégias sutis e refinadas de naturalização que precisam ser reconhecidas e problematizadas” (MEYER, 2007, p. 17), que podem estar imersas em processos sociais que (re)produzem importantes diferenças/desigualdades.

Entendendo a sexualidade também como um imperativo da cultura, ela também o é para as mulheres, considerada um componente de sua qualidade de vida. A forma de exercê-la é diferente para homens e mulheres, baseando-se, para estas, em um código moral que se reporta à honestidade. Dias (2011) explicita que homens honestos são aqueles que têm um emprego, que procuram suprir a família de bens materiais e pagam suas contas em dia. Na nossa cultura, para os homens – sobretudo para os homens de determinados grupos – não há restrições com relação ao exercício da sexualidade, desde que se garanta a heteronormatividade. Mulheres honestas são as *mulheres de um homem só*, referindo-se ao exercício da sexualidade feminina, construções que podem legitimar

violências, de certa forma, buscando garantir esse padrão normativo associado à honra masculina, claramente evidenciadas nos relatos de Júlia, Mia e Aída.

Tais julgamentos e posicionamentos estão tão conectados ao masculino que, uma pesquisa realizada por Giacomini (2011), ao trabalhar com jovens sobre as representações de homens e mulheres no relacionamento afetivo-sexual, observou alguns deslocamentos de significado discursivo como, por exemplo, adjetivos populares pejorativos, como *ser chamado/a de galinha* (referindo-se a homens e mulheres). Era uma associação, para as jovens mulheres, que não carecia importância, enquanto que os jovens homens insistiam em classificá-la logo como infâmia. Assim, os jovens demonstraram maior “preocupação” com as condutas das jovens mulheres e com a forma como são nomeadas do que elas próprias. Tal “preocupação” desvela as várias faces em que o controle e a regulação dos corpos femininos podem ser exercidas. Cabe mencionar que as jovens mulheres quando declaram não se importar com a nomeação vão de encontro a feminilidade enfatizada, como sublinha Connell (1987).

Biroli (2013, p. 115) acrescenta ainda que “é fundamental compreender quem controla os recursos para a produção e circulação de discursos que estimulam compreensões, concepções e hábitos, estimulando nesse processo a formação de determinadas preferências e colaborando para tornar outras menos visíveis, menos expressivas socialmente”. Assim, voltamos à questão da masculinidade hegemônica em relação à feminilidade enfatizada. Quando o homem exerce um poder de opressão direta, como a violência sexual, necessita de fatores que justifiquem sua agressão – os desvios encontrados no processo de culpabilização da vítima de estupro servem ao propósito de legitimar o crime, isentando o homem de uma responsabilização total e garantindo a manutenção da hegemonia do masculino, uma vez que consistem em desvios à feminilidade enfatizada, “naturalmente” submissa ao homem. No entanto, quando a mulher atende aos critérios da feminilidade enfatizada, sendo casta, subserviente e detentora de uma reputação imaculada, o estupro é reconhecido – mas como algo fora do cotidiano, característica de um agressor descontrolado e problemático (CARDOSO, 2015).

Nos remetemos a esse fenômeno por tê-lo como extremo que o privilégio da hegemonia abrange e, como efeito, visibiliza o poder da ênfase aos modos de operar, embasada pela cultura do estupro que se faz arraigada em nossa sociedade e produz justificativas torpes, que circulam e naturalizam a prática, em um jogo de forças que põem, de um lado o desvio de uma contra-hegemonia feminina e, de outro, o desvio como

patologização, anormalidade do sujeito que o materializa. Como aponta Foucault (1998) sobre os modos de gerir e preservar a norma social, uma vez assumido o posicionamento desviante diante do que se designa como hegemônico, o julgamento, as normalizações ordenadas são evocadas pelos sujeitos privilegiados em suas práticas, como Zoe exemplifica.

16 - Zoe: Você não é feminista?? Não fala que mulher e homem é tudo igual?? Vai apanhar igual homem então! (!!!) (grifos nossos).

Notadamente, o desviar das posições hierárquicas esperadas, no caso o afirmar-se feminista como ordenamento que a desloca e a retira do polo inferior desta relação, serve como pano de fundo – torpe – para o desencadear da violência. Cardoso (2015) destaca que os desvios a essa norma, considerados afronta à masculinidade hegemônica, são respondidos com represálias – rejeição ao aspecto transgressivo do comportamento desviante, com o reafirmar de ideologias que remetam ao patriarcado, como a degradação por meio de piadas, por exemplo, que estabelecem espaços de pertencimento de maneira implícita e jocosa, ou a repetição de “verdades universais” como a de que é dever da mulher servir ao homem, apelando à imagem naturalizada da subalternidade, socialmente inerente ao feminino.

Burt (1980) atribui essa estigmatização da mulher a uma percepção social permeada por estereótipos e mitos envolvendo a violência de gênero, bem como os sujeitos envolvidos. A maioria dessas categorizações envolvem o sujeito agredido, e não o autor da agressor. Afirmações como “apenas garotas que se comportam mal são estupradas”, ou “ela pediu por isso” não são estranhas à esfera de reações típicas a casos de violência sexual, por exemplo. Mesmo nos tempos atuais, em que o estupro é criminalizado e, legalmente, o agressor esteja sujeito a severas sanções, a prática dessa violência sexual ainda segue sendo tolerada pela sociedade, principalmente, no que diz respeito à culpabilização da vítima. Figueiredo (2014) lembra da mídia, aventando que há ainda um grande investimento na circulação de discursos que corroboram a percepção social preconcebida, de que o sujeito agredido tenha algum nível de cumplicidade ou causalidade em relação à violência sofrida. Destarte, cabe a nós atentarmos e seguir na disputa por espaços nas esferas de difusão de saberes, na luta pela desestabilização dos moldes hegemônicos e suas práticas, no intento de possibilitar a representação de formas plurais e contra- hegemônicas. Como bem ressalta Silva (2001, p. 47) “por meio da

representação travam-se batalhas decisivas de criação e de imposição de significados particulares”.

“Sou mulher” – a incorporação da lógica social e a autorregulação

É voltando-nos agora para as diversas pedagogias e sua força de operação, que destacamos aqui como os modos “eficazes” de subjetivação (em que pese a intensidade de sua dizibilidade, normalidade e *status* social) influem no assumir para si e identificar-se e se pôr a transitar entre formas de ser e estar ditas, desejadas, legitimadas, questionadas e por vezes, constituintes do território de práticas discursivas hegemônicas. Nesse emaranhado dinâmico das estruturas do eu, vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades de gênero — ou afrouxados, visando desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social (MEYER, 2009). Vejamos:

***19 - Rute:** fico pensando qual é o problema comigo, se sou feia, ou desinteressante, ou as duas coisas... qual é o sentido de levar um relacionamento por tanto tempo, já que não quer nada [...]O medo de ficar sozinha é uma verdade constante, e a carência faz a gente confundir as coisas. Não quero conversar sobre isso com uma amiga, pq já sei o que ela iria dizer. (grifos nossos)*

***17 - Iara:** chamei ele para uma conversa pq do jeito tá não tá legal e ele me contou q tem um desejo extremo por mulheres com bunda e peitos avantajados, coisas que eu realmente não possuo (sou muito magra e tenho metabolismo muito acelerado, estou abaixo do peso). Isso acabou com a minha autoestima, já me peguei pensando em colocar silicone por me sentir não desejada o suficiente. Além, claro, da insegurança que tenho de que qualquer dia ele vai me trocar por alguém que seja o fetiche dele (grifos nossos).*

Rute e Iara nos expõem os dilemas que as envolvem em suas demarcações de si perante o olhar do outro. Nesse processo de autopercepção, vemos em Rute, ao indagar a respeito das características que a compõem, no território da beleza e do desejo de tornar-se desejável, e o tratar de si como, necessariamente, problemática. A baixa autoestima e incorporação de discursos de beleza e completude, apenas no estabelecimento de um relacionamento afetivo-sexual, a fazem atribuir significado aos sentidos de si, nomeando a carência como elemento que pode fazê-la permanecer na situação em que se encontra.

Já Iara, se vê insuficiente para o desejo idealizado do parceiro, no que se refere a sua estética corporal, tendo em vista que ao nomear o seu fetiche, ele a desqualifica e a inferioriza, ao situá-la no lugar de quem não corresponde a esse ideal. Ao assumir o

discurso sobre sua não adequação ao modelo de corpo desejado pelo parceiro, Iara desvela o processo doloroso que a aflige e influencia diretamente em sua subjetividade acerca dos modos de olhar para si e não sentir-se sujeito desejante e desejada.

Assim instaura-se a baixa autoestima, a insegurança, o temor de não ser mulher o suficiente, a própria consideração da ideia de que existe ou deveria existir um modo de ser suficiente para o ser mulher, inclusive como questões pertinentes para o estar ou não em um relacionamento afetivo-sexual. A ideia de feminilidade enfatizada (CONNEL, 1987) mais uma vez é ressaltada pela apropriação dos discursos, uma vez que a objetificação do corpo desejável para um homem, reitera a heteronormatividade e a posição de masculino hegemônico.

Essas indagações e aflições destacadas nas narrativas de Rute e Iara desvelam uma esfera que há anos aprisiona as mulheres e seus corpos, em ideais delimitados e delineados para a satisfação masculina, corriqueiras na vida e no imaginário de muitas mulheres como meta a ser alcançada, ao disporem de si e seus ideais de beleza pautados, novamente, no julgamento do outro. Os padrões de beleza, nos tempos atuais, vem sendo posicionados em pautas de problematização visibilizadas e, notam-se algumas rupturas, a exemplo do crescente movimento de cabelos crespos e cacheados, contra a hegemonia do padrão colonizador, que posicionava o cabelo liso como modelo único do belo e aceitável. Todavia, as mulheres ainda são reféns do imperativo de beleza que opera ainda em uma visão dicotomizada da identidade feminina, polarizando suas faces. Para Giacomini (2011): se não a assumem como mulheres belas (tendo como referência a representação hegemônica da feminilidade: um corpo feminino, frágil, delicado, além de magro), passam a ser consideradas como mulheres ostras (feia, feiosa ou muito desajeitada).

A cultura, por meio dos artefatos culturais, exerce uma ação no sentido de conduzir os sujeitos para aquilo que é considerado como o “certo” e “verdadeiro”, e nesse exercício conformam-se identidades ao gênero, garantindo a normalização. Logo, uma identidade é a referência (a hegemônica); as outras, a diferença (CAMOZZATO, 2014). Como diz Silva (2004), o tecer da identidade implica incluir e excluir, demarcar fronteiras entre nós e elxs, fixando uma identidade como a norma. No nosso atual contexto, tornou-se relevante definirmo-nos como sujeitos de determinadas identidades. Espera-se que sejamos capazes de dizer, em diversas circunstâncias, quem realmente somos (e isso implica em dizer o que não somos), o que acaba produzindo um padrão avaliativo e hierarquizador entre os sujeitos, tal como acontece no processo de

autopercepção, travado por Rute e Iara. Tal padrão define-se a partir de disputas imersas em relações poder, e esse padrão funciona como norma para marcar a diferença, o diferente. Trata-se de um processo de normalização que, para Silva (2004, p. 83), significa “atribuir a essa identidade (normal) todas as características positivas possíveis em relação às quais outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa”.

Wolf (1992) sublinha que esse cerceamento das identidades se deu desde os primórdios do estabelecimento da sociedade patriarcal e vigora até os dias atuais. Outrossim, a autora sinaliza o quanto a sexualidade é uma prática extremamente ligada a um determinado erotismo estético, com base em padrões de beleza estabelecidos e reforçados pela mídia e pela indústria pornográfica. Isso afeta diretamente as mulheres, uma vez que há uma forte cobrança em relação aos seus corpos, o que faz com que sua confiança para exercer a sexualidade fique comprometida, devido à baixa autoestima resultante dessa estética sexual. De tal modo, o silêncio do próprio desejo é incorporado pelo mito da beleza, afinal se nos sentimos feias, a culpa é nossa! E esse processo é concebido por Rute, por Iara e por outras mulheres, diariamente. Somos assim enredadas em identidades, positivamente ou negativamente avaliadas por outro. Nesse contexto, faz-se mister problematizar como as diferenças produzem desigualdades entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, entre homens e homens, que se reatualizam no interior das instituições e práticas sociais, as quais são constituídas pelos – e constituintes dos – gêneros (LOURO, 1997).

Tais práticas constantemente designam, nomeiam, excluem e classificam, podendo garantir ou ressignificar identidades e diferenças, delineando características que remetem a uma vigilância e um controle maior do corpo feminino com relação ao masculino “num imperativo cada vez mais exigente, principalmente em relação às mulheres – e às mulheres jovens, em especial” (DAMICO, 2008, p. 194). Novamente, percebe-se aqui que pela centralidade da sexualidade em nossa cultura é grande o investimento feito no sentido de regular e modelar os corpos de homens e mulheres. Trata-se de um espaço de disputas em que se promove a marcação de diferenças. Se cabe aos homens a representação daquele que é mais ativo sexualmente, às mulheres cabe o lugar da passividade (GIACOMINI, 2011). Para Almeida (1995), a atividade e a passividade seriam ações que demarcariam as noções fundamentais de masculino e feminino. Aos homens está também associada a obrigação de provar sua sexualidade de maneira privada e pública, definindo-se como o homem de verdade, o pegador, o heterossexual e as

mulheres, o desígnio a esfera privada, o recato e subserviência, voltando a enfatizar o peso das hegemonias sobre as identidades assumidas.

Segundo Viera (2012), as mulheres têm conseguido grandes conquistas no espaço público, todavia, ainda encontram muitas dificuldades para desconstruir os mitos da identidade feminina “a la Barbie”, a boneca que apresenta padrões irreais de beleza. E, é esse irreal que é por vez revogado, e por nossa sociedade de consumo possibilitado, para atender a ideias e demandas que, em origem, não são suas, mas torna-se nesse jogo de desejo e alcance inserido no íntimo das relações, tal como é explicitado na vivência de Iara, que cogita transformar-se através das possibilidades das tecnologias corporais do mercado da estético – o implante de silicone – para atender ao fetiche do parceiro. Vejam, não se trata de puro discurso de movimentos sectários, mas uma realidade cruel facilmente limitada, principalmente se olharmos pelas lentes da tríade das pertenças sociais – classe-gênero-raça – o que evidencia uma conquista desproporcional de poder e possibilidade de simplesmente moldar sua identidade ao transmutar-se pelo desejo de outrem.

Funck (2009) nos chama a atenção para o que ela chama de “imperativo da diferença essencial”, que insiste em dividir a sociedade em dois mundos, com duas espécies distintas e antagônicas: o masculino e o feminino. Tal dicotomia naturalizada promove uma desumanização dos indivíduos: “uns são corajosos, outros são sensíveis, uns devem ser fortes, outros belos”. Além disso, a autora salienta que toda dicotomia envolve uma hierarquia, “com um dos polos identificado como o padrão e o outro como o marcado, ou diferente” (FUNCK, 2009, p. 105). Não obstante, esta hierarquia conferida às identidades que designa aos homens superioridade e, às mulheres inferioridade e subordinação, não somente fez com que as mulheres fossem tratadas como prioridades dos homens, mas também fez com que elas perdessem, em diferentes níveis, a sua autonomia, sua liberdade e o seu próprio direito sobre o corpo. As mulheres foram obrigadas a restringir sua vida às necessidades exclusivas de outrem, seja ele seu parceiro, sua família, seu trabalho (CARDOSO, 2015).

Conforme descrevem Souza, Maia e Araújo (2008, p. 20) “os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas”. E é essa socialização inclinada à violência, que não raras vezes naturaliza sua ocorrência no interior das relações e faz das normalizações descritores de avaliação,

tornando repugnante o assumir pertencer à identidade responsabilizada pelo desencadear de tal prática. No caso, a cruel legitimação centrada na culpabilização da mulher, vítima de sua identidade diante de julgamentos e pré-conceitos atribuídos. Não obstante, as mulheres construídas também sob essa perspectiva cultural, remetem sobre si a responsabilidade e culpa pelas dores e horrores que estão passíveis e, são submetidas, enquanto sujeitos sociais subalternos. Essa autoavaliação, ou melhor, autodepreciação baseada nos valores sociais normalizados é evidenciada pela triste vivência de Aída, que desvela a produção de ódio a ela mesma que a subjetivação cultural proporciona, uma vez assumidos para si, os papéis preconizados.

12 - Aída: Sabe, eu tentei me matar muitas vezes, eu me odiava, me culpava, me chamava de vadia, me batia, desejava que um louco me matasse, eu me odiava tanto, odiava a minha vagina, porque foi por ter uma que fui abusada. Ninguém sabia disso, só enchiam o meu saco, achavam que eu de puta safada que dei porque quis, vitimista e toda essas merdas. (grifos nossos)

Nos enredos dessas preconizações de papéis sociais em que somos produzidos e posicionados por práticas sociais e culturais, mesmo que ainda procuremos ter um olhar crítico a respeito do que nos é ensinado, somos, inevitavelmente, capturados por essas práticas, subjetivados, que podem ser correspondentes ou não ao estimado, visto que há também as práticas contra-hegemônicas, o que não se faz sem um mínimo de sujeição.

Parece-nos que é nesses sentidos que devemos tecer investimentos e podemos pensar o quanto a pedagogia encontra-se imbricada em relações de representação, que são mutáveis e podem ser múltiplas. Tal como aponta Camozzato (2014), a pedagogia relaciona-se com formas de representar os seus objetos e sujeitos, sendo esta mesma representação um modo de produzi-las. Por certo, há várias formas de representar – e a multiplicidade de pedagogias que operam na sociedade contemporânea parecem evidenciar isto – visto que há, também, diferentes formas de produzir objetos e sujeitos. Cabe salientar que a representação não é uma cópia da “realidade”, nem é fixa, pois há um jogo na representação e as posições que ela produz são mutáveis.

Para nós, parece viável afirmar que, se sob a pedagogia persiste reiteradamente algo, parece ser essa insistência em fazer corresponder as palavras e as coisas, em fazer ressurgir – a cada novo investimento para dizer, descrever, fornecer subsídios a determinada prática pedagógica –, a busca de um fundamento na semelhança e no reconhecimento. A semelhança e o reconhecimento associados porque, na pedagogia, ambos atuam de forma conjunta: um desejo de semelhança que, a partir de uma representação que traduziria a “realidade”, “ordena e hierarquiza a partir de si todas as

cópias, cada vez mais fracas, que podem ser tiradas” (FOUCAULT, 1988, p.60). É nessa dinâmica que se institui a uma imagem associação à verdade sobre cada “ser” delineado e reconhecido no cerne social, seja criança, jovem, adulto e funciona como “uma referência primeira que prescreve e classifica” (FOUCAULT, 1988, p.60) tais identidades. É, portanto, na ressignificação e também des/re/construção dessas imagens e verdades previamente imputadas as identidades que centram o nosso investimento, intervenção, disputa e desejo por produção de formas plurais de existência, no intento de torna-se reconhecidas no ideário social.

Heteronecessidade presente – as influências hegemônicas numa relação homossexual

Como temos exposto ao longo do texto, as verdades pré-estabelecidas, suas representações e normalizações modelam identidades e papéis hegemônicos acerca do gênero, que se desvelam em práticas e autoavaliação. Posto isso, é importante enfatizar que todo esse desenvolvimento e essa construção social giram em torno da heteronormatividade, cujo padrão de relações afetivo-sexuais prescreve posições que devem ser assumidas apenas por papéis femininos e masculinos atribuídos socialmente. Todavia, aqui se aflora e torna-se necessário problematizar o alcance dessas normatizações que parecem não se limitar às relações heterossexuais. O que Maria vem nos apresentar por meio de sua vivência é a reiteração da lógica heteronormativa como base das práticas discursivas assumidas também no âmbito das relações homossexuais, posicionando os sujeitos nelas envolvidos em polos opostos e antagônicos tal como modela a heteronormatividade. Vejamos:

I13 - Maria: *Não sei exatamente quando tudo deu início, mas eu vi uma mudança de comportamento que eu nunca imaginaria de uma feminista: ela começou a inventar desculpas para não vir mais me ver, não queria mais dormir comigo, não conversava sobre nada. Eu comecei a ficar insegura e a cobrar que ela se abrisse, ela brigava, fugia, passava dias sem falar comigo direito, depois voltava como se nada tivesse acontecido. Quando bebia era pior, gritava comigo onde estivesse, na frente de qualquer um, feito homem embriagado. Um dia de madrugada, na porta da minha casa, deu um escândalo na frente dos vizinhos. [...] Me humilhou quando - por um acidente - perdi meus cabelos, disse que eu precisava cuidar mais de minha estética, que estava parecendo um macho com meu cabelo, esse era o lado dela da relação e falava isso pro meu bem, ninguém afinal quer estar ao lado de alguém que não se cuida e ainda postava indiretas sobre o quanto eu era dramática no perfil dela. Se eu recebia algum amigo ou amiga em casa, ela chegava de surpresa e, ou se trancava no meu quarto, ou ia embora com raiva, dizendo que eu a tratava mal na frente dos outros. Não saía com os meus amigos que não eram no meio LGBT, porque*

eram todos escrotos e preconceituosos, na cabeça dela. Dizia que eu não gostava da família dela, mas nunca me deixou ter muito contato com eles. Com os amigos, a mesma coisa.[...] Ela chegou ao ponto de dizer que tinha nojo de transar comigo porque eu não tinha me depilado inteira e porque o meu cabelo não estava do jeito que ela gostava em mulheres (grifos nossos).

Faz-se evidente, no decorrer de todo o trabalho, o peso que a (re)produção massiva de hegemonias sociais instaura nas relações, principalmente no campo afetivo-sexual, evidenciando também as fragilidades que tais práticas implicam. Investe-se muito na ideia de que há apenas dois sexos e dois gêneros, “e uma única possibilidade de vivência sexual” (SEFFNER, 2006, p. 91). Tal padronização acaba por produzir conflitos, como desvela a narrativa de Maria, sobretudo, por legitimar práticas abusivas balizadas pelos papéis assumidos na relação: a ela, o papel de mulher, a insegurança, a tentativa de discutir e estabilizar o relacionamento, ao passo que, à “outra”, no papel de parceria dominante (frequentemente atribuído ao masculino), as desculpas, os excessos, a humilhação e minimização. Seffner (2003, p. 20) pondera que:

A produção de identidades liga-se estreitamente ao processo de construção de representação acerca dos grupos sociais e do indivíduo, feitas pelos próprios interessados e por outros em seu nome, num processo que tem evidentes implicações com as questões da política e do poder, uma vez que as representações experimentam posições hierárquicas e valorização diferenciada no mundo social.

Convém ressaltar que essa valorização diferenciada é produzida amplamente, por diferentes instâncias sociais que nos cercam, acompanhando nossas construções como sujeitos. Conforme Guacira Lopes Louro (2001), as aprendizagens de gênero dirigidas aos meninos e às meninas, desde o nascimento, evidenciam uma lógica heteronormativa, que pressupõe a masculinidade e a feminilidade vinculadas à heterossexualidade. É na ênfase em produzir identidades hegemônicas que as práticas dos sujeitos são vigiadas e controladas, havendo um enorme esforço no sentido de assegurar a aquisição da heterossexualidade. É nessa lógica de (re)produção que se instaura uma nova “mecânica de poder” que se apoia no corpo e nos seus atos, a qual se exerce por meio de vigilância, afirma Foucault (1999).

Assim, viver a masculinidade pressupõe a naturalização de uma heterossexualidade que hierarquiza os corpos masculinos e femininos, excluindo os que não se enquadram no padrão, pois a ela estão associadas a força e a agressividade (“ser homem é ser ‘naturalmente’ violento”), como Maria faz alusão, em seu relato, no momento que narra fatos de humilhação e violência da namorada, quando enuncia que ela age feito “homem embriagado”. Tais associações reiteradas na dinâmica relacional

nos levam a refletir a respeito da possibilidade de essas naturalizações contribuírem e legitimarem o exercício de determinadas formas de violências, que se fazem presentes também no âmbito da relação homossexual, e, talvez sejam mais invisibilizadas nesse território, pela ideia prescrita que posicionam tais normas como exclusividade do relacionamento heterossexual. É necessário ressaltar que a matriz heterossexual reitera a norma hegemônica, na qual também os relacionamentos não heterossexuais estão discursivamente inseridos.

Para Tânia Swain (2009, p. 390), “uma heterossexualidade normatizadora imbrica-se hoje a um dispositivo da violência, que incita e cria, regula e determina os poderes sobre a vida e a morte”. É uma violência que se refere ao controle, à disciplina e ao destino biológico dos corpos, em uma divisão sexuada do ser humano, que acaba por produzir verdades inclusive sobre diferenças e desigualdades. E essas verdades seguem legitimando explicações polarizadas, dicotômicas, que acabam por fixar os indivíduos em dominantes e dominados, fortes e fracos, marcando a superioridade de uns sobre outros, instaurando-se a discriminação, perpetuando a lógica binária do pensamento ocidental produzida desde primórdios e ainda regente dos relacionamentos contemporâneos, que urgem por redefinições. Portanto, é preciso desconstruir, problematizar, revogar atenção e conferir visibilidades a esses ordenamentos discursivos que permeiam o cerne das relações de intimidade. Tal como Dagmar (2009) nos direciona, desconstruir essa polarização implica dizer que existem múltiplas formas de sermos homens e mulheres, que sujeitos masculinos e femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, colocando a norma sob rasura.

“Agora eu era a louca a perguntar: o que é que a vida vai fazer de mim?”²³ – tecendo a rede pela/na rede

Entre seus ditos e escritos, Foucault (1988) nos chama atenção para:

um enunciado evidente, banal, mil vezes repetido e entretanto quase sempre silencioso (ele é como um murmúrio infinito, obsidiante, que envolve o silêncio das figuras, o investe, se apodera dele, obriga-o a sair de si próprio, e torna a despeja-lo finalmente no domínio das coisas que se pode nomear): “O que vocês estão vendo, é isto (FOUCAULT, 1988, p.41-42).

²³ Trecho retirado e adaptado da música João e Maria, autoria de Chico Buarque e Sivuca, 1977.

E bem notamos, ao longo do capítulo, o quanto se materializam as verdades produzidas e normatizadas, pelas diversas instâncias que por aliança de interesses, mantêm sob estabilidade e difusão, aquilo que vemos sobre as coisas, aquilo que vemos sobre o que podemos ser, aquilo que vemos sobre os outros. E nada escapa ao domínio da “imagem”. Esse jogo que enreda os sujeitos nas formas de ser e estar hegemônicas, também os alcançam em prescrições e aflições, sobretudo pelo distanciamento da posição de hegemonia. E nos relacionamentos afetivo-sexuais a dinâmica segue o mesmo enredo, ao deslocar-se da posição de suposta obrigatoriedade de felicidade emergem os/as loucxs a perguntar: o que a vida vai fazer de si?

11 - Dilma: *Mas entendam: parece mas não é NADA fácil para uma vítima de abuso fazer isso. Sei que se esse comportamento obsessivo delx evoluir, esta é a minha única e última opção porque eu não sei mais o que fazer. Enfim, vou para os meus sete meses de solteira e continuo traumatizada, não tenho vontade de ficar com ninguém, quando saio me sinto um lixo por ter me divertido, e hoje eu estou aqui, me abrindo com todas vocês, mesmo anonimamente, e precisando de um "abraço virtual" para conseguir seguir em frente (grifos nossos).*

14 - Ema: *Querida ajuda, pois tenho noção que foi um relacionamento totalmente abusivo (com humilhações e insultos), mas não consigo me desvencilhar totalmente. (grifos nossos)*

19 - Rute: *eu só quero alguém que tenha empatia por minha história, e entenda que é muito fácil falar, difícil é tomar a atitude, principalmente quando falta auto estima (grifos nossos).*

113 - Maria: *Choro todo dia, queria ela de volta, não sei porque. Acho que é a ilusão do relacionamento perfeito que eu criei. Me dói saber que uma mulher conseguiu me desgracar mais do que qualquer homem que passou por minha vida. No momento ela deve estar frequentando bares e festas com os amigos, ficando com várias pessoas por aí, enquanto eu estou aqui só pensando em suicídio (grifos nossos).*

16 - Zoe: *o recado que eu quero dar é que precisamos estar atentas sim, mas a gente ainda vive numa sociedade machista, patriarcal, etc e tal. Estar atenta não é deixar de viver. Vivam. Fiquem ligadas. Se amem. Mas vivam! (grifos nossos)*

Ao nos debruçarmos sobre as narrativas dessas jovens após o rompimento dos relacionamentos abusivos que vivenciaram, evidenciam-se as angústias, os temores e desejos visualizados para seguir vivendo. Ao continuar em processo de auto reconhecer-se, elas ressaltam as dificuldades de lidar com a situação, seja pelos sentimentos ainda presentes, seja pelas marcas deixadas, ou ainda pela culpa e responsabilidade atribuídas a si, por elas mesmas. Daí o grupo surge como um espaço proporcionador de

estabelecimento de contato com outras mulheres, aproximando-as mediante operações dialógicas de troca que, como processo, criam condições de identificação e compartilhamento de sentidos e significados nas experiências que são partilhadas neste espaço.

Convém, no entanto, considerar, quando observamos os relatos, que dar um novo sentido para a vida implica superar ou mesmo conviver com possíveis marcas deixadas por uma dada situação de violência, vivenciadas por elas em relacionamentos passados e quando se referem a questões presentes, que parecem dificultar a reconstrução de suas relações afetivas na atualidade. Mesmo havendo o reconhecimento das “verdades” sobre o abuso que as envolviam, desvela-se a dificuldade em desfazer-se dos sentidos que outrora pareciam ser legítimos. Em suma, as narrativas nos permitem apontar a complexidade da situação de vida em que se encontram essas mulheres, cujas matizes revestem-se de marcas, muitas vezes difíceis de apagar, por manterem-se vivas, embaraçando novos projetos de vida.

Ademais, o grupo surge como território de acolhimento e compreensão, estando sempre disponível para um “abraço”, “uma conversa”, identificações e partilhas, ainda que virtuais, a priori. Assim, tecem-se redes de apoio, empatia e afeto, conforme destaca Castells (2003), pois trata-se de uma forma de sociabilidade construída em torno de interesses específicos. Uma forma de comunidade virtual, que mantém sua facilidade de se apoiar em suportes tecnológicos que precedem a interação face a face, mas que não pode ser considerada como inferior a ela. Uma nova noção de espaço, em que físico e virtual se influenciam mutuamente, dando lugar a novas formas de socialização e organização social.

É nesse jogo de trocas que as jovens localizam subsídios para os processos de ressignificação das próprias experiências e de si como sujeitos, parecendo assim compor uma rede que, virtualmente, se constrói na composição comum a partir das singularidades e possibilitam condições para a produção de uma experiência de coletividade e pertencimento, como efeito do acolhimento e compreensão das vivências compartilhadas entre os sujeitos que ali habitam. Um espaço de vozes que se materializam, agrupam-se e emanam gritos de alerta e, sobretudo, de resistência às situações abusivas.

**“Veja bem! Nosso caso é uma porta entreaberta e eu busquei a palavra mais certa...
Vejam se entendem o meu (nosso) grito de alerta!”²⁴ – Considerações atuais**

Percorrer territórios a princípio improváveis nos possibilitaram encontros entre dizeres, saberes e quererem que nos incitam a vislumbrar novas arquiteturas para as formas de ser e estar prescritas e materializadas no mundo em que vivemos. No traçar desta trajetória que aqui nos empenhamos, passamos pelos terrenos históricos que marcam a existências, a fim de enxergar as profundidades em que se enraízam as linhas verticalizadas que estruturam e constituem as relações sociais do presente, tendo como referente os marcadores sociais, sobretudo de gênero, raça/etnia e geração.

Seguindo o caminho, nos deparamos com as verdades legitimadas ao longo dos anos e continuamente construídas na atualidade, com o apoio das diversas instâncias sociais que nos circundam, cerceiam e colaboram para a (re)produção de discursos assimétricos, machistas, misóginos, discriminatórios e segregacionistas. Todavia, ao destacar a cultura como elemento central na constituição dos sujeitos e dos processos de subjetivação que significam suas práticas, podemos perceber que, em outros momentos nem tudo foi como é hoje, que a sociedade opera em constantes metamorfoses, ressaltando, portanto, que as verdades que circulam na e pela cultura são invenções possíveis de serem problematizadas e, inclusive, passíveis de serem reinventadas.

No delinear da pesquisa, acreditamos que a *internet* fosse um espaço possível, como campo social para pensarmos na produção de subjetividades, na circulação de informações e nas trocas (culturais) entre os sujeitos que ali estão presentes e, assim, investimos nesta viagem. Hoje, ao concretizar a primeira “pausa” desta partida, revigoramos ser dentro desse contexto, de um processo crescente de visibilização dos sujeitos que se multiplicam os centros de história, em que se situa a *internet*, e sobretudo, possibilita a esses sujeitos antes considerados “invisíveis”, (re)escrever os seus posicionamentos na sociedade contemporânea, tornando-se dizíveis e produzindo novas visibilidades (VATTIMO, 1991).

Neste ir e vir, desvelamos que, ao contrário de uma total ruptura com antigos modelos de “ser homem” e “ser mulher” e de relacionar-se intimamente, o que se pode notar hoje, é ainda um processo de convivência, muitas vezes conflituosa, entre condutas e valores “tradicionais” e aqueles considerados “modernos”. Outrossim, a permanência

²⁴ Trecho retirado e adaptado da música Grito de alerta, autoria de Gonzaguinha e lançada por Maria Bethânia, 1979.

dos ideais românticos tradicionais (idealização do relacionamento, estabilidade, segurança e fidelidade) com os ideais contemporâneos (privacidade, autonomia, independência e liberdade) apontam para a necessidade de grande investimento em práticas que primem o cuidar de si e possam redefinir as expectativas e cobranças em torno de si mesmo quanto ao relacionamento, revogando as práticas que reforçam fragilidades, culpabilizações, unilateralidades e concedam espaços para práticas mais recíprocas.

Como bem descreve Del Priore (2011), nos tempos presentes não temos nenhuma garantia de relações duradouras, pois o medo de compromissos mais sérios tornou tudo provisório, descartável, instantâneo e fácil de ser substituído. Contudo, temos a oportunidade de pensar sobre as nossas práticas. A autora ressalta que, somos indivíduos de múltiplas caras: virtuosxs e pecadores; liberais e conservadores; permissivxs e autoritários; severos com os erros dos outros, mas indulgentes com os nossos; em grupo, politicamente corretos, mas preconceituosos e discriminatórios na intimidade; exigentes dos direitos, mas descumpridores dos deveres; além de outras contradições que marcam as nossas ações no cotidiano.

Assim, inseridos nesses padrões histórico-culturais contemporâneos, os relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens colocam-se, para nós, como um espaço privilegiado para a problematização dos regimes de verdade acerca dos papéis de gênero. Pois, ao lançarem mão de modelos hegemônicos de masculinidades e feminilidades para nomear suas práticas no âmbito de suas relações, são suscetíveis à (re)produção e invisibilização das violências de gênero, que se dão pelo fracasso das relações de poder que evocam. Conforme Louro (2001) destaca, quando voltamo-nos para os discursos que operam acerca de gênero e suas relações, nos deparamos com narrativas assimétricas que engendram valores hegemônicos misóginos, machistas, heteronormativos. E é impossível dar conta de todas as questões que emergem. No entanto, não há como ignorar os ‘novos’ espaços, as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos e suas contestações ao estabelecido.

Por isso, destacamos a formação de redes em territórios virtuais como espaços potenciais, que podem ser visibilizados para a produção de verdades contra-hegemônicas e que tenham por base a horizontalidade. Assim, nos parece viável o investimento em alianças, que agreguem sujeitos engajados no compromisso de pensar em estratégias, a fim de diminuir as assimetrias e seus efeitos, que se reproduzem no cotidiano de nossas relações. A proposta é somar forças de produção para a deslegitimação de práticas que

circunscrevem as relações na atualidade, especialmente as afetivo-sexuais, e assim, incitar esses jovens a ocupar posicionamentos não-hegemônicos.

Caminhamos, então, disputando territórios pela produção de outras ‘verdades’. Verdades que ousem desestabilizar as hegemonias sociais que estão presentes na construção histórico-cultural das formas de ser, estar e pensar, sobretudo, quando falamos de gênero e suas interseccionalidades (raça/etnia, classe, faixa etária, religião, etc.). Outras verdades que invadam as diversas instâncias sociais, a exemplo da família, da Igreja, da escola, dos meios de comunicação de massa. Outras verdades que construam pontes entre os espaços *online* (como ferramenta/meio) e o *offline* (como realização concreta) para o enfrentamento das desigualdades sociais e da violência de gênero. Outras verdades que sobrelevem o respeito, modifiquem e ressignifiquem o pensamento dicotômico ocidental e as linearidades por ele dispostas para a regulação da vida, dos corpos, dos sujeitos.

E deste modo, possamos pluralizar as formas de ver/ser/estar, sobretudo entre jovens e nas relações de intimidade. É um convite, esperançoso em certa escala, para (re)visitarmos os afetos e afetações que nos tocam, (re)pensarmos condutas e posicionamentos assumidos, desfamiliarizarmos sentidos que parecem unitários e/ou totalitários e acreditar na possibilidade de ressignificação e reconstrução do que outrora soava inquestionável. Que esses gritos de alertas se tornem audíveis e considerados, a fim de arquitetar novas formas de operar!

E sim, o que nos move e nos apaixona, hoje, é a convicção de que estamos começando a trilhar novos e diferentes caminhos, que podem nos levar a descobrir espaços cotidianos de luta na produção de significados distintos daqueles que vêm nos aprisionando, há séculos, em uma naturalizada concepção unitária do mundo e da vida (COSTA, 2002). E nesse caminho seguiremos, a difundir gritos de alerta que levem à compreensão de que sinônimo de amar NÃO é sofrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. “Pedagogia: a arte de erigir fronteiras”. In: BUJES, Maria Isabel Edelweiss; BONIN, Iara Tatiana (orgs.). **Pedagogias sem Fronteiras**. Canoas: Ed. ULBRA, 2010, pp. 21-31.

ALDRIGHI, T. “Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo – Brasil”. **Psicol. teor. prat.**, 6(1): 105-120, 2004.

ALEMANY, C. “Violências”. In: HIRATA, H. [et al]. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. pp. 271-276.

ALMEIDA, H. B. de. “Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela”. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, pp. 177-192, 2007.

ALVARENGA, A. T. [et al]. “Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade”. In: PHILIPPI JÚNIOR, A; SILVA NETO, A. J. (orgs.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. 1ed. São Paulo: Manole, 2011, v. 1, pp. 3-68.

ANDRADE, A. L. DE; GARCIA, A.; CANO, D. S. “Preditores da satisfação global em relacionamentos românticos”. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 11, n.3, pp. 143-156, 2009.

APFELBAUM, E. “Dominação”. In: HIRATA, H. [et al]. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, pp. 76-80.

ARENDT, H. **Poder e violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

AVERY-LEAF, S., CASCARDI, M. **Dating violence education: Prevention and early intervention strategies**. Washington, DC, US: American Psychological Association, 2002.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1986.

AZNAVURIAN, A. Y la necesidad de integrar el conocimiento. **Ludus Vitalis**, 19 (35), pp.173-176, 2011.

BACHMAN, R.; SALTZMAN, L. E **Violence against Women: Estimates from the Redesigned Survey. Special Report of the Bureau of Justice Statistics**. Washington, DC: US Department of Justice, 1995.

BARROS, S. R de. “Matrimônio e patrimônio”. **Revista Brasileira de Direito de Família**: IBD Fam, v.1, n. 1, pp. 1-6, 1999.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECKER, B. “Mídia e Jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais”. **MATRIZES**, São Paulo, v. 5, n. 2, pp. 231-250, 2012.

BEZERRA, D. M. “Os estudos culturais em debate: identidades e cultura na sociedade pós-moderna”. In: **III Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas**, São Cristóvão, 2013.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. “Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX”. **Psic.: Teor. e Pesq.** Brasília, v. 16, n. 3, pp. 233-239, 2000.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo, SP: Horizonte, 2013.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Difusão Editorial, 1999.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2010.

BRAH, A. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos Pagu**, 26, pp.329-365, 2006.

BRANCO, C. G. **Michel Foucault: Filosofia e Biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher**. Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha - Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006 coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, 2006.

BURT, M. R. “Cultural Myths and Supports of Rape”. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, DC, v. 38, n. 2, pp. 217-230, 1980.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2003.

BYSTRONSKI, B. 1992. **A liberação dos costumes e suas consequências sobre os relacionamentos amorosos heterossexuais**. 175 f. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1992.

CAMOZATTO, V. C. “Pedagogias do presente”. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 39, n. 2, pp. 573-593, abr./jun, 2014.

CAMPANHOLE, S. G.; MOURA, V. A. “Entre o eu e o outro nas relações de subjetividade nas redes sociais”. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.6, n.16, pp.41-64, 2013.

CAMPOS, C. H. DE; MARRA, C.; PASINATO, W. “Indicadores sobre violência doméstica baseada em gênero no MERCOSUL”. In: **Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL: REM**, 2011.

CANDAU, V.; LUCINDA, M. C.; NASCIMENTO, M. G. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

CARDOSO, I. C. B. **Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais**. 150f. Dissertação (mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CARIDADE, S. 2008. **Violência nas relações de intimidade: Comportamentos e atitudes dos jovens**. 258 f. (Tese de Doutorado em Psicologia) - Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2008.

CARIDADE, S., MACHADO, C. “Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração”. **Análise Psicológica**, 4, pp. 485-493, 2006.

CARNEIRO, S. “Mulheres em movimento”. **Rev. Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, pp. 117-133, dez., 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. São Paulo: Zahar, 2003

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, R. J. de S. **Violência no namoro entre adolescentes da cidade do Recife: em busca de sentidos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2009.

CLIMENE, L.C.; BURALLI, K.O. **Violência familiar contra crianças e adolescentes**. Salvador, BA: Ultragraph, 1998.

COLLING, L. “Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero?” In: PELÚCIO, L.et al. **Gênero, sexualidade e mídia: olhares plurais para o cotidiano**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

COLLINS, P.H. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHIMDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21(1), p. 241-282, 2013.

CONNELL, R. W. **Gender and Power: society, the person and sexual politics**. Oxford, UK: Blackwell, 1987.

CORDEIRO, D. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009.

COSTA, M.V.. Estudos Culturais e Educação – um panorama. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (org.). **Cultura, Poder e Educação: um debate sobre Estudos Culturais em Educação**. Canoas: Ed. ULBRA, 2005, pp. 107-120.

_____. “Novos olhares na pesquisa em Educação”. In: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos Investigativos: Novos olhares na pesquisa em Educação**. Porto Alegre: Mediação, 1996, pp.7-18.

_____. “Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura”. In: **10º ENDIPE — Simpósio Sujeitos e subjetividades na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, maio – jun, 2000.

_____. “Uma agenda para jovens pesquisadores”. In: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos Investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, pp. 143-156.

_____. “Sobre as contribuições das análises culturais para a formação de professores no início do século XXI”. **Educar em Revista**, n. 37, pp. 129-152, maio – ago, 2010.

COSTA, P. R. M. S. **Aracaju dos anos 90: crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça**. 360 f. (Tese) Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

COUTO, M. A. S. **Violências e gênero no cotidiano escolar**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2012.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 2002.

CRUZ, M. H. S. “Introdução”. In A. A. C. de. Farias – Alves (org.), **De gente agente só tem o nome: A mulher no sistema penitenciário em Sergipe**, pp. 7 - 9. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2001.

DAMICO, J. G. S.” **Quantas calorias eu preciso [gastar]para emagrecer com saúde? Como mulheres jovens aprendem estratégias para cuidar do corpo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Nietzsche e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976. 170 p.

_____. **Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume**. Tradução de Luiz. L. Orlandi. São Paulo: Ed.34, 2001.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, M. **História íntimas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DESLANDES, S.; GOMES, R; SILVA C. M. P. “Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro”. **Cad Saúde Pública**, 16, pp.129-137, 2000.

DIAS, T. R. N. **Prática jurídica e violência contra mulheres: um estudo etnográfico discursivo**. Universidade de Brasília. Brasília, pp. 217. 2011.

DOBASH, R. P. & DOBASH, R. E. “Violence against Women: A Review of Recent Anglo-American Research”. **Journal of Conflict and Violence Research**, 3, pp; 5 –22, 2001.

DOISE, W. **Droits de l'homme et force des idées**. Paris: P.U.F, 2001.

ESCOSTEGUY, A. C. D. “Uma introdução aos estudos culturais”. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 9, dez., 1998.

EWALD, F. **Foucault, a Norma e o Direito**. Lisboa: Veja, 1993.

FABRIS, E. T. H.; KLEIN, R. R. **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. 2. ed. UK: Pearson Education, 2010.

FALUDI, S. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FARIA, L. **Ideologia e Utopia nos anos 60: um olhar feminino**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

FEHR, B. **Friendship processes**. London: Sage, 1996.

FERES-CARNEIRO, T. “Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade”. **Estud. Psicol.** Natal, 8(3), pp. 367-374, 2003.

_____. **Família: Diagnóstico e terapia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FIGUEIRA, S. “O. ‘moderno’ e o ‘arcaico’ na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social”. In: FIGUEIRA, S. **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FIGUEIREDO, D. D. C. “Discurso, gênero e violência: uma análise de representações públicas do crime de estupro”. **Language and Law/Linguagem e Direito**, Porto, v. 1(1), pp. 141-158, 2014.

FISCHER, R. M. B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. 1996. 308 f. Tese. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

_____. “Mídia, estratégias de linguagem e produção de sujeitos”. In: **Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE)**, nº 10, 2000, Rio de Janeiro. Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, pp.75-88.

FLAKE, T. A. 2013. “Violência no namoro entre jovens universitários no estado de São Paulo”. 283 f. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2011.

FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder-saber. Coleção Ditos & Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Dits et écrits: 1954 -1988**. Paris: Gallimard, 1994.

_____. “Outros espaços”. In: **Ditos & Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. “A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade”. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p.264-287.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes: 2008.

_____. **A arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

_____. “O sujeito e o poder”. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. In: DREYFYS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica** – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, pp. 273 - 295.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1999.

_____. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1998.

_____. **Microfísica do Poder**. MACHADO, R. (org). Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

_____. “Subjetividade e verdade”. In: FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução de Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. pp. 107-115.

_____. **The order of things**. Londres: Tavistock, 1985.

_____. **La verdad y las formas jurídicas**. Barcelona: Gedisa, 1980.

_____. **Isto não é um cachimbo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE-FILHO, J. “As culturas jovens como objeto de fascínio e repúdio da mídia”. In: ROCHA, E. et al. (orgs.). **Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 143-154

FREIRE, M. **Quem cala consente: analisando as queixas das mulheres atendidas na Delegacia de Defesa da Mulher de Sobral**. (Monografia - Graduação em enfermagem). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, 2003.

FROW J, MORRIS M. “Estudos culturais”. In: Denzin N. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed; 2006. pp. 315- 44.

FUNCK, Suzana Bornéo. **Discurso e violência de gênero, ou a “diferença” revisitada**. In: TORNQUIST.[et al]. Florianópolis: Editora Mulheres ,2009, pp.103-124.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

GIACOMINI, D. A. **Processos de produção de masculinidades e feminilidades juvenis: articulações com violências de gênero**. 117 f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

GIROUX, H. Memória e Pedagogia no Maravilhoso Mundo da Disney. In: SILVA, T. T. (org.). **Alienígenas na Sala de Aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. pp 133-158.

GOLDENBERG, M. “Novas famílias nas camadas médias urbanas”. In: **III Encontro de Psicólogos Jurídicos**. Rio de Janeiro: EMERJ/ESAJ, pp.18-26, 2003. Disponível em: <<http://miriangoldenberg.com.br/imagens/stories/pdf/conjugalidades.pdf>> . Acesso em 13 de agosto de 2016.

GOMES, R. “A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória”. **Athenea Digital**, Barcelona, n.14, pp.237-243, 2008.

_____. “Invisibilidade da violência nas relações afetivo-sexuais”. In: MINAYO, M. C. de S; ASSIS, S. G. de; NJAINE, K. (orgs.). **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp.141-152.

GONÇALVES, R. M. V. **Educação, Mídia e Saúde: Uma Análise da construção do pânico e do risco em Zero Hora**. 2013. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2013.

GONZÁLEZ-REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação históricocultural**. São Paulo: Thomson, 2003.

GRAMSCI, A. **A Gramsci reader: selected writings 1916-1935**. London: Lawrence & Wishart, 1988.

GROSSI, M. P. “Masculinidades: uma revisão teórica”. In: **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 75, pp. 4-34, 2004.

GUARESCHI, N. M. F. “Pesquisa em psicologia social: de onde viemos e para onde vamos”. In RIVERO, N. (org.). **Psicologia social: estratégias, políticas e implicações** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 86-95.

GUATTARI, F. “Da produção de Subjetividade”. In: PARENTE, A. (org). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1993. pp. 177-191.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALL, S. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. **Educ Real.**, 22 (2), pp. 15-46, 1997.

_____. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik; Adelaine La Guardia Resende et al. (trad.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. “Quem precisa de identidade?” In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARAWAY, D. J.; KUNZRU, H.; SILVA, T. T. da (org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARTIGAN, P. “La OPS enfoca el problema de la violencia contra la mujer”. **Rev Panam Salud**, 2, pp.290-4, 1997.

HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Cambridge: Blackwell, 1996.

HEISE, L.; GARCIA-MORENO, C. “Intimate partner violence”. In E. G., Krug ; L L., DAHLBERG; J. A., MERCY; A. B., ZWI; & R., LOZANO (eds.). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002, pp. 91-121.

HENNIGEN, Inês; GUARESCHI, N. M. de F. “A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos”. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 23, pp. 57-74, 2006

HICKMAN, L; JAYCOX, L; ARONOFF, J. “Dating violence among adolescents: prevalence, gender distribution, and prevention program effectiveness”. **Trauma, Violence and Abuse**, 2(5), pp. 123-142, 2004.

HOOK, D; HÜNING, S. “Genealogia, contra-saberes e Psicologia”. In: HUNNING, S.; GUARESCHI, N. et al (orgs.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, pp. 103-141.

HOOKS, B. **Feminism is for everybody: Passionate politics**. Pluto Express, 2000.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

_____. “Papéis Conjugais: Conflito e Transição”. IN T.F. CARNEIRO (org.) **Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1996, pp.113-123.

_____. “Atitudes de Jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências?” In: FERES-CARNEIRO, (org.). **Casal e Família: efeitos da Contemporaneidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

KEHL, M. R. **Sobre Ética e Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. “A juventude como sintoma de cultura”. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KIPNIS, L. **Contra o Amor**. Tradução Ryta Vinagre. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KRONBAUER, J.F.D., MENEGHEL, S. D. “Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro”. **Rev. Saúde Pública**, 39(5), pp. 695-701, 2005.

LEE, J. A. “Love-styles”. In: STERNBERG, R. J.; BARNES, M. L. (orgs.). **The Psychology of Love**. New Haven: Yale University, 1988, pp. 38-67.

- LEIS, H. “Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas”. In: PHILIPPI JÚNIOR, A; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia e Inovação** (Editores). Barueri, SP: Manole, 2011.
- LEMOS, A.; CUNHA, P. **Olhares sobre a Ciberultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEWIS, S. F. FREMOUW, W. “Dating violence: a critical review of the literature”. In: **Clinical Psychology Review**, 1, pp. 105-127, 2001.
- LOGAN, Robert. K. “The Sixth Language: Learning a Living in the Internet Age”, 2004, pp.3-8. Disponível em: <http://www.physics.utoronto.ca/people/homepages/logan/>. Acesso em: 18 de junho de 2016.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. São Paulo: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. “Teoria queer uma política pós-identitária para a educação”. **Rev. Estudos Feministas**, v.2, 2001, pp. 541-553.
- MACHADO, C., CARIDADE, S.; MARTINS, C. “Violence in juvenile dating relationships: Selfreported prevalence and attitudes in a Portuguese sample”. **Journal of Family Violence**, 25, pp. 43-52, 2009.
- MACHADO, C.; MATOS, M.; MOREIRA, A. I. “Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária”. **Psychologica**, 33, pp. 69-83, 2003.
- MACHADO, L. Z. “Famílias e Individualismo: tendências contemporâneas no Brasil”. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 4, n. 8, pp.11-26, 2001.
- _____. **Feminismo em movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.
- MCROBBIE, A. “Pós-marxismo e Estudos Culturais”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995, pp.39-60.
- MENANDRO, P.R.M; ROLKE, R.K.; BERTOLLO,M. “Concepções sobre relações amorosas/conjugais e sobre seus protagonistas: um estudo com provérbios”. **Psicologia Clínica**, Salvador, v.17, n.2, pp. . 2005.
- MENEGHEL, S. et al.. “Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero”. **Cad Saúde Pública**, 19, pp. 109-18, 2003.
- MEYER, D. E. “Gênero e educação: teoria e política”. In: LOURO, G, L.; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, pp. 09-27.
- _____. “Corpo, violência e educação: uma abordagem de gênero”. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, Brasília. pp.213-234.
- MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo, SP: Editora Ática, 2001.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

MISKOLCI, R. “A Gramática do Armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente”. In: PELÚCIO, L. et al. **Gênero, sexualidade e mídia: olhares plurais para o cotidiano**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

MOITA-LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOREIRA, I. C.; MASSARANI, L. M. “A divulgação científica no Brasil e suas origens históricas”. **Tempo Brasileiro**, v. 188, pp. 5-26, 2012.

MORIN, E. **O Método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOZZINI, C. **Impressões de um corpo conectado: modos de governo que se produzem a partir de incitamentos publicitários à conexão digital**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MUSSO, P. “A filosofia da rede”. In: PARENTE, A. **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2010, pp. 17-38.

NASCIMENTO, F. S. **Namoro e violência: um estudo sobre amor, namoro e violência para jovens de grupos populares e camadas médias**. 2009. 189f. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

NEGRÃO, T. **Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social**. 2006. 156f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

NELSON, C; TREICHLER, P.; GROSSBERG, L. “Estudos Culturais: Uma introdução”. In: SILVA, T. T. (org.). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995, pp.7 -38.

NEVES, A. S. A. “As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do "amor confluyente" ou o retorno ao mito do "amor romântico"?” **Revista Estudos Feministas**, 15(3), pp. 609-627, 2007.

OKIN, S. “Gênero, o público e o privado”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2), p. 440, 2008.

NUSSBAUMER, G. M. “Identidade e sociabilidade em comunidades virtuais gays”. **Revista Bagoas**, n. 2, pp. 211-230, 2008.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

OLIVEIRA, Q. B. M.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K; OLIVEIRA, R. V. C. “Violências nas relações afetivo-sexuais”. In M. S. C., MINAYO; S. G., ASSIS; K., NJAINE (orgs.). **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

OLIVEIRA, R. M. de. “Technology and subjectivity: the agency problem”. *Psicol. Soc.* [online]. jan – apr., vol.17, no.1, pp.56-60, 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- .Acesso em 28 de dezembro de 2016.

PAIS, J. M. “A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse”. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, nº 3, p. 371-381, 2009.

PAIVA, C.; FIGUEIREDO, B. “Abuso no relacionamento íntimo: estudo da prevalência em jovens adultos portugueses”. **Psychologica**, 36, pp.75-107, 2004.

PALTIEL, F. **Genero, mujer y salud en las Américas**. Washington, DC: Organizacion Panamericana de la Salud, 1993.

PARENTE, E. O. **Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia** (Dissertação de Mestrado) - Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza, Ceará, 2007.

PELÚCIO, L. et al. **Gênero, sexualidade e mídia: olhares plurais para o cotidiano**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

PETRINI, J. C. “Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia”. **Memorandum: memória e história em Psicologia**, Belo Horizonte: UFMG, 8, 2005. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigos08/petrini01.htm> . Acesso em: 16 de outubro de 2016.

_____. **Pós-modernidade e família**. Bauru: Ed. Edusc, 2005.

PRATES, C. J. **O Complexo W.I.T.C.H. Acionando a Magia para Formar Garotinhas nas Redes do Consumo**. Canoas: ULBRA, 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas.

PRICE, E. L., BYERS, E. S. “The attitudes towards dating violence scales: Development and initial validation”. **Journal of Family Violence**, 14(4), pp. 351-375, 1999.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RENNISON, C. M.; WELCHANS, S. **Intimate partner violence: Bureau of Justice statistics special report**. Washington, DC: US Department of Justice, 2000.

RIBEIRO, D. “Todo dia, não à violência”. **Jornal A Tribuna**, Santos, p. 2, nov., 2011.

RIBEIRO, D. “O que querem as mulheres, afinal? Beauvoir e a contestação dos papéis sociais de homens e mulheres”. **Revista Filosofia em Transformação**, São Paulo, 2013, pp. 15 - 18

RIBEIRO, G. L. **Cultura e Política no mundo contemporâneo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

RIBEIRO, K. P. **A visão de relacionamentos afetivos e conjugalidade em mulheres separadas**. 2010. 108f. Dissertação (Mestrado) - EICOS. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, R. G; SILVA, K. S; KRUSE, M. H. L. “O corpo ideal: a pedagogia da mídia”. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, 30(1), pp. 71-76, 2009.

ROCHA, C. M. F. **A escola na mídia: nada fora do controle**. 2005. 302 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.

ROCHA-COUTINHO, M. L. “Novas opções, antigos dilemas: mulher, carreira e relacionamento no Brasil”. **Temas em Psicologia da USP**, v.12, n. 1, 2004.

_____. “Família e Emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho”. In: Feres-Carneiro, T. (org.). **Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2007.

_____. “Dos contos de fadas aos super-heróis: Mulheres e homens reconfiguram identidades”. **Psicologia Clínica**, 12(2), pp. 65-82, 2000.

SACRAMENTO, S. “O amor em terras brasileiras”. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, pp. 319-323, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. **Cad. Pagu**, Campinas, 16, pp. 115-136, 2001.

SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SCHRAIBER, L. B.; OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA – JR, I.; PINTO, A. A. “Violência contra a mulher: Estudo em uma unidade de atenção primária à saúde”. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 36, pp. 470-477, 2002.

SCHRAIBER, L. B.; OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA - JR., I.; DINIZ, S.; PORTELLA, A. P.; LUDERMIR, A. B; VALENÇA, O.; COUTO, M. T. “Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil”. **Rev Saúde Pública**, 41(5), pp.797-807, 2007.

SCHWENGBER, M. S. V. **Donas de si? Educação dos corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos**. 2006. 257f. (tese de doutorado). Porto Alegre: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SEFFNER, F. **Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. “Cruzamento entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s)”. In: SOARES, G. F; SANTOS DA SILVA, M. R; RIBEIRO, P. R. C. (orgs.). **Corpo, gênero, sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2006.

SILVA, TOMAZ TADEU DA (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, N. “Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta” **Os debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online**. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre.

SILVEIRA, E. R. “Casa de Homens”: o jogo do osso e a masculinidade em grupos populares de Porto Alegre. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SILVEIRA, R. M. H. “Textos e Diferenças”. **Leitura em Revista**, Ijuí, Associação de Leitura Brasil Sul, n.3, jan – jun, 2002.

SINGLY, F. “O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar”. In: SINGLY, C. P. F.; CICCHELLI, V. (orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. pp. 13-19.

SOARES, M. **Homens parceiros de transexuais: diálogo fenomenológico de vivências afetivo-sexuais**. 2012. 180f. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

SOUZA, J. C. N. de; SANTOS, L. B. M.; SILVA, A. L. Sexualidade: Reflexões sobre Relacionamentos Amorosos na Contemporaneidade. **FSA – PI**, 2008.

SOUZA, L. K.; HUTZ, C. S. “Relacionamentos Pessoais E Sociais: Amizade Em Adultos”. **Psicologia Em Estudo**, (13) 2, pp. 257-265, 2008.

STOREY, J. **What is cultural studies? A reader**. 2ª ed. London: Arnold, 1997.

STRAUS, M.. **Gender symmetry in partner violence: evidence and implications for preventions and treatment**. Whashington DC: APA, 2009.

STREY, Marlene Neves. “Gênero, família e sociedade”. In: STREY, M. N; SILVA NETO, J. A; HORTA, R. L. (orgs.). **Família e gênero**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007, pp.17-38

SWAIN, T. N. “Todo homem é mortal”. In: RAGO, M; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Estudos Foucaultianos).

TIBURI, M. **Filosofia prática: ética, vida cotidiana, vida virtual**. Editora: Record, 2014.

UNODC. **Global Study on Homicide**. Vienna, Austria: United Nations Office on Drugs and Crime; 2013. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/GSH2013/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf . Acesso em 20 de julho de 2016.

VAITSMAN, J. (1994). **Flexíveis e plurais**. Rio de Janeiro: Rocco

VATTIMO, G. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio d’Água, 1992.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. A. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, M. V. (org.). **Estudos Culturais em Educação: Mídia, Arquitetura, Brinquedo, Biologia, Literatura, Cinema**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, pp. .37-72.

_____. “Olhares”. In: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos Investigativos: Novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Mediação, 1996, pp.19-36.

VELHO, G. “Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea”. In: ALMEIDA M. I. M.; EUGÊNIO, F. (orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VERZONI, A.; LISBOA, C. “Formas de Subjetivação Contemporâneas e as Especificidades da Geração Y”. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, 15(3), pp. 457-466, dezembro, 2015.

WASELFISZ, J. J. “Mapa das mortes por violência”. **Estudos Avançados**, 21(61), pp. 119-138, 2007.

_____. **Mapa da violência: os jovens do Brasil.** São Paulo, SP: Instituto Sangari, 2011.

_____. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** São Paulo, SP: Instituto Sangari, 2015.

WATTS, C., ZIMMERMAN, C. **Violence against women: Global scope and magnitude.** London: Lancet, 2002.

WOLFE, D. A. “Preventing violence in relationships: psychological science addressing complex social issues”. **Canadian Psychology**, 47, pp. 44-50, 2006.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000, pp.

WOLF, N. **O mito da beleza.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

WORD HEALTH ORGANIZATION. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Library Cataloguing-in-Publication Data: Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence.** World Health Organization and London School of Hygiene and Tropical Medicine. 2010.

WORTMANN, M. L. C. “O uso do termo representação na Educação em Ciências e nos Estudos Culturais”. **Pro-Posições**, v. 12, n. 1, pp. 151 -161, 2000.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Res. 510/2016, CNS)

Prezado(a) responsável,

Sou estudante do curso de pós-graduação em Psicologia Social na Universidade Federal de Sergipe/UFS. Estou realizando uma pesquisa intitulada **“Sinônimo de amar é sofrer? Juventude, violência nas relações íntimas e os processos de subjetivação em uma rede social”**, sob supervisão da prof.^a Dr.^a Claudiene Santos, do Departamento de Biologia. O objetivo é compreender as vivências de jovens acerca de situações de violência nas relações de intimidade desenvolvidas na atualidade.

Sua participação envolve a autorização para acessar o grupo Feminismo e Política – SE, no *Facebook* e, a utilização das informações públicas e dos relatos publicados através da ferramenta anônima, além de algumas informações sobre a origem e modo de funcionar do grupo, que podem ser cedidas por meio de diálogo, se assim você permitir, com duração livre, conforme o diálogo render. A participação nesse estudo é voluntária, sem quaisquer ônus ou bônus a você e, se você decidir não participar/autorizar, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

As informações fornecidas por você serão utilizadas apenas para fins acadêmicos (apresentação em sala de aula, congressos e/ou publicação de artigo). Na divulgação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo e será utilizado um nome fictício para se referir às informações prestadas por você mantendo o anonimato.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Caso deseje, poderá tomar conhecimento dos resultados ao final da pesquisa.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras: Lynna Gabriella Silva Unger (79) 99154-0465/ lgabiunger@gmail.com e Prof.^a Dr.^a Claudiene Santos (79) 2105-6698.

Atenciosamente,

Nome e assinatura do(a) responsável

Local e data

Lynna Gabriella Silva Unger

Prof.^a Dr.^a Claudiene Santos